



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS

RELAÇÕES POLÍTICAS

(NÍVEL MESTRADO)

PROFESSOR ORIENTADOR: DRº. PEDRO ERNESTO FAGUNDES

**A EXPERIÊNCIA ELEITORAL DA ARENA (ALIANÇA RENOVADORA
NACIONAL) NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NAS ELEIÇÕES DE 1974:
OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM,
COLATINA E VITÓRIA**

Por: Bruno Sobroza Duarte

VITÓRIA-ES, 30/05/2014

BRUNO SOBROZA DUARTE

A EXPERIÊNCIA ELEITORAL DA ARENA (ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL) NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NAS ELEIÇÕES DE 1974: OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, COLATINA E VITÓRIA

Dissertação apresentada ao programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

VITÓRIA-ES

2014

[Escreva aqui]

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Duarte, Bruno Sobroza, 1980-

D812e A experiência eleitoral da Arena (Aliança Renovadora Nacional) no estado do Espírito Santo nas eleições de 1974 : os casos dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória / Bruno Sobroza Duarte. – 2014.

125 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Aliança Renovadora Nacional (Brasil). 2. Movimento Democrático Brasileiro. 3. Bipartidarismo. 4. Partidos políticos - Espírito Santo (Estado). 5. Eleições - Espírito Santo (Estado). 6. Brasil - Política e governo - 1964-1985. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU:93/99

BRUNO SOBROZA DUARTE

**A EXPERIÊNCIA ELEITORAL DA ARENA (ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL) NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NAS ELEIÇÕES DE 1974:
OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM,
COLATINA E VITÓRIA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ___/___/___.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Valter Pires Preira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Victor Amorim de Ângelo
Universidade de Vila Velha – UVV

[Escriba aquí]

AGRADECIMENTOS

Á Deus, que me proporcionou esta oportunidade de estar numa Universidade Federal realizando este Mestrado.

Aos meus pais, que construíram o alicerce da minha vida para que eu me tornasse a pessoa que hoje sou. Que abriram mão dos seus sonhos em favor dos meus.

A minha esposa por todo apoio e incentivo, que ouvia, mesmo sem entender, todos os meus questionamentos e descobertas durante a escrita desta dissertação.

A minha filha Sofia que sentiu minha ausência, mas mesmo assim continuou me amando.

Ao professor Drº. Pedro Ernesto Fagundes que me abriu a porta do Mestrado, acreditando no projeto e no meu potencial. Agradeço pelas orientações, pelas dicas literárias e por ter mostrado os caminhos a serem trilhados, contribuindo na definição do projeto de pesquisa. Agradeço também pela paciência em toda construção desta dissertação.

Ao Programa de Pós – Graduação em História da UFES, seus coordenadores destes longos quatro anos, como aluno especial e como aluno regular, professor doutor Antônio Carlos Amador Gil, professora doutora Adriana Pereira Campos e agora, o professor doutor Sebastião Pimentel Franco. Agradeço também à atenção da secretária Ivana Ferreira Lorenzoni pela atenção dada durante todo este tempo.

Aos professores das disciplinas realizadas, que muito contribuíram para minha formação, em especial o professor doutor Carlos Vinícius Costa de Mendonça, com quem iniciei o desejo de pesquisar o pensamento da direita no Brasil e a ditadura militar a partir do estudo da biografia de Ernesto Geisel.

Aos professores doutores Michael Alain Soubbotnik, com o estudo das ideias políticas e sociais, Valter Pires Pereira e Márcia Barros Ferreira, com as teorias historiográficas, que muito contribuíram para minha formação e para realização desta pesquisa.

[Escriba aquí]

Aos professores Doutores Victor Ângelo da UVV, Valter Pires e Uéber José de Oliveira (UFES) com suas dicas sobre os caminhos a serem trilhados na escrita desta dissertação durante as qualificações. Cada um com seu jeito e em suas áreas específicas, muito contribuíram para se chegar a este resultado.

Mais uma vez agradeço a estes professores e ao professor doutor Sebastião Pimentel, coordenador do programa, pela nova oportunidade de apresentar esta dissertação.

Aos meus colegas de mestrado e de viagem, que durante estes anos fizeram parte da minha vida, em especial meu colega José Carlos (Júnior) que por quatro anos compartilhamos os conhecimentos adquiridos.

Aos meus professores da EEEF Graúna que entenderam as minhas ausências.

Ao meu Coordenador Jurandir Domiciano pelo apoio na escola e pela correção ortográfica.

[Escreva aqui]

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto-problema o estudo do desempenho eleitoral da ARENA nas eleições de 1974 especialmente os casos dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória, municípios de grande importância para o estado do Espírito Santo, devido a diversos fatores como, o grande número populacional e eleitoral, por estarem em pontos geográficos distintos, Cachoeiro de Itapemirim no sul do Estado, Colatina no norte do Estado e Vitória, na região central, o que os tornam, uma fonte de análise de dados propícios para uma possível leitura do que estaria acontecendo em todo estado do Espírito Santo e também, por abrigarem parcelas importantes das elites capixabas, o que fazia com que as disputas nestas regiões gerassem impactos na geopolítica do estado do Espírito Santo. As eleições realizadas no ano de 1974 tiveram uma importância muito grande no cenário nacional, devido à virada eleitoral do MDB que representou o fim do domínio da ARENA no Congresso Nacional. Essa virada eleitoral foi justificada por muitos devido à identificação da sociedade brasileira com o MDB que passou a ser visto como uma forma de se colocar contra o regime. Mas, no Espírito Santo, estes resultados eleitorais não foram vistos como protestos da sociedade capixaba, ou seja, a população não incorporou essa espécie de protesto da sociedade brasileira. Na eleição de 1974, apesar da ARENA ter saído em vantagens eleitorais para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal, fazendo a maioria da bancada, o desempenho eleitoral foi menor em relação às eleições de 1970. E em relação ao Senado o desempenho foi ainda menor, pois o MDB elegeu seu candidato a senador para a única vaga existente. Assim, estudar a eleição de 1974 no estado do Espírito Santo é ao mesmo tempo procurar compreender o que gerou o mau desempenho da ARENA nesta eleição e a consequente vitória de Dirceu Cardoso para o senado.

Palavras - Chave: ARENA; Eleições; MDB; Partidos Políticos e Regime Militar.

[Escriba aqui]

ABSTRACT

This present dissertation has as its object-problem the of ARENA (Aliança Renovadora Nacional) in the State of Espírito Santo, its organization and its 1974 electoral experience, especially the municipalities election results in Vitória, Cachoeiro de Itapemirim and Colatina, municipalities of great importance for the State of Espírito Santo due to its population and electoral numbers. But more than that, because they are in different geographical and strategical points, which make them a source of analysis of propitious data for a possible reading of what was happening throughout the State of Espírito Santo and besides, for having important portions of Capixabas Elites, which lead to disputes in these regions generate impacts on the geopolitics of the State of Espírito Santo. The year of 1974 had a huge importance in the national scene due to electoral turn of the MDB that represented the beginning of the end of the military regime, facing due to this identification of Brazilian Society with MDB that came to be seen as a way of putting against the regime. Added up to the victories of MDB in all the country, came the rise of the party politics identification that has reached new heights. but in the case of the State of Espírito Santo, there was no mechanical reproduction of that scene. In the Espírito Santo, the transfer of votes for the MDB did not occur, so, the Capixaba population did not incorporate this kind of protest of the Brazilian Society against the direction taken in the country by the conduction of the regime. In the 1974 election, even though, MDB elected a candidate to the Senate, The Federal Deputy Dirceu Cardoso, the election result in Espírito Santo showed, once more time, widely favorable to ARENA and the MDB victory by the candidate to the Senate did not represent the MDB victory but the victory of Dirceu Cardoso, ex-PSD, a closer person to the ARENA leadership than his ARENA opponent, José Carlos da Fonseca. Therefore, Studying the 1974 election in the State of Espírito Santo means respond the hypothesis that the victory of the MDB is more a result of the internal division of ARENA than a protest from the Capixaba society or a political turn against the Military Regime.

Keywords: ARENA, Election, MDB, Political Parties, Military Regime,

[Escriba aquí]

LISTA DE SIGLAS

AC – Ato Complementar

AI – Ato Institucional

AIB – Ação Integralista Brasileira

ALES - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo;

ANL – Aliança Nacional Libertadora

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais;

IPM - Inquérito Policial Militar;

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MTR - Movimento Trabalhista Renovador;

PCB - Partido Comunista Brasileiro;

PDC - Partido Democrata Cristão;

PL - Partido da Lavoura;

PP - Partido Progressista;

PP - Partido Proletário;

PR - Partido Republicano;

PRC- Partido Republicano Construtor;

PRP - Partido da Representação Popular;

PRT - Partido Republicano Trabalhista;

PSD - Partido Social Democrático;

PSP - Partido Social Progressista;

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;

PTN - Partido Trabalhista Nacional;

SNI – Sistema Nacional de Informação;

TRE-ES – Tribunal Regional Eleitoral

UDN- União Democrática Nacional;

[Escriba aquí]

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Composição Partidária da Câmara dos Deputados (1950-1954) -----	35
Tabela II: Composição Partidária da Câmara dos Deputados (1954-1958)-----	35
Tabela III: Composição Partidária da Câmara dos Deputados (1958-1962)-----	35
Tabela IV: Composição Partidária da Câmara dos Deputados (1962-1966)-----	36
Tabela V: Alianças Políticas Partidárias Eleições Majoritárias no ES: 1945-1964--	50
Tabela VI: Divisões Internas das Principais Agremiações Partidárias do ES-----	51
Tabela VII: Formação da ARENA e do MDB a partir da Filiação dos Representantes dos Partidos Extintos na Câmara dos Deputados (1966)-----	67
Tabela VIII: Síntese do Documento Constitutivo da ARENA -----	68
Tabela IX: Comissão Executiva Nacional (1965-1968) -----	70
Tabela X: Filiação dos Deputados Estaduais do ES na ARENA e no MDB (1966) ---	73
Tabela XI: Alguns Membros da ARENA – Seção ES – 1966 -----	74
Tabela XII: Primeira Comissão Executiva do Diretório Regional da ARENA – ES --	77
Tabela XIII: Chapas Concorrentes para a Mesa Diretora da ALES – 1966 -----	79
Tabela XIV: Nomes para Lista Tríplice para Governo do Estado – 1966 -----	82
Tabela XV: Resultado para o Senado – 1966 -----	84
Tabela XVI: Resultado para a Câmara dos Deputados – 1966 -----	85
Tabela XVII: Chapas Inscritas para Comissão Executiva – 1969 -----	88
Tabela XVIII: Chapa de Conciliação para Mesa da ALES – 1970 -----	89
Tabela XIX: Resultados Eleitorais da ARENA e do MDB na Câmara dos Deputados: 1966-1974 -----	95
Tabela XX: Resultados Eleitorais da ARENA e do MDB no Senado: 1966-1974 ----	96
Tabela XXI: Nomes para indicação ao Governo do Estado/ES: 1974 -----	99
Tabela XXII: Candidatos da ARENA para a Câmara dos Deputados: 1974 -----	102
Tabela XXIII: Candidatos a Reeleição da ARENA para a ALES: 1974 -----	103
Tabela XXIV: Resultado das Eleições para Câmara dos Deputados: 1974 -----	104
Tabela XXV: Resultado das Eleições para ALES: 1974 -----	105

[Escriba aquí]

Tabela XXVI: Participação do eleitorado na Eleição de 1974 -----	107
Tabela XXVII: Resultados Eleitorais do MDB para ALES: 1974 -----	108
Tabela XXVIII: Resultados Eleitorais da ARENA para ALES: 1974 -----	108
Tabela XXIX: Resultados Eleitorais do MDB para a Câmara dos Deputados: 1974 ----- -----	109
Tabela XXX: Resultados Eleitorais da ARENA para a Câmara dos Deputados: 1974 --- -----	109
Tabela XXXI: Resultados Eleitorais da ARENA e do MDB para o Senado: 1974 ----- -----	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: PARTIDOS POLÍTICOS: DOS CONCEITOS MODERNOS AO CASO BRASILEIRO	18
1.1 - Origem Histórica	18
1.2 – Conceitos	20
1.3 - Os Partidos Políticos no Brasil: Construção e Consolidação	22
1.4 - A questão político partidária no Espírito Santo (1930-1964)	37
CAPÍTULO 2: A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL	53
2.1 - O Golpe de 1964 e o Bipartidarismo	53
2.1.1 - O Golpe de 1964 e o Bipartidarismo no Espírito Santo	61
2.2 - A Construção da Arena: Um partido de apoio ao governo “revolucionário” de 1964	66
2.3 A Construção da Arena no Espírito Santo	73
CAPÍTULO 3: A EXPERIÊNCIA ELEITORAL DA ARENA NO ES NA ELEIÇÃO DE 1974	78
3.1 As eleições posteriores ao bipartidarismo e os rearranjos	78
3.2 O crescimento do MDB: O caso brasileiro e a realidade capixaba	92
3.3 A eleição de 1974 no Espírito Santo e a experiência eleitoral da ARENA ..	97
3.4 Os resultados eleitorais de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina ..	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto o estudo do desempenho eleitoral da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas eleições de 1974 no Estado do Espírito Santo, especialmente os casos dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória. Municípios de grande importância para o estado do Espírito Santo, devido a diversos fatores como, o grande número populacional e eleitoral, por estarem em pontos geográficos distintos. Cachoeiro de Itapemirim no sul do Estado, Colatina no norte do Estado. A capital do estado, Vitória, na região central, o que os tornam, uma fonte de análise de dados propícios para uma possível leitura do que estaria acontecendo em todo estado e também, por abrigarem parcelas importantes das elites capixabas, o que fazia com que as disputas nestas regiões gerassem impactos na geopolítica do estado do Espírito Santo.

As eleições realizadas no ano de 1974 tiveram uma importância muito grande no cenário nacional, devido à virada eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que representou o fim do domínio da ARENA no Congresso Nacional. Essa virada eleitoral foi justificada por muitos historiadores devido à identificação da sociedade brasileira com o MDB que passou a ser visto como um instrumento de luta e de se colocar contra o Regime Militar instalado no país em 1964.

Mas, no Espírito Santo, estes resultados eleitorais não foram vistos como protestos da sociedade capixaba, ou seja, a população não incorporou essa espécie de protesto da sociedade brasileira. Na eleição de 1974, apesar da ARENA ter saído em vantagens eleitorais para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal, fazendo a maioria da bancada, o desempenho eleitoral foi menor em relação às eleições de 1970. Entretanto, em relação ao Senado o desempenho do partido da situação foi péssimo: No Espírito Santo o MDB elegeu seu candidato a senador para a única vaga existente. Assim, estudar a eleição de 1974 no estado do Espírito Santo é ao mesmo tempo procurar compreender o que gerou o mau desempenho da ARENA nesta eleição e a consequente vitória de Dirceu Cardoso (MDB) para o senado.

Nesse trabalho procuramos responder a hipótese sobre quais os motivos do mau desempenho da ARENA na eleição de 1974, reconstruindo assim a história deste

[Escriba aqui]

partido político, extinto pela reforma eleitoral de 1979 (Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979) e ao mesmo tempo esquecido pela população capixaba.

Na proposta de responder tal hipótese, a presente dissertação analisa a criação do sistema bipartidário instalado no Brasil em 1965 e mergulha nas origens da construção deste partido, tanto a nível nacional como estadual.

A realização dessa pesquisa se justifica por fazer-se necessária a presença da ARENA nos processos políticos do Estado do Espírito Santo, visto que o mesmo, embora não esteja dissociado das construções histórico-sociais nacionais e, em certos momentos, internacionais, possui importantes particularidades.

É preciso resgatar a memória dos setores ligados à Direita no Estado do Espírito Santo. Esse resgate precisa ser feito o mais rápido possível devido algumas personalidades políticas, da época, ainda estarem vivas, pois este resgate requer entrevistas e análises de arquivos pessoais destas personalidades como o ex – governador Élcio Álvares, o ex-deputado federal e ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim José Tasso de Oliveira Andrade, o atual presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Deputado Theodorico de Assis Ferrazo e outros.

Além das fontes orais descritas acima, existem também, já catalogadas e disponíveis, as atas do Diretório Regional da ARENA seção Espírito Santo, os periódicos capixabas como o jornal A Gazeta, com suas microfilmagens no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e a Revista Espírito Santo Agora, disponível na Biblioteca Pública Estadual, todas usadas nesta dissertação.

Sobre a fundação desta agremiação em nível nacional podemos afirmar que essa organização foi fundada em uma conjuntura complexa de movimentações políticas, de implantação de um regime militar, oriundo de um golpe civil militar, ocorrido em abril de 1964. Dessa forma, a ARENA, surgiu após algumas tentativas desse novo sistema político de conviver com as estruturas políticas e partidárias existentes desde 1946. Como afirmou Lúcia Grinberg (2009)¹, esse partido surgiu com o objetivo de apoiar o “Governo da Revolução” e garantir apoio parlamentar ao Governo constituído a partir de 1964.

Grinberg (2009) afirma que até poucos anos quase não existiam trabalhos acadêmicos que falassem especificamente da ARENA, talvez por puro preconceito ou

¹ GRINBERG, Lúcia. **Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA (1965-1979)**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.

por falta de interesse em se pesquisar a direita no Brasil. Ela afirma que seu próprio trabalho sofreu este tipo de preconceito. Em sua obra ela coloca que durante a realização do trabalho, muitas pessoas a olharam com certo espanto, perguntando se ela tinha parentes neste partido. Segundo ela, a ARENA é um objeto ignorado, pois as pesquisas quando tratam da ditadura militar, se concentram na temática das oposições ao regime, não havendo interesse pelo estudo das organizações que deram apoio a este regime. Há muitos estudos sobre os militares no poder, nos processos decisórios e nas políticas de repressão, quanto aos partidos políticos, há um escasso interesse².

Em sua obra, a autora faz uma reconstrução da história deste partido. Ela trabalha a origem do movimento civil militar de 1964, as reformas políticas que sucederam esse movimento e a criação/ construção da ARENA. Grinberg deixa claro que a ARENA foi um partido criado por decreto para sustentar o novo regime político, mas que ainda assim, não era tão homogêneo, quanto demonstrava, por ter sido formado de uma junção de vários partidos extinto em 1965. Por isso, segundo ela, “possuía um lastro ideológico”³.

Outro trabalho que trata desta mesma temática é a dissertação de mestrado de Mariana Silveira (2008)⁴. Em seu trabalho Silveira (2008) busca compreender algumas das relações entre civis governistas e militares governistas, bem como a disputa de ambos pelo monopólio da representação política. Em sua dissertação ela deixa bem clara a opção pela ARENA como objeto de estudo, pois, segundo ela, entender esse partido é compreender um pouco o regime autoritário e a preservação do sistema representativo que contribuiu para manter a aparência de continuidade institucional no país.

Silveira reafirma a tese de Grinberg (2009) quando diz que:

A historiografia sobre o regime militar é balizada principalmente pelos marcos de 1964, 1968 e 1974. Assim, privilegia os temas do movimento militar, assinalando o golpe, o Ato Institucional n.º 5, a luta armada, a abertura e o papel do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Este se distingue por sua vitória em 1974 e por uma atuação nos anos de 1980, contemporânea às expectativas do processo de democratização, no qual tem função importante. No entanto, o cotidiano do regime, assim como suas tentativas e bases de

² GRINBERG, 2009, p.23.

³ Ibid. p.94.

⁴ SILVEIRA, Mariana. **Aliança Renovadora Nacional (Arena) no Paraná: O “partido do sim, senhor” e a ditadura militar (1966-1979)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

[Escriba aquí]

legitimação, tem sido pouco trabalhado. Esvaziados de grande parte do seu poder político e subordinados aos militares, os civis governistas têm sido pouco visualizados em sua participação no regime autoritário⁵.

Um trabalho que também será utilizado como fonte para a construção desta dissertação, principalmente quando se tratar do estado do Espírito Santo, será a Tese de Doutorado do professor Ueber José de Oliveira (2013)⁶, que tem como principal propósito analisar a configuração político partidária no Espírito Santo entre os anos de 1964 e 1982, cujo foco recai sobre as trajetórias das agremiações partidárias vigentes no período – ARENA e MDB, analisando o desempenho político eleitoral dos mesmos.

Para escrever sobre a ARENA, um partido político criado durante o Regime Militar no Brasil, houve a necessidade de se discutir o conceito de Partidos Políticos, bem como sua origem histórica e suas classificações. Para isto foram analisadas as obras de Maurice Duverger (1970)⁷, que elabora uma teoria geral dos partidos políticos e um exame da questão partidária e política do nosso século e de Giovanni Sartori (1982)⁸, que nos dará uma segura visão do progresso da Ciência Política nos países onde ela está mais adiantada. Outro autor que não poderia ficar de fora desta discussão seria Norberto Bobbio com o Dicionário de Política (1999)⁹, que oferece uma explicação e uma interpretação simples dos principais conceitos que fazem parte do universo do discurso político a partir de textos de diversos especialistas renomados, e também Serge Berstein que na obra organizada por René Rémound, Por uma história Política (2003)¹⁰, faz um breve relato sobre alguns conceitos e sobre a história de formação dos partidos políticos modernos. Estas análises estão contidas no primeiro capítulo desta dissertação.

Sobre estes assuntos foi analisada ainda a dissertação de mestrado de Cláudio Mendonça Braga intitulada “O caráter nacional dos partidos políticos na federação brasileira” (2009), que analisa o dispositivo constitucional brasileiro que prescreve a

⁵ SILVEIRA, 2008, p.07.

⁶ OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982)**. 2013. 336f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Programa de Pós Graduação em Ciência política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

⁷ DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 6ª edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1970.

⁸ SARTORI, Giovanni. **Partidos Políticos e sistemas eleitorais**. Brasília: UNB, 1982.

⁹ OPPO, Anna. “**Partidos Políticos**”, in: Norberto Bobbio/ Nicola Matteucci/ Gianfranco Pasquino (orgs.) **Dicionário de Política**. 5ª edição, Brasília: Editora UNB, 1999.

¹⁰ BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. IN: RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2003.

organização dos partidos, onde inicialmente são estudados os aspectos gerais a respeito dos partidos políticos fazendo uma análise da evolução histórica do sistema partidário brasileiro. Além desta dissertação, foi realizada uma análise da obra *Ciência Política* de Paulo Bonavides (2013) que nos traz uma valiosa contribuição no desenvolvimento da Ciência Política no Brasil, do jurista José Afonso da Silva (2000)¹¹, bem como a obra de Motta (1999)¹² que trata da história dos partidos políticos no Brasil de uma forma bem didática.

Neste capítulo foi tratado como se deu a construção e consolidação dos partidos políticos no Brasil, desde a proclamação da República em 1889 até a instalação do bipartidarismo em 1965 e depois se tratou da questão político partidária no Espírito Santo de 1930 a 1964.

Assim a análise em nível de Brasil, dividiu-se em tempos históricos, ou seja, fim do Império e República Velha, analisando a partir das ideias de José Murilo de Carvalho, na obra, *A construção da ordem: a elite política imperial* (2008), Maria Efigênia Laje de Resende com o texto, *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico* (2003), Ângela de Castro Gomes, na obra *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30* (1980). Ainda neste tempo histórico, analisou-se as obras de Ferreira e Pinto (2006)¹³ que dá atenção as transformações ocorridas neste período e que culminaram no movimento de 1930 e Carvalho (2001) *Cidadania no Brasil*, que comenta sobre os pontos comuns entre os diferentes segmentos sociais e regionais que desencadearam a revolução de 30.

Sobre a Era Vargas (1930 a 1945), as discussões se deram a partir das obras de Ângela de Castro Gomes (1980), que trata dos partidos e as constituintes nos anos 30, Vianna (2003), que trata do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) bem como as insurreições de 1935. O próprio Braga (2009) em sua dissertação e Bonavides (2013) em sua obra já citada fazem comentários deste período, principalmente das mudanças trazidas pela Revolução de 1930.

¹¹ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 17ª. ed. São Paulo: Malheiros. 2000.

¹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2ª edição revista, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.

¹³ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

[Escreva aqui]

Por fim, as análises do período pós Vargas até a instalação do bipartidarismo em 1965, foram realizadas a partir das obras de Gomes (2007)¹⁴, que faz uma análise da herança de Vargas através do getulismo, trabalhismo e nacionalismo e ainda da evolução político partidária do PTB neste período, Benevides (2002)¹⁵ que dá continuidade à análise deste período histórico dando uma maior ênfase ao governo de Juscelino Kubitschek, Ferreira (2000)¹⁶ com uma coletânea de artigos em que demonstra uma atenção especial à vida política e aos problemas enfrentados por Jango no início da década de 1960, destacando os artigos de Alzira Alves de Abreu (2000)¹⁷ e Rodrigo Patto Sá Motta (2000)¹⁸, cujo ponto comum dos dois textos é o destaque do sentimento anticomunista para mobilização da sociedade contra o governo de João Goulart.

A análise da configuração brasileira termina com um comentário da obra de Motta (1999) que mostra o aumento da representação parlamentar dos partidos mais ligados à esquerda, principalmente o PTB, do período de 1950 a 1962, que segundo ele aguçou o temor dos conservadores levando-os a conspirarem contra o governo em 1964.

Ao final deste capítulo parte-se para a análise da questão político partidária no Espírito Santo, pois como parte integrante da Federação implantada com a Constituição de 1891, o modelo político oligárquico da Primeira República se repetiu no estado, mas como uma unidade federativa, teve suas particularidades, isso devido a diversos fatores descritos por Fernando Achiamé (2010)¹⁹.

Este tópico faz uma análise da obra de Achiamé (2010), que antes de tratar de seu tema específico, O ES na Era Vargas, faz um resgate da formação política e econômica do Espírito Santo, apresentando como que se originou o sistema de poder

¹⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base.** In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). **As Esquerdas no Brasil.** vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵ BENEVIDES, Maria Victória. **O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento.** IN: GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de JK.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

¹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

¹⁷ ABREU, Alzira Alves de. 1964: **A imprensa ajudou a derrubar Goulart.** IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64.** IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

¹⁹ ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930 -1937): Elites políticas e reformismo autoritário.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

[Escreva aqui]

oligárquico no Estado e ao mesmo tempo as elites políticas capixabas, destacando as elites oligárquicas do sul do estado que dominaram a arena política na Primeira República. Inicia-se aqui neste tópico as análises da tese de Oliveira (2013) que também faz um relato das elites políticas capixabas desde a Primeira República até o Golpe de 1964.

As análises perpassam pelas obras de Fagundes (2011)²⁰, que trata do movimento Integralista no Espírito Santo, Medeiros (1982), que trata dos partidos políticos existentes no estado no período de 1945 a 1964, Silva (1995)²¹, cuja análise recupera a trajetória histórica do desenvolvimento do Espírito Santo com ênfase no desenvolvimento sócio econômico a partir da Proclamação da República até o Golpe Civil Militar de 1964, procurando desvendar como que os interesses das classes sociais do Espírito Santo foram se constituindo, e Santos (2013)²², que em sua dissertação de mestrado diz que o pós-1945, no Espírito Santo, ficou caracterizado pelas disputas entre as lideranças principais do PSD, que obteve neste período, uma relativa expressão na política partidária no Estado.

Ao final deste tópico retorna-se para a análise de Oliveira (2013) que discute a tese de que o PSD reuniu em suas fileiras políticos de diferentes matizes com diferentes interesses desde donos de terras como da burguesia industrial. Chama a atenção também para a polarização do PSD com a “Coligação Democrática” e para o fato das movimentações dos vários partidos que em um pleito estavam na campanha situacionista e em outro na oposição, como a UDN e o PSP, mostrando com isso a falta de identidade ideológica dos partidos políticos capixabas neste período.

O segundo capítulo tratará da construção da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e das eleições posteriores ao bipartidarismo e estará dividido em quatro tópicos. O primeiro tópico tratará do Golpe de 1964 e a instalação do bipartidarismo em 1965, tanto a nível nacional como a nível estadual. O segundo tópico tratará especificamente da construção da ARENA.

²⁰ FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Os Integralistas no Estado do Espírito Santo (1933- 1938)**. Revista *Ágora/UFES*, Vitória-ES, nº.13, 2011.

²¹ SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

²² SANTOS, Francisco José. **Da Campanha da Legalidade ao Golpe de Estado de 1964: O Estado do Espírito Santo durante o Governo de João Goulart (1961-1964)**. 2013. 190f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

Sobre a construção da ARENA no plano nacional, será tomado por base a obra de Lúcia Grinberg (2009), que faz um resgate histórico da construção deste partido e fornece uma visão detalhada e mais complexa sobre a formação e funcionamento da ARENA bem como do sistema partidário brasileiro, tanto anterior a 1964 como posterior a 1964.

Ainda neste sentido, teremos uma contribuição de Élio Gaspari (2002), que em sua obra faz um minucioso relato do Golpe de 1964, a luta pelo poder nos primeiros anos do Governo Militar, a criação do SNI (Sistema Nacional de Informação) e os bastidores da elaboração dos primeiros atos institucionais, de Maria D'alva Gil Kinzo, com a obra *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*, (1988), da Dissertação de Mestrado de Rafael Machado Madeira (2002) com o tema ARENA ou ARENA's: A coesão partidária da legenda do Regime em três estados brasileiros e o artigo de Carlos Azevedo, "O pesadelo recorrente" (2004). Sobre a construção da ARENA no estado do Espírito Santo teremos como base os trabalhos de Pereira e Marvila (2005) e a tese de doutorado de Oliveira (2013), já citada acima.

O terceiro tópico abordará as eleições que ocorreram no Estado do Espírito Santo após a formação do bipartidarismo em 1966 bem como os rearranjos políticos partidários deste período e teremos como base a tese de Oliveira (2013), o livro de Ata de reuniões da ARENA seção ES e dados do TRE/ES. O quarto e último tópico terminará tratando do crescimento do MDB a nível nacional, a partir das análises de Carvalho (2008) e Grinberg (2009), e também a nível estadual, a partir de Oliveira (2013) e dados do TRE/ES, mostrando as particularidades deste crescimento no estado do Espírito Santo.

O terceiro e último capítulo trabalhará o desempenho eleitoral da ARENA nas eleições de 1974, objeto desta dissertação, analisando estas eleições a partir dos periódicos capixabas: *Jornal A Gazeta* e *Revista Espírito Santo Agora*. Este capítulo se propõe a discutir todo processo eleitoral, desde a escolha do Governador à escolha do candidato ao Senado e toda campanha eleitoral culminado nas eleições de 15 de novembro de 1974. O segundo subtópico deste capítulo inicia as discussões sobre os resultados eleitorais desta eleição, que apesar de ter dado uma vantagem a ARENA no que diz respeito à quantidade de Deputados Federais e Estaduais eleitos, demonstrou um mau desempenho da ARENA nesta eleição, onde diminuiu a diferença de representação

[Escriba aqui]

na Assembleia Legislativa em relação às eleições de 1970 e também para o Senado onde o MDB conseguiu eleger seu candidato para a única vaga existente.

O terceiro subtópico vai discutir o que teria levado este mau desempenho da ARENA. Vai discutir se os resultados foram originados por votos de protesto, como o que estava ocorrendo em outros estados brasileiros, ou se o resultado foi devido a divisões internas na própria ARENA.

As discussões deste subtópico também se darão baseadas nos periódicos capixabas citados acima, bem como nos depoimentos dos próprios políticos da época, tanto da ARENA como do MDB, assim como de seus jornalistas.

O segundo tópico deste terceiro capítulo, analisará o desempenho da ARENA nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória, que como foi falado, são municípios de grande importância para o estado do Espírito Santo. As análises deste último tópico também se darão nos periódicos capixabas e ainda em fontes do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, onde serão analisados os mapas totalizadores de resultados.

A presente dissertação pretende responder as seguintes interrogações: o que gerou o mau desempenho da ARENA na eleição de 1974 e a consequente vitória de Dirceu Cardoso para o senado? Votos de protesto ou divisões internas na ARENA?

[Escreva aqui]

CAPÍTULO 1

PARTIDOS POLÍTICOS: DOS CONCEITOS MODERNOS AO CASO BRASILEIRO

“Os partidos políticos e a democracia moderna não surgiram abruptamente, eles têm uma história.”

Rodrigo Patto Sá Motta.

1.1 – Origem Histórica

Antes de analisarmos os conceitos existentes de partidos políticos, vamos conhecer primeiro a sua origem histórica. Berstein²³ em um texto publicado na obra *Por uma História Política*, organizada por René Rémond (2003), faz uma breve análise dessa origem histórica dos partidos políticos.

Para Berstein (2003), antes de existirem os partidos, no sentido moderno do termo, existiram forças políticas que serviram de mediação na sociedade. Berstein diz que o homem, não sendo originalmente um animal político, sentia necessidades e aspirações para a existência cotidiana. Assim, passou das necessidades e aspirações para à expressão de um pensamento político, ou de uma participação política. E foi no espaço entre esta necessidade e o discurso, ou o desejo de participação que se situou a mediação política, e esta mediação era obra de forças políticas que tinham como uma de suas funções primordiais, articular as necessidades ou as aspirações das populações. Estas forças políticas, constituídas no interior dos grupos sociais são, portanto, muito mais antigas que os partidos políticos e muito cedo se empregaram a elas o termo “partido”, não podendo, porém confundir estes grupos restritos ou forças políticas com os partidos políticos modernos com vocação para canalizar os votos de populações numerosas que surgiram no mundo ocidental no final do século XIX.²⁴

²³ BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. IN: RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2003.

²⁴ BERSTEIN, 2003, p. 61-62.

[Escreva aqui]

Neste mesmo texto, Berstein diz que a primeira tentativa de explicação global do nascimento dos partidos políticos deve-se dar a Maurice Duverger²⁵ que afirmou que o partido político é um fenômeno ligado à instituição parlamentar, e sua análise convence na medida em que corrobora os dados da história.

No dizer de Berstein (2003), Maurice Duverger distingue dois tipos de partidos. Os de criação eleitoral e parlamentar, nascidos da iniciativa dos eleitos desejosos de controlar os comitês que canalizam a massa de eleitores, cuja finalidade é assegurar a reeleição dos parlamentares. E os partidos de origem externa, que se originaram de grupos de pressão, sindicatos, sociedades de pensamento, igrejas, associações de ex-combatentes etc. Fazem da base militante representada nos congressos à fonte essencial do poder partidário.

Maurice Duverger (1970)²⁶ delimita o tempo histórico do surgimento dos partidos políticos em sua acepção moderna. Segundo ele,

Em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia ‘partidos políticos’ no sentido moderno do termo: encontravam-se tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamentos, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito. [...] Em seu conjunto, o desenvolvimento dos partidos parece associado ao da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares. [...] O nascimento dos partidos encontra-se, portanto, ligado ao dos grupos parlamentares e comitês eleitorais.²⁷

Segundo esse autor, quanto mais às assembleias políticas viam desenvolverem suas funções e sua independência, mais os seus membros sentiam a necessidade de se agruparem por afinidades a fim de agirem de comum acordo e quanto mais o direito de voto se estendia e se multiplicava, mais se tornava necessário enquadrar os eleitores por comitês capazes de tornar conhecidos os candidatos.²⁸

Oppo (1999)²⁹, no Dicionário de Política afirma que os partidos políticos irão aparecer pela primeira vez naqueles países que primeiramente adotaram forma de governo representativo. Defende que não necessariamente apareceram com o governo representativo, mas surgiram a partir do momento em que esse governo “previu uma

²⁵ Sociólogo e Cientista Político francês foi considerado um dos nomes mais categorizados da vida acadêmica europeia.

²⁶ DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1970.

²⁷ DUVERGER, 1970, p. 19-20.

²⁸ Ibid. p. 20.

²⁹ OPPO, Anna. **Partidos Políticos**. In: Norberto Bobbio/ Nicola Matteucci/ Gianfranco Pasquino (orgs.). **Dicionário de Política**, 5ª edição, Brasília: Editora UNB, 1999.

[Escreva aqui]

gestão do poder por parte dos representantes do povo” integrando setores mais amplos da sociedade civil no sistema político. Afirma ainda que

O nascimento e o desenvolvimento dos partidos estão ligados ao problema da participação, ou seja, ao progressivo aumento da participação nas decisões políticas, por parte de classes e estratos diversos da sociedade.³⁰

Segundo Braga (2009)³¹ em sua dissertação de mestrado, as constituições do século XIX ignoravam os partidos políticos, que eram tratados como meras associações privadas. Para ele, isso se deve ao fato de os partidos políticos ainda não serem bem vistos, mesmo após o advento do Estado Liberal, pois eram considerados prejudiciais à democracia.³² Giovanni Sartori (1982)³³ disse que gradualmente a expressão ‘partido’ foi perdendo seu caráter negativo, passando este a ser aceito na vida política. Assim, o termo ‘partido’ entrou em uso, substituindo gradualmente a expressão facção.

Rodrigo Patto Sá Motta na obra “Introdução à história dos partidos políticos brasileiros” (1999)³⁴ afirma que os partidos políticos não surgiram abruptamente, mas que possuem uma história. Segundo ele, os partidos foram se desenvolvendo a partir das lutas empreendidas ao longo do período moderno (Séc. XVII), quando surgiram os primeiros movimentos de contestação ao Absolutismo, que questionavam os excessos do poder monárquico e propunham a redução ou limitação deste poder. Surge neste tempo a teoria da divisão dos poderes, celebrizada por Montesquieu, que fornecia uma medida eficaz para reduzir e controlar o poder monárquico, ficando ao chefe do governo o poder executivo. O poder Legislativo e Judiciário foi transformado em poderes autônomos.

Assim, com a autonomia do poder legislativo, suas funções passaram a ser de criar leis, controlar os excessos do executivo e representar o povo, garantindo que fossem respeitadas suas liberdades, direitos e desejos.

Para Motta (1999), foi a partir do funcionamento dos sistemas parlamentares que surgiram os primeiros partidos. Segundo ele, no início os deputados eram eleitos

³⁰ OPPO, 1999, p. 1124.

³¹ BRAGA, Cláudio Mendonça. **O caráter nacional dos partidos políticos na federação brasileira**. 2009. 146f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

³² BRAGA, 2009, p.17.

³³ SARTORI, Giovanni. **Partidos Políticos e sistemas eleitorais**. Brasília: UNB, 1982.

³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2ª edição revista. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

[Escreva aqui]

individualmente ou isoladamente em suas regiões. Após eleitos, quando se reuniam no parlamento, é que procuravam se agrupar, fazerem alianças, constituir grupos organizados com outros parlamentares que, segundo Duverger (1970), defendiam os mesmos interesses.

Paulo Bonavides (2013)³⁵ afirmou que no início os escritores políticos não estabeleciam distinção entre partido político e facção, de modo que, segundo ele, “é um progresso” quando o conceito de partidos políticos começou a aparecer separado de facções. Bonavides ainda afirmou que

[...] a história dos partidos políticos nos revela como, a princípio eles foram reprimidos, hostilizados e desprezados, tanto na doutrina como na prática das instituições. Não havia lugar para o partido político na democracia.³⁶

1.2 – Conceitos

Voltando agora para as discussões sobre os conceitos de partidos políticos, iniciamos mais uma vez a partir do texto de Berstein (2003).

Segundo Berstein, “um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum”, e este objetivo é demonstrado pelos seus integrantes.³⁷ Nesta definição, o partido é quem o compõe, ou seja, homens de gerações diferentes que viveram experiências parecidas, apesar de contextos diferentes, mas que ao mesmo tempo possuem um objetivo comum. Defende ainda que um partido é mais do que a definição marxista de que representa apenas interesses de classe e que no seio de um partido pertencem várias classes. Uma das análises possíveis é a abordagem quantitativa para verificar a relação entre a realidade sociológica do partido e suas ideias. De maneira que o autor conclui que os dados sociológicos devem ser confrontados com outras realidades para não se cair numa caricatura.³⁸

Bonavides (2013), no capítulo que trata de partidos políticos, inicia seu raciocínio nos convidando a nos “volver a alguns textos clássicos da literatura política, em busca de determinadas definições” que nos dê uma noção precisa do que vem a ser

³⁵ BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 20ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

³⁶ BONAVIDES, 2013, p. 376.

³⁷ BERSTEIN, 2003, p.72.

³⁸ Ibid. p. 73-75.

[Escreva aqui]

partidos políticos. Ele enumera diversos autores e suas concepções, partindo de Edmund Burke que em 1770 definiu partido como um corpo de pessoas unidas para promover, mediante esforço comum, o interesse nacional. Em seguida ele cita Benjamim Constant que no início do século XIX apareceu com outra definição com prestígio igual ou superior ao da definição de Burke, que diz que o partido político é uma reunião de homens que professam a mesma doutrina política. O autor prossegue com o conceito de partido político oferecido por Bluntschli que afirmou se tratar de grupos livres na sociedade, os quais, mediante esforços e ideias básicas de teor político, se acham dentro do Estado, ligados por uma ação comum.³⁹

Estes conceitos trabalhados por Bonavides (2013) baseados nestes autores citados acima, fortalece a definição de Berstein (2003) quando fala da associação de homens com interesses comuns.

Bonavides (2013) trabalha ainda com alguns conceitos do século XX, como os de Max Weber e Georges Burdeau. Segundo Bonavides, Max Weber, estudando com admirável proficiência os partidos políticos do ponto de vista sociológico, afirmou que os partidos são organizações criadas de maneira voluntária, que partem de uma propaganda livre e que necessariamente se renova em contraste com todas as entidades firmemente delimitadas por lei ou contrato. E na visão de Burdeau, o partido representa uma “associação política organizada para dar forma e eficácia a um poder de fato”.⁴⁰

Partindo dos conceitos acima, Bonavides (2013) vai então dar uma definição de partido político. A seu ver,

partido político é uma organização de pessoas que inspiradas por ideais ou movidas por interesses, buscam tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais, e nele conserva-se para realização dos fins propugnados.⁴¹

No dizer de José Afonso da Silva (2000), partido político é uma forma de agremiação de um grupo social que se propõe a organizar, coordenar e instrumentar a vontade popular com o fim de assumir o poder para realizar seu programa de governo.⁴²

³⁹ BONAVIDES, 2013, p.370-371.

⁴⁰ Ibid. p. 371-372.

⁴¹ Ibid. p. 372.

⁴² SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 17ª. ed. São Paulo: Malheiros. 2000.

Assim, baseado nas definições dos autores acima, podemos dizer que partido político é uma organização ou uma associação de pessoas que em conjunto visam buscar soluções para a sociedade. Reúnem-se para buscarem caminhos para o bem estar da sociedade em que vivem. E para conseguirem este bem estar, ou bem comum, precisam chegar ao poder, através dos votos da população, que se dizem representar. Só quando chegarem ao poder é que poderão colocar em prática suas ideias, construídas em conjunto.

1.3 - Partidos Políticos no Brasil: Construção e Consolidação

Segundo Motta (1999), a formação dos primeiros partidos no Brasil, no sentido moderno do termo, se deu no bojo do processo de independência e de construção do Estado e da Nação. Durante o período colonial, não havia condições propícias para a existência de nenhum tipo de partido político no Brasil haja vista o território estar subordinado a Portugal e não ter nenhum tipo de autonomia e liberdade política para isso. A própria Metrópole ainda vivia num regime Absolutista, de poder centralizado na figura do rei, gerando com isso a ausência de um poder independente que viesse representar os anseios de outros setores sociais como um parlamento. Somente a partir de 1820, com a eclosão da Revolução Liberal do Porto em Portugal que objetivava o fim do Absolutismo e que mais tarde gerou o processo de independência do Brasil, é que se ensaiaram as primeiras aparições do que viríamos a classificar como partidos políticos.

Motta (1999) afirma que, mesmo diante dessas mudanças, nos primeiros anos do Império eles praticamente não existiam. O que havia eram grupos de opiniões, pessoas que partilhavam os mesmos pontos de vista políticos, mas estes grupos não eram organizados nem duradouros o suficiente para serem caracterizados como partidos políticos.

A partir do estudo da obra de José Murilo de Carvalho (2008), podemos perceber como esse sistema partidário foi montado. O texto remonta ao período que vai de meados do século XIX até o final do mesmo, especificamente nos fins do império.

[Escreva aqui]

Segundo Carvalho (2008), esse período foi dominado por dois grupos políticos, os Liberais e os Conservadores, e a sociedade era caracterizada por sua ambiguidade: escravocrata e ao mesmo tempo governada por instituições liberais e representativas. Uma sociedade majoritariamente agrária e analfabeta dirigida por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização.⁴³

Paulo Bonavides (2013) afirmou que na prática não havia nenhuma diferença entre um Liberal e um Conservador, pois suas posições nem sempre refletiam coerências com aquilo que diziam defender e a bandeira dos princípios era sempre deposta para prevalecerem os interesses áulicos, as conveniências de ocasião, as abdições, as acomodações e que a vida constitucional do Brasil se fez sempre à base de personalidades, de líderes políticos e caudilhos, valendo-se apenas do “partido” como símbolo de aspirações políticas, nunca como organizações de combate e ação.⁴⁴

Fortalecendo a ideia de Bonavides (2013), André Gustavo Stumpf Alves de Souza (1987) diz que a história dos partidos políticos no império, é a história de duas grandes agremiações, nunca partidos: liberais e conservadores que se revezavam no poder, cada qual com seus interesses.⁴⁵

Para Bonavides (2013), os liberais exprimiam os interesses urbanos da burguesia comercial, o idealismo dos bacharéis, o reformismo progressista. Os conservadores formavam o partido da ordem, o núcleo das elites satisfeitas e reacionárias, a fortaleza dos grupos econômicos mais poderosos da época.⁴⁶

Afonso Arinos de Melo Franco (1980) afirmou que quanto ao Brasil Império, não se encontrava nenhum traço de organizações partidárias nos agrupamentos políticos existentes nesta época. O que havia eram grupos de interesses que se dividiam em duas tendências naturais do momento, os que visavam fortalecer e os que visavam limitar o

⁴³ CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial.** 4ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

⁴⁴ BONAVIDES, 2013, p. 406-407.

⁴⁵ SOUZA, André Gustavo Stumpf Alves de. **Partidos Políticos na transição brasileira.** IN: MACHADO, João Paulo. **Partidos Políticos no Brasil (Org.)**. Instituto Tancredo Neves, 1987.

⁴⁶ BONAVIDES, 2013, p.407.

poder da coroa. A própria Constituição de 1824, segundo ele, não teve ensejo de promover a formação de autênticos partidos.⁴⁷

Durante a Primeira República (1889 – 1930), não houve muita alteração nesse sistema político, econômico e social marcado pela exclusão da maioria da população e pela dominação das elites. Segundo Maria Efigênia Lage de Resende (2003), foi um período contraditório, em que uma Constituição Liberal (1891) coexistia com práticas políticas oligárquicas, e um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política.⁴⁸

O texto de Rezende (2003) mostra como o Brasil se valeu de modelos políticos partidários existentes fora da realidade local. O próprio modelo de constituição foi inspirado, segundo ela, na Constituição dos EUA. Com ela, enquadrou-se o Brasil na tradição Liberal norte Americana de organização federativa e do individualismo político e econômico, tendo o Federalismo como a grande inovação da Constituição de 1891.

Modelo de Federalismo implantado em substituição ao centralismo do Império que conferiu aos estados uma enorme soma de poderes. Segundo Resende (2003), esse modelo copiado possibilitou o fortalecimento das oligarquias estaduais que contribuíram por sua vez para o surgimento do coronelismo, que foi um poder privado local que durou até 1930, quando Vargas chegou ao poder e trouxe de volta o centralismo político. Além disso, a Constituição de 1891 possibilitou o surgimento de poderes estaduais, denominado de Política dos Governadores, que colaborou para a consolidação do domínio das oligarquias estaduais. Assim, a força desses coronéis nos municípios, foi fundamental para impedir o surgimento de partidos nacionais.

Franco (1980) chegou a afirmar que a mentalidade republicana era federal e antipartidária no sentido nacional e a própria constituição republicana, a de 1891, estabeleceu partidos regionais/estaduais.

⁴⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 2ª edição. São Paulo. Ed. Alfa – Omega, 1974.

⁴⁸ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **“O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”**, In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano, vol. 1, O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Essas características políticas e partidárias só foram alteradas com a Revolução de 1930, quando outros grupos e interesses políticos entram em cena, principalmente os ligados a Getúlio Vargas. Como foi dito, o federalismo cede lugar ao centralismo de Vargas.⁴⁹

A Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder, ocorreu segundo Braga (2009), por conta de reações que foram surgindo ao longo da década de 1920 contra a estrutura oligárquica da Primeira República, diante de um novo quadro econômico mundial, bem como do início do processo de urbanização do país.

Ferreira e Pinto (2006)⁵⁰ no texto “A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de Trinta”, dá atenção especial à efervescência e as transformações ocorridas no período e que culminaram no movimento de 1930, com a tomada de poder de grupos políticos ligados a Getúlio Vargas. Foi um período em que houve crescimento do setor cafeeiro, a diversificação da agricultura e desenvolvimento das atividades industriais. Também se constata um crescimento dos setores urbanos e das camadas médias.

E em meio a essas mudanças estruturais, vem à tona o debate acerca do federalismo brasileiro. A defesa deste unia os grupos políticos dominantes, mas o debate acerca do formato a ser adotado gerava divergências. Segundo Ferreira e Pinto (2006), três problemas fundamentais ficaram sem resposta na formatação do sistema político: o da geração de atores políticos, o das relações entre o poder Executivo e Legislativo e o da interação entre poder central e poderes regionais.

A década de 1930 foi um período de incertezas e críticas ao modelo liberal adotado, principalmente no Brasil que, como já vimos, adotou um contraditório liberalismo oligárquico⁵¹. Logicamente que a crise econômica de 1929 abalou as estruturas do capitalismo, ampliando a hipótese do esgotamento desse modelo. Dessas críticas originaram propostas alternativas de modelos políticos, tanto da chamada direita, como é o exemplo dos fascismos, como pela esquerda e os modelos propostos por Moscou. Na crise instalada, todas essas propostas eram factíveis e legítimas.

⁴⁹ FRANCO, 1980, p.53-55.

⁵⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

⁵¹ O liberalismo oligárquico se caracteriza no período de 1889 a 1930. Ambígua e contraditória, a expressão revela que a “RÉPUBLICA”, que tinha objetivo de servir ao interesse coletivo na verdade favorecia a uma minoria no processo de participação política. IN: FERREIRA e DELGADO, 2003, p.195.

José Murilo de Carvalho, na obra *Cidadania no Brasil* (2001), comenta quais foram os pontos comuns entre os diferentes segmentos sociais e regionais que desencadearam a revolução. Para ele, todos os reformistas estavam de acordo em um ponto: a crítica ao federalismo oligárquico. Federalismo e oligarquia eram por eles considerados irmãos gêmeos, pois era o federalismo que alimentava as oligarquias, que lhes abria amplo campo de ação e lhes fornecia os instrumentos de poder. Desenvolveu-se nos círculos reformistas a convicção de que era necessário fortalecer novamente o poder central como condições para implantar as mudanças que se faziam necessárias.

A partir da Revolução de 1930, podemos ver uma mudança no sistema político e partidário brasileiro. Bem diferente do modelo que se estruturou na chamada República Velha (1889 – 1930), a nova estrutura que foi sendo instalada chamou atenção para um modelo político mais centralizado.

Bonavides (2013) disse que em matéria de partidos políticos no período Vargas, a primeira manifestação concreta se ofereceu com o código eleitoral de 1932. Segundo ele,

Essa lei deu importante passo no sentido de preparar as condições básicas indispensáveis à autenticidade democrática do partido político. [...] instituiu a representação proporcional, o voto secreto e a Justiça Eleitoral. Deixou, porém de dar o passo decisivo, que seria a criação do partido político nacional.⁵²

Franco (1980) afirmou que a Constituição de 1934 refletiu o início da transição, pois a mentalidade da Assembleia Constituinte, em relação aos partidos era de um desgosto pelo modelo político anterior, referindo-se a política dos governadores, e a incapacidade deste em atingir legalmente a necessidade dos partidos nacionais. Mas esta Constituinte, segundo Franco (1980), ficou no terreno preliminar de críticas ao existente, sem, entretanto, reformar o que criticava. A nacionalização dos partidos, segundo ele, só poderia vir mais tarde, pois tal discussão não estava, ainda, dentro da mentalidade da época.⁵³

⁵² BONAVIDES, 2013, p.410.

⁵³ FRANCO, 1980, p.62.

Segundo Gomes (1980)⁵⁴, ao mesmo tempo em que o sistema político e a constituição de 1934 abriram espaço para formação de partidos regionais e estaduais, o Governo Vargas teve como intuito a centralização do poder a partir do Governo Federal e da própria figura de Vargas. Desde os primeiros anos do governo o objetivo da centralização política já vinha sendo buscado, inclusive gerando confrontos com elites regionais.

Para Motta (1999), a Revolução de 1930 surgiu da confluência de interesses diversos, reunindo elementos descontentes com os rumos do país, desde os já organizados e radicalizados “tenentes” aos dissidentes da oligarquia republicana. De acordo com Motta (1999), logo nos primeiros anos após a Revolução de 1930, estabeleceu-se um quadro rico para as experiências partidárias. Neste contexto, diversos partidos se organizaram particularmente para disputar as eleições para a nova Assembleia Constituinte de 1933. Entre as experiências partidárias mais consistentes surgidas na primeira fase do governo Vargas destacam-se a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Estes dois partidos produziram um fato inédito na história brasileira, o surgimento de organizações políticas com capacidade de mobilização de massas populares e, embora fossem de posições distintas, ambos convergiam na crítica ao liberalismo, pois acreditavam na necessidade de uma reforma política que levaria à criação de um Estado mais intervencionista.

Para Braga (2009), o pioneirismo da AIB e da ANL está no fato de serem “as primeiras agremiações políticas de caráter nacional” e com efetiva capacidade de mobilizar a população. Eram movimentos que refletiam o momento político mundial, marcado pelo crescimento dos extremismos políticos e crises das democracias liberais, e surgimento de propostas autoritárias, marcados pela ascensão dos regimes nazifascistas e pela consolidação do regime socialista soviético.⁵⁵

⁵⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

⁵⁵ BRAGA, 2009, p. 44-45;

Na análise de Vianna (2003)⁵⁶, as mudanças trazidas pela Revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas não solucionaram os problemas econômicos e sociais do país nem os anseios democráticos de parte da população. Surgiram assim várias insatisfações dos grupos que participaram da revolução de 1930. Os primeiros anos do governo provisório de Getúlio trouxe à tona toda esta insatisfação como a divisão dos tenentes e o movimento constitucionalista de 1932 em São Paulo.

Após a aprovação da nova Constituição em 1934, apesar de o país ter entrado num período de normalidade constitucional, a movimentação política continuou intensa, principalmente entre o PCB e ANL que culminou com os levantes de novembro de 1935, que ficaram conhecidos de Intentona Comunista.

No entanto, esse “quadro partidário” não se consolidou, tendo em vista a perseguição à ANL (Aliança Nacional Libertadora), após a Intentona Comunista de 1935, e a implementação do Estado Novo, em 1937, que teve como uma de suas principais medidas a extinção dos partidos políticos no Brasil, ocasionado desta forma, “o fim da fase experimental e de debate, iniciada com a Revolução de 1930”.⁵⁷

Segundo Braga (2009), o golpe promovido por Getúlio Vargas ocorreu para romper com a experiência partidária existente. O preâmbulo da Constituição Outorgada em 1937 aponta que os partidos políticos eram fatores de perturbação da ordem, conforme citação abaixo,

Atendendo as legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem resultante da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil.

[...]

Resolve assegurar a Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem estar e a sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo país.⁵⁸

⁵⁶ VIANNA, Marly de Almeida. **O PCB, a ANL e as insurreições de 1935**. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano, vol.2. O tempo do nacional – estadismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

⁵⁷ MOTTA, 1999, p. 75.

⁵⁸ Braga, 2009, p. 45-46.

[Escreva aqui]

O sistema partidário existente até então foi extinto por força do Decreto nº 37, de 02 de Dezembro de 1937, que dissolveu todas as agremiações partidárias existentes e proibiu a criação de novas, trazendo dentre as justificativas, a seguinte afirmação:

Considerando que os partidos políticos até então existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro, em desacordo com as circunstâncias reais da sociedade política e civil;

[...]

Considerando que o novo regime, fundado em nome da Nação para atender as suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sobreposto as lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público.⁵⁹

De acordo com Braga (2009), houve certa facilidade para o golpe de 1937 responsabilizar os partidos políticos pelos males nacionais. Segundo ele, a mentalidade antipartidária existente no país contribuiu para tanto. Braga diz que a ausência de um sistema partidário estruturado facilitou este expediente.

Dando sequência ao seu raciocínio, Braga (2009) afirma que, em 1945, com a iminente queda do regime varguista, houve a intenção, por parte do governo, de reorganizar a atividade partidária no país com base em partidos nacionalizados a partir do Decreto Lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945, conhecido como Lei Agamenon, que regulamentou o alistamento eleitoral e as eleições em todo país.

Segundo Bonavides (2013), esse novo Código Eleitoral instituiu pela primeira vez em nossa história, o partido de âmbito nacional e definiu, para efeito de registro, o partido político de caráter nacional.

Foi sobre uma estrutura política baseada em um governo centralizado e autoritário que se estruturou o sistema político partidário do período pós Vargas, que consagrou o princípio da atuação nacional dos partidos políticos, persistente no ordenamento jurídico brasileiro até hoje. Foi nesse momento histórico que surgiu no Brasil o preceito jurídico de que os partidos fossem organizados em âmbito nacional.

⁵⁹ Braga, 2009, p. 46.

Braga (2009) diz que a Constituição de 1946, elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita pelo voto direto da população, buscou estimular a criação de partidos políticos nacionais e que nesse ambiente surgiu um sistema partidário moderadamente fragmentado com três grandes partidos políticos, o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), e que o referencial getulista estava presente na constituição de cada um deles. Segundo Braga, o PSD e o PTB foram partidos criados por Getúlio Vargas para alocar as forças políticas que o apoiavam.⁶⁰

Braga (2009) continua dizendo que o PSD apoiava-se nos políticos e burocratas que controlaram as interventorias estaduais durante o Estado Novo e o PTB aglutinava as lideranças sindicais getulistas. Já a UDN por sua vez foi criada com base em uma frente contrária a Getúlio Vargas. Citando Rogério Schmitt, Braga diz que:

Merece destaque ainda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, legalizado pela primeira vez em 1945. Nas eleições daquele ano tornou-se o quarto maior partido na Câmara dos Deputados. No entanto em maio de 1947, o PCB teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral.⁶¹

Já Delgado (2003)⁶² analisa as organizações partidárias e frentes parlamentares que atuaram no Brasil nos anos 1945 a 1964, de outra maneira. Ela diz que nesse período em questão, que representou o fim da ditadura do Estado Novo, predominou na vida política brasileira um sistema político pluripartidário onde os diferentes sujeitos políticos disputavam diferentes projetos para o Brasil.

Dentro desse debate destacam-se: convocação de eleições proporcionais para o Parlamento Nacional; convocação de eleições majoritárias para Presidência da República e implantação de um sistema pluripartidário de bases nacionais. Segundo Delgado (2003), destacam-se também as ações da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que passou a maior parte desse tempo na

⁶⁰ BRAGA, 2009, p.51

⁶¹ SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil**. IN: BRAGA, Cláudio Mendonça. **O caráter nacional dos partidos políticos na federação brasileira**. Dissertação de Mestrado, USP, 2009, pág. 51.

⁶² DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **“Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”** In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.), **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

ilegalidade, tendo que por isso adentrar em outras legendas, como o PTB, influenciando seus programas.

Motta (2000)⁶³ por sua vez diz que a herança getulista se fez presente em três dos quatro principais partidos criados em 1945. Dois deles, PTB e PSD, foram organizados por seus seguidores e o terceiro, a UDN, criado por seus opositores. Afirma ainda que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) configurou-se como a organização mais ardentemente getulista e seus fundadores pretendiam ser herdeiros e continuadores da obra trabalhista de Vargas. O PCB, com o estabelecimento do regime democrático em 1945 tornou-se uma força política de grande expressão, garantindo a quarta maior votação nas eleições daquele ano, mas, segundo ele, o bom momento vivido pelo PCB, provavelmente a melhor fase de sua longa história, não durou muito, pois com o início da guerra fria, começaram a se acumular fortes pressões anticomunistas, iniciando-se, mais uma vez, uma era de perseguição. Diante disso, um decreto lei editado em maio de 1946 pelo presidente Dutra e o próprio texto da nova Carta Magna forneceram a base legal para o cancelamento do registro do PCB.

Dando prosseguimento Motta (2000) diz que os dois maiores partidos do período, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), que eram grandes adversários, apesar de possuírem traços parecidos, principalmente o conservadorismo, apresentavam importantes distinções que os afastavam e os tornavam rivais na disputa pelo poder. Para ele, a UDN tinha um perfil mais urbano e o PSD era um partido com bases mais fortes nas zonas rurais, contando com elementos vinculados fortemente aos interesses agrários. Do ponto de vista ideológico, Motta diz que a UDN tendia a ser mais doutrinária, defendendo posturas liberais e criticava o excesso de intervencionismo estatal, posicionando-se a favor da abertura aos investimentos estrangeiros e à entrada do capital externo. Já o PSD tinha posturas mais pragmáticas, mais flexíveis, evitando adotar posições doutrinárias rígidas e se caracterizando pela predisposição de negociar com diversas correntes de opinião.

⁶³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

[Escreva aqui]

Outra autora que também trabalha a temática dos partidos políticos pós 1945, é Ângela de Castro Gomes (2007)⁶⁴ que afirma que os três maiores partidos que existiam na época poderiam ser entendidos da seguinte forma: o Partido Social Democrático (PSD) com um posicionamento político de centro; a União Democrática Nacional (UDN), representando uma direita; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representando grupos de esquerda. Ela afirma que o PTB nasceu com um perfil situacionista, como um partido ligado ao Ministério do Trabalho e autarquias previdenciárias e que também foi um agente importante para a difusão e consistência da ideologia trabalhista, que se tornou uma das mais importantes tradições da cultura política brasileira. Na realidade, segundo Gomes, o PTB foi um partido criado e escolhido por Getúlio Vargas para carregar sua marca, a marca do trabalhismo.

Gomes (2007) analisa ainda os caminhos trilhados pelo PTB na política brasileira vinculados à relação que estabeleceram com Vargas. Essa relação é dividida, segundo ela, em três períodos. Primeiro período, o *PTB com Vargas e as eleições de 1945 a 1950* – um período marcado por um aprofundamento de problemas organizacionais, de crescimento eleitoral do partido e de disputas internas. O partido enfrentava um dilema: ser um partido de trabalhadores e de bases sindicais ou ser um “partido de Vargas”. Segundo período, o *segundo governo de Vargas, sem o PTB no poder* – contraditoriamente Vargas declarava querer realizar um governo trabalhista, no entanto não levou para o governo o PTB, partido que melhor realizaria essa tarefa. Por outro lado fortaleceu o PSD e a UDN. A busca do “consenso” fez com que o governo se desgastasse com amplos setores e iniciasse a derrocada de Getúlio. Esse segundo momento foi marcado pelo reformismo, já com João Goulart se assumindo como figura central na representação do partido. E terceiro período, *O PTB sem Vargas* – onde o suicídio de Getúlio Vargas acabou sendo traumático para o PTB, mostrando a fragilidade do sistema partidário nacional. Transformar o PTB em um partido eleitoralmente bem sucedido novamente exigiria grande esforço organizacional em sua penetração em vários estados da federação, como também desvincular o trabalhismo que o PTB representava do getulismo.

⁶⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base.** In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). **As Esquerdas no Brasil.** vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[Escreva aqui]

Em outra obra organizada por Gomes, *O Brasil de JK* (2002)⁶⁵, possui um texto de Maria Victória Benevides, “O governo Kubitscheck: a esperança como fator de desenvolvimento” em que dá continuidade à análise deste período histórico dando uma maior ênfase ao governo de Juscelino Kubitschek. Segundo ela, o governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo desenvolvimentismo, através do plano de metas e a construção de Brasília, e pela continuidade democrática, pois foi, depois de 1930, o único presidente civil a assumir a presidência da República e transferi-la ao sucessor no dia marcado pela Constituição.⁶⁶

Benevides (2002) diz que na cena político partidária, encontravam-se os três principais partidos: o PSD, o PTB e a UDN. No caso de Juscelino Kubitschek, a aliança construída para vencer as eleições presidenciais de 1955 foi formada pelo PSD e pelo PTB. No entanto, essa aliança se desgastou quando Juscelino optou por apoiar um candidato da UDN para as eleições seguintes.

Segundo ela, esse afastamento com o PTB e a aproximação com a UDN teve como objetivo barrar a força crescente das esquerdas. Mas, em verdade, o personalismo de Juscelino Kubitschek o fazia acreditar que sua base política era mais ampla que um partido. Por isso, conduzia as negociações de acordo com seus interesses. Queria ele que tanto os partidos políticos que tinham apoiado seu governo quanto os que lhe haviam feito oposição, aceitassem sua indicação de candidato a presidente. Todavia, o processo teve um desfecho diferente: a UDN apoiou a candidatura de Jânio Quadros e sua eleição, em 1960, representou a maior derrota de JK que, além de não fazer o seu sucessor, o General Henrique Lott, não logrou consolidar, no empresariado que tanto o apoiara, a crença duradoura nas virtudes da democracia para a consolidação de um capitalismo mais contemporâneo do mundo civilizado.

No que diz respeito à década de 1960, bem como a crise que levou a derrubada do governo de João Goulart e a implantação de uma ditadura militar, destacam-se trabalhos que fazem referência à própria história desse político, cuja vida e problemas fornecem importantes chaves para se entender o período.

⁶⁵ BENEVIDES, Maria Victória. O governo Kubitscheck: a esperança como fator de desenvolvimento. IN: GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

⁶⁶ BENEVIDES, 2002, p. 22.

Em “João Goulart: entre memória e história”, coletânea de artigos organizada por Marieta de Moraes Ferreira (2000)⁶⁷, tem-se uma atenção especial à vida política e aos problemas enfrentados por Jango no início da década de 1960, tema ainda pouco explorado pelos historiadores em geral. O texto também faz uma análise do contexto histórico pré-64.

Destacam-se, para efeito deste trabalho, dois artigos que tratam do processo que levou à queda do Governo constitucional de Jango através de um golpe civil-militar, que são “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”, de Alzira Alves de Abreu⁶⁸; e “João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64”, de Rodrigo Patto Sá Motta⁶⁹ (2000). O ponto comum entre os dois textos é que ambos destacam o forte sentimento anticomunista como fator decisivo na mobilização de vários setores sociais contra o governo constitucional de João Goulart. No primeiro artigo, Abreu (2000) analisa o papel da imprensa no processo que levou à queda do governo de João Goulart. Os objetivos deste artigo é mostrar que a imprensa foi um dos vetores da divulgação do “fantasma do comunismo”, e que esse fantasma foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo, e mostrar também que essa mesma imprensa exacerbou a divulgação da ideia de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem mediante uma “intervenção militar”.

Os trabalhos revelam que a relação da imprensa com o governo passou por algumas fases. Fica evidente que os grupos conservadores disputavam a figura de João Goulart e tentavam distanciá-lo dos grupos de esquerda. À medida que essa disputa ia sendo perdida, a imprensa também foi mudando suas posições, da defesa inicial da constituição ao apoio da intervenção militar.

Em análise mais detalhada, num primeiro momento a imprensa defendeu a posse de Goulart em 1961, por motivos constitucionais, mesmo desconfiando do político. Em um segundo momento a imprensa defendeu a estruturação do parlamentarismo, manobra realizada para minar os poderes do presidente. Em outro momento a imprensa se afastou completamente do governo, principalmente em virtude

⁶⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁶⁸ ABREU, Alzira Alves de. 1964: **A imprensa ajudou a derrubar Goulart**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁶⁹ MOTTA, 2000.

do apoio que João Goulart manifestou à chamada Revolta dos Sargentos. Finalmente a imprensa apoiou explicitamente a intervenção militar.

Abreu (2000)⁷⁰ entende o caráter político assumido pela imprensa, levando em consideração o contexto de grande politização da sociedade e do próprio perfil dessa imprensa que, antes de se tornar uma indústria de comunicação, atravessava o apogeu do jornalismo político, muito influenciado pelos partidos.

No segundo texto, Motta (2000) analisa a formação de diversos grupos políticos e instituições que se formaram contra e também a favor do governo João Goulart. O autor afirma que o temor ao comunismo foi o cimento da mobilização anti-Goulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do presidente. O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas e a ameaça revolucionária. A pesquisa feita por Motta (2000) revela a grande quantidade de grupos que se formaram pautados pelo embate político existente no período pré-64, tanto grupos ligados à esquerda, quanto à direita. Os perfis desses grupos variavam muito, tendo sido formado, inclusive, grupos guerrilheiros, de ambos as ideologias políticas.⁷¹

Em seu livro “Introdução a História dos Partidos Políticos Brasileiros” (1999), Motta diz que no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 ocorreu um processo de aumento na influência das propostas reformistas e de esquerda. As organizações sociais ligadas a grupos e partidos de esquerda experimentaram uma fase de crescimento e consolidação. A bandeira das reformas sociais foi adquirindo maior peso e mais adeptos, gerando um aumento da representação parlamentar dos partidos mais ligados à esquerda, principalmente do PTB, conforme os quadros abaixo:

Tabela I - Composição partidária da Câmara dos Deputados (1950-1954)

Partidos	Representação
PSD	37,0%
UDN	24,4%

⁷⁰ ABREU, Alzira Alves de. 1964: **A imprensa ajudou a derrubar Goulart**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁷¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

[Escreva aqui]

PTB	16,8%
PSP	7,9%
Outros	13,9%

Fonte: MOTTA, 1999, pág. 86.

Tabela II - Composição partidária da Câmara dos Deputados (1954-1958)

Partidos	Representação
PSD	35,0%
UDN	22,7%
PTB	17,2%
PSP	9,8%
Outros	15,4%

Fonte: MOTTA, 1999, pág. 86.

Tabela III - Composição partidária da Câmara dos Deputados (1958-1962)

Partidos	Representação
PSD	35,3%
UDN	21,5%
PTB	20,2%
PSP	7,7%
Outros	15,3%

Fonte: MOTTA, 1999, pág. 87.

Tabela IV - Composição partidária da Câmara dos Deputados (1962-1966)

Partidos	Representação
PSD	30,3%
UDN	23,4%
PTB	29,8%
PSP	5,4%
Outros	16,2%

Fonte: MOTTA, 1999, pág. 87.

[Escriba aquí]

Como se pode observar, da legislatura iniciada em 1950 (quadro I) até a legislatura iniciada em 1962 (quadro IV), o PTB, que representava as propostas reformistas e de esquerda, foi tendo um crescimento de participação muito grande, saindo da tradicional terceira posição em 1950, com uma bancada de 16,8 %, para uma segunda posição em 1962, com uma bancada composta de 29,8 % de representantes, ficando apenas com 0,5% de diferença do primeiro colocado, o PSD, que em 1950 apresentava 37% de representatividade.

Então, além de o PTB (reformista e esquerdista) ter galgado maiores posições, o PSD e principalmente a UDN, grande representante da direita conservadora, tiveram uma queda gradativa a cada legislatura.

Motta (1999) diz que a situação se agravou ainda mais com a ascensão à presidência do vice- presidente João Goulart, em fins de 1961, pois ele era ligado aos grupos mais a esquerda do trabalhismo e durante seu governo comprometeu-se com a realização das reformas reclamadas pela esquerda, o que aguçou o temor dos conservadores levando-os a conspirarem contra seu governo. Ainda afirma que esta situação de reformas, gerou um embate político no Congresso Nacional, o que constituiu outro ingrediente poderoso da crise. Segundo Motta, o parlamento dividiu-se, opondo-se os favoráveis às reformas, de um lado, e os contrários, no caso os conservadores, no outro. Essa polarização levou à criação de estruturas suprapartidárias, isto é, coalizões reunindo elementos de partidos diversos.

Os favoráveis às reformas formaram a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), e os contrários, formaram a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Assim, o PTB constituiu a base do bloco parlamentar favorável às reformas e a UDN foi o eixo do bloco contrário, ficando o PSD no centro da arena política, garantindo apoio a João Goulart no início do seu governo, mas rompendo em março de 1964 devido a aproximação do presidente com a esquerda.

Partindo da ideia de Edgard Leite Ferreira Neto no livro “Os Partidos Políticos no Brasil” (1988), podemos perceber que com a redemocratização, surgiram novos partidos políticos em nível nacional, e também novos pactos e novas relações de poder

[Escriba aqui]

também se somaram a este cenário. Segundo Neto (1988), os partidos políticos surgidos após 1945 estavam comprometidos dentro de uma sociedade com uma complexidade maior e mais imersos do que aquela sociedade anterior ao Estado Novo. A cena política internacional agora era outra: Guerra Fria, disputas ideológicas e geopolíticas entre o capitalismo e o socialismo, representados pelos USA e URSS, vitoriosos da 2ª Guerra Mundial.

1.4– A questão político partidária no Espírito Santo (1930-1964)

Toda essa evolução político - partidária brasileira descrita acima, bem como seu modelo estrutural, ocorreu também no estado do Espírito Santo. Como parte integrante da Federação implantada com a Constituição de 1891, o modelo político oligárquico da Primeira República se repetiu no estado, mas como uma unidade federativa, teve suas particularidades, isso devido a diversos fatores descritos por Fernando Achiamé.⁷²

Para Achiamé (2010), no sistema de poder oligárquico existente no Brasil durante a Primeira República (1889-1930), o estado do Espírito Santo não era exceção. Neste período, o acesso ao exercício da política no estado era limitado às pessoas que possuíam estreitas ligações familiares e de compadrio com as oligarquias locais. Estas oligarquias promoviam a montagem e a manutenção de uma fechada rede de troca de favores políticos que mandavam e desmandavam no contexto de um regime político organizado durante três décadas para beneficiá-las. A exemplo disso, Achiamé cita a família Cunha que formavam uma vasta parentela atuante na região de São Mateus⁷³, os Calmon⁷⁴ que dominavam diretamente a política em Linhares e Colatina, a família

⁷² ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930 -1937): Elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

⁷³ Segundo Achiamé (2010, p.91), o Barão de Aimoré fazia parte desta família.

⁷⁴ Estabeleceram-se como colonos nesta região no início do século XIX, liderados por João Filipe Du Pin Almeida Calmon que foi um colono empreendedor que vendeu as terras que possuía entre Itapemirim e Benevente – hoje Anchieta -, e veio para Linhares com a família em “novembro de 1809”. Escolheu, para se fixar, as terras que ficavam diante do Povoado de Linhares, do outro lado do rio – onde hoje é a Estação Experimental da Emcapa -, dando-lhe o nome de “fazenda Bom Jardim”. Instalando-se, iniciou os trabalhos que não devem ter sido fáceis: desmatamento da floresta densa e construção de abrigos para a família e escravos. Trabalhando arduamente, em menos de 10 anos já produzia farinha e açúcar; experimentou a cultura do linho e do trigo e, mais tarde, construiu barcos para transportar, barra a fora, os produtos de sua sesmaria. Montou também uma olaria para telhas e tijolos. Além da participação desta família na colonização de Linhares, houve uma participação na fundação de Colatina. A Vila de Colatina, ao contrário de Linhares foi crescendo gradativamente e ganhava cada vez mais importância, principalmente a partir de 20 de dezembro de 1906 quando a Estrada de Ferro Diamantina, hoje Vitória a

[Escriba aquí]

Monjardim⁷⁵ na região de Vitória, que, segundo ele, apesar de decadentes economicamente, continuaram, durante muitos anos, a participarem de maneira constante da política regional. E no sul do estado, participavam da oligarquia diversas famílias que se entrelaçavam como os Souza Monteiro, Marcondes de Souza e os Vivácqua.

Para se entender as particularidades do sistema oligárquico das elites políticas no estado do Espírito Santo, concentraremos, seguindo a análise de Achiamé (2010), nas elites oligárquicas do sul do estado, até porque, as mesmas dominaram a arena política na Primeira República.

Para Achiamé (2010), desde o começo do século XX, as elites do sul do estado do Espírito Santo, passaram a integrar o poder regional através dos vários descendentes de Francisco de Souza Monteiro, proprietário de terras em Cachoeiro de Itapemirim. Dentre eles, destacaremos dois personagens, Jerônimo Monteiro e Bernardino de Souza Monteiro, que segundo Achiamé, participaram ativamente do poder político durante a Primeira República.⁷⁶

Sobre Jerônimo Monteiro, Oliveira (2013)⁷⁷ diz que visando transformar e diversificar a realidade agrícola da economia capixaba assinou numerosos contratos para construções de fábricas legando para o Espírito Santo o pioneirismo modernizador

Minas, inaugurou a estação, e foi iniciada a comunicação direta com Vitória. A crescente vida econômica de Colatina abalou Linhares, tanto administrativa, quanto politicamente. Todo o comércio de grande parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, que era feito em Linhares, passou a ser feito em Colatina. E aí é que surge um movimento em favor de Colatina, liderado pelo Coronel Alexandre Calmon, "o Professor Xandoca", que fez com que Colatina passasse a ser a sede do município, transportando todos os arquivos para Colatina. Em 1907, Colatina torna-se, legalmente, a sede do município, que anteriormente era Linhares. Colatina continuava como Vila, com a Câmara Municipal de Linhares e a sede da Comarca com todo o aparelhamento judiciário. Linhares continuava a ser a sede do município e da Comarca, apenas nominalmente. Toda a sua administração concentrava-se em Colatina. Com a Revolta do Professor Xandoca, parentes dele passaram a morar em Colatina, exercendo liderança política, como Virgínio Calmon Ferreira Fernandes, que foi o primeiro prefeito do município, em 1921, Xenócrates Calmon de Aguiar e Augusto Pedrinha Du Pin Calmon, pai do ex-senador colatinense João de Medeiros Calmon. **FONTES:** www.morrodomoreno.com.br/personalidadescapixabas. www.sitedelinhares.com.br. Acessos em 15/04/2014.

⁷⁵ Participavam desta família o capitão – mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, na época Colonial, seu genro, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, o coronel Monjardim, no período Imperial e o Barão de Monjardim no início da República. **FONTE:** ACHIAMÉ, 2010, p.92.

⁷⁶ ACHIAMÉ, 2010, p.92.

⁷⁷ OLIVEIRA. Uéber José de. **Configuração Política Partidária do estado do Espírito Santo no Contexto do Regime Militar: Um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982)**. 2013. 336f. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.

[Escreva aqui]

de sua estrutura econômica e ainda inaugurou, politicamente, um segmento oligárquico que se perpetuaria no comando direto do estado durante todo o restante da Primeira República.

No entanto, segundo Achiamé (2010), houve uma dissensão política nesta poderosa oligarquia familiar a partir dos anos de 1920 quando o monteirismo separou-se em duas correntes políticas: os jeronimistas e os bernardistas. O motivo desta discórdia foi à sucessão de Bernardino Monteiro em 1920 onde o possível candidato a sucessão, o sobrinho Henrique Novaes, foi substituído por Nestor Gomes.⁷⁸

Este quadro de disputas permaneceu acirrado durante todo restante da Primeira República. Mas o interessante de tudo isso era que estas duas correntes políticas continuaram dentro de uma mesma agremiação partidária: o PRES (Partido Republicano Espírito-santense).

Segundo Achiamé (2010), o Partido Republicano espírito-santense, foi praticamente o único partido a existir no Espírito Santo em boa parte da Primeira República. O sistema oligárquico era fechado como uma armadura e engessava a prática política no estado. Ainda segundo Achiamé, aqueles que saíam desta estrutura acabavam ficando isolados politicamente e não conseguiam nenhuma vantagem política futura. Assim, as constantes brigas e desacordos políticos não levaram a fundação de outra agremiação dissidente. Os adversários políticos locais continuavam abrigados na mesma organização partidária.⁷⁹

Oliveira (2013) diz que na fase final da Primeira República afluíram no seio dos setores médios recém-emergentes da sociedade brasileira em geral, uma série de manifestações contrárias ao modelo político vigente naquele contexto, dando-se o rompimento com esta ordem política e social em 1930.⁸⁰ Neste momento, segundo Achiamé (2010), as forças políticas espírito-santenses dividiram-se em duas correntes opostas em relação às candidaturas nas eleições presidenciais de 1930: uma majoritária Bernardista (partidários de Bernardino Monteiro) que apoiavam Washington Luiz e Julio Prestes, composta por personalidades políticas como Aristeu Borges de Aguiar (atual e último presidente do estado na Primeira República) e muitos políticos ligados a

⁷⁸ ACHIAMÉ, 2010, p.92-93.

⁷⁹ ACHIAMÉ, 2010, p.93-94.

⁸⁰ OLIVEIRA, 2013, p. 59-61.

ele e ainda alguns partidários de Jerônimo Monteiro; e outra corrente minoritária Jeronimista que apoiavam a Aliança Liberal, composta por figuras como Fernando de Abreu (anti bernardista), Deputado Federal Geraldo Viana e o Juiz de direito João Manoel Carvalho⁸¹ que segundo Oliveira (2013), “hipotecaram apoio ao movimento, vendo nele a possibilidade de concretização de seus objetivos políticos”.⁸²

Para Achiamé (2010), com o surgimento da Aliança Liberal, houve uma alteração no arranjo das forças políticas no estado, com o surgimento de um novo quadro político. Neste novo arranjo, a maioria dos políticos locais, principalmente os ligados a Bernardino e Jerônimo Monteiro, continuou fiel ao situacionismo nas esferas estadual e federal e uns poucos líderes estaduais reuniram-se numa facção que se opuseram ao situacionismo, tendo em vista este novo panorama político nacional, a Aliança Liberal. Mesmo assim, devido à política estadual ainda estar fortemente marcada por estas duas facções, os bernardistas e jeronimistas também se fizeram representar entre os aliancistas como é o caso da presença de João Manoel de Carvalho (jeronimista) e Afonso Correia Lírio (antijeronimista) na Junta Governativa.⁸³

Achiamé (2010) chama esta mudança de posição destes políticos de “pulo sobre o abismo”, pois colocaram em jogo todo um prestígio político alcançado no sistema oligárquico da Primeira República para enveredarem neste novo movimento que de início não parecia se solidificar. Como afirmou Oliveira (2013) há pouco, “hipotecaram” apoio a um movimento nascente, acreditando numa possibilidade política futura.

Assim, Oliveira (2013) complementa dizendo que após a Revolução de 1930 que colocou Getúlio Vargas, da Aliança Liberal, no poder, o realinhamento na política estadual seria fortemente marcado pelos segmentos oligárquicos predominantes na República Velha. Para ele, no Espírito Santo aconteceu uma acomodação dos agrupamentos locais na nova lógica do poder. A diferença, segundo Oliveira, se deu no exercício do poder, pois a interventoria, implantada após a revolução, se valeu da delegação outorgada pelo chefe do governo provisório para controlar a burocracia

⁸¹ ACHIAMÉ, 2010, p. 98-99.

⁸² OLIVEIRA, 2013, p. 61.

⁸³ ACHIAMÉ, 2010, p. 100-101.

estatal, gerando assim uma nova ordem no poder do estado que estava acima das antigas correntes políticas, que continuaram a existir, mas, subordinadas a ela.⁸⁴

Em 1934, devido à reconstitucionalização do país, Getúlio Vargas patrocinou a criação de partidos políticos estaduais para apoiarem os interventores. No Espírito Santo, a exemplo dos demais estados da federação, foi criado o Partido Social Democrático do Espírito Santo (PSD/ES), que congregou “revolucionários de 1930” e outros elementos de maior projeção na vida do estado, desde que não comprometidos com o governo deposto. O PSD foi o partido de sustentação ao Governo Constituinte (1934 – 1937).

Segundo Achiamé (2010), o PSD espírito-santense foi criado para dar apoio ao governo federal e a interventoria e durante toda sua existência ficou sobre o controle férreo do interventor, depois governador, João Punaro Bley. A comissão diretora inicial do partido era constituída por Fernando Rabelo, Josias Soares, José Espíndula Batalha Ribeiro, Carlos Lindenberg (sobrinho de Jerônimo Monteiro), Josué Prado, Jones dos Santos Neves (Interventor de 1943-1945 e Governador 1951-1954), Fernando de Abreu, Genaro Pinheiro, Ademar Távora, Martinho Barbosa, João Dutra Barroso e Wolmar Carneiro da Cunha. O PSD serviu, segundo Achiamé para formação de novas lideranças políticas estaduais como Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves e para a reafirmação de outras existentes desde a Primeira República, como Fernando de Abreu.⁸⁵

O Partido da Lavoura (PL) foi formado por alguns antigos caciques jeronimistas que não migraram para o PSD e que formaram uma oposição a Bley e, eventualmente a Getúlio como Etienne Dessaune, João Manoel de Carvalho, o coronel Terra Lima de Mimoso do Sul e outros remanescentes do Partido Republicano. A oposição política do Partido da Lavoura somente ameaçou o sistema de poder mantido por Bley no processo político de definição do governador, ocorrido em fins de 1934 a abril de 1935, mas a partir do momento em que Bley conquista a maioria na Assembleia

⁸⁴ OLIVEIRA, 2013, p.62-63.

⁸⁵ ACHIAMÉ, 2010, p.219-223.

Legislativa, o PL ficou neutralizado ou considerado, como afirma Achiamé, uma oposição confiável.⁸⁶

O PCB, o Partido Proletário e a ANL, também existiram no Espírito Santo. No estado também ocorreram, segundo Achiamé (2010), repressões aos movimentos populares e entrechoques violentos dos integralistas com comunistas, como em Cachoeiro de Itapemirim em 1935. Em geral os anos de 1930 foram de muitas agitações políticas, com a interventoria reprimindo fortemente à esquerda, com maior destaque para os comunistas, acompanhando o procedimento do governo federal para o caso.⁸⁷

Já o Integralismo no Espírito Santo, através da AIB (Ação Integralista Brasileira), no dizer de Achiamé (2010), “era tolerado, se não incentivado pelas autoridades civis e religiosas”. E assim como o Governo Provisório, a administração espírito-santense também conviveu com o integralismo por certo período. A presença do movimento integralista era tão forte que o I Congresso Integralista Brasileiro foi realizado em Vitória, recebendo muito apoio local. Além disso, a AIB conquistou duas prefeituras do interior do estado (Santa Tereza e Domingos Martins) e alguns vereadores. Assim, na política do Espírito Santo, em alguns anos da década de 1930, o movimento integralista deu as cartas e jogou de mão.⁸⁸

O I Congresso Integralista Brasileiro realizado em Vitória, em 1934, contou a participação maciça dos integralistas e a grande expectativa dos capixabas em torno da chegada do trem com os membros mais ilustres do Movimento Integralista, onde os dirigentes de Vitória preparavam uma festiva recepção.

Segundo Fagundes (2011)⁸⁹, no dia primeiro de março de 1934, as ruas nas imediações da Praça Costa Pereira, região central de Vitória, ficaram inundadas de “camisas-verdes” que se deslocavam para as dependências do tradicional Teatro Carlos Gomes, onde do lado de fora do teatro, já havia as decúrias formadas para saudar os participantes do evento, principalmente o líder Plínio Salgado, que acabaram atraindo a atenção dos habituais frequentadores da praça. Contudo, narra Fagundes, o momento de

⁸⁶ Ibid, 2010, p.225-227.

⁸⁷ Ibid, 2010, p.231-233.

⁸⁸ Ibid, 2010, p.236-241.

⁸⁹ FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Os Integralistas no Estado do Espírito Santo (1933- 1938)**. Revista Ágora/UFES, Vitória-ES, nº.13, 2011.

júbilo ocorreu quando Plínio Salgado adentrou o teatro e foi saudado por centenas de integralistas de todas as partes do Brasil.

Para Fagundes (2011), compreender o significado e a importância dessa cerimônia é vital para a realização de uma correta leitura do modelo de partido político que foi consagrado a partir de 1934 no interior da AIB. O ato demarcou definitivamente o caráter organizacional do partido, ou melhor, deu a feição definitiva que iria acompanhar a organização até seu fechamento em 1937.

De acordo com Fagundes (2011), foi a partir do segundo semestre de 1933 que surgiram os primeiros núcleos da “província integralista capixaba”. Em 1934, a AIB ainda dava os primeiros passos no Espírito Santo, e por conta disso não participou das eleições estaduais. Entretanto, após organizar núcleos em todas as regiões do estado, os integralistas apareceram com legenda própria nas eleições municipais, que ocorreram entre novembro de 1935 e fevereiro de 1936.

Dando continuidade ao período Vargas no Espírito Santo, Achiamé (2010) disse que

De julho de 1934 a novembro de 1937, houve na história brasileira um breve interregno democrático comprimido entre dois períodos de regimes discricionários: o Governo Provisório (1930- 1934) e o Estado Novo (1937-1945). Este intervalo histórico de pouco mais de três anos pode ser descrito como uma época em que o país experimentou o que se denomina democracia limitada, que seria um sistema político no qual existiram regras mais próximas ou mais distantes de um modelo de democracia clássica e, ao mesmo tempo, se promoveram ações para limitar essas regras, por meio de expedientes políticos diversos, destacando-se os estados de sítio e de guerra.⁹⁰

Achiamé (2010) ainda afirma que após a Revolução Constitucionalista de 1932, o Governo Provisório implementou o processo de redemocratização do país, feito por Vargas muito a contragosto, de forma restrita e em ritmo lento

em 1933/1934 ocorreram às escolhas dos deputados constituintes, do presidente da República e dos novos deputados federais; em 1934/1935 são eleitos os constituintes estaduais e os governadores; e em 1935/1936 os prefeitos e vereadores. [...] Isso tudo debaixo de seguidos estados de sítio e de guerra, arrancados do Congresso

⁹⁰ ACHIAMÉ, 2010, p. 245.

Nacional por pressões políticas, culminando com o golpe do Estado Novo em novembro de 1937.⁹¹

Para Achiamé (2010), o referido exame nos possibilita conhecer os procedimentos políticos vigentes no período histórico focalizado, entre os quais se destaca a centralização exercida pela interventoria federal no estado.

Oliveira (2013), ao analisar o governo Bley diz que o mesmo encontrou o estado numa situação caótica econômica e administrativamente e diante desta situação seu governo se voltou, em primeiro lugar, para o saneamento das finanças públicas, mas que, apesar de várias realizações, não gerou transformações substanciais na economia do estado, apesar de ter sido o responsável por iniciar o aparelhamento do estado capaz de, mais a frente, impulsionar o desenvolvimento regional. Disse ainda que esta análise, mesmo que superficial do governo Bley, mostra que ele seguiu a orientação da política traçada no plano nacional, dentro daquilo que se convencionou chamar de reformismo autoritário, no qual os processos de reformas se deram a partir da união das ideias de ruptura e continuidade que buscava, ao mesmo tempo, a modernização institucional postergando os avanços sociais das classes subordinadas e, dessa forma, patenteando o aspecto de continuidade nas muitas ações políticas da época.⁹²

João Punaro Bley esteve à frente do governo do estado do Espírito Santo de 1930 a 1943 sendo substituído por Jones dos Santos Neves, que como foi dito, esteve um tempo como interventor (1943-1945) e depois retornou como Governador eleito (1951 – 1955).

A partir de 1943, segundo Oliveira (2013), começaram a surgir pressões pela redemocratização do país e pelo fim do Estado Novo (1937-1945). Como vimos anteriormente, Vargas vendo-se pressionado por todos os lados, iniciou um processo de reformas no sentido de conduzir a transição política: decretou Anistia aos presos políticos, criou um Colégio Eleitoral provisório, que regulamentaria as eleições presidenciais e para a Assembleia Constituinte (Lei Agamenon⁹³), introduziu na

⁹¹ Ibid, 2010, p. 248.

⁹² OLIVEIRA, 2013, p. 64-65.

⁹³ Este código ficou conhecido como Lei Agamenon, em referência ao seu elaborador, o então ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. Apud: OLIVEIRA, 2013, p.68.

[Escreva aqui]

legislação eleitoral brasileira a exigência de partidos políticos em bases nacionais que inclusive, tal exigência, foi consagrada pela Constituição de 1946.

Paulo Bonavides (2013) afirmou que essa nova legislação instituiu pela primeira vez na história do Brasil o partido de âmbito nacional, fez obrigatória a candidatura partidária e definiu para efeito de registro, o partido político de caráter nacional. Com o fim do Estado Novo em 1945, O Brasil voltou a um estado democrático. Entre 1945 a 1964 viveu-se no país uma efervescência democrática, como uma constituição em evidência, Congresso Nacional em atividade, partidos políticos nacionais e eleições gerais para todos os cargos.

Oliveira (2013) enfatiza que durante este período (1945-1964), quase todos os partidos que se consolidaram no plano nacional marcaram presença na história política capixaba, com especial destaque para o PSD, UDN, PSP e PTB. O PSD, segundo ele, surgiu já em 1945 tendo como seu primeiro presidente o ex – interventor Jones dos Santos Neves e outros políticos que, junto com Jones, formaram a comissão executiva como o vice-presidente Ary Vianna, o secretário Carlito Medeiros, o tesoureiro Sílvio Monteiro Avidos (descendente de Jerônimo Monteiro) e o secretário Geral, Eurico de Aguiar Sales⁹⁴, além de Atílio Vivácqua, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (sobrinho de Jerônimo Monteiro) e outros. Oliveira chama a atenção ainda para o fato da presença de políticos de grande expressão no estado estar praticamente abrigados no PSD.⁹⁵

Segundo Rogério Medeiros, em matéria publicada na Revista Século Diário, a pretensão do PSD era de manter hegemônicas as oligarquias rurais que já vinham assumindo o domínio do país desde o início do século e os resultados eleitorais mostraram isso com uma bancada estadual e federal composta por grandes nomes da

⁹⁴ **Eurico de Aguiar Salles** (1910-1959). Participou da fundação do PSD. Foi deputado federal a partir de 1946, participou da Assembleia Constituinte, que resultou na Constituição de 1946. Foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores, por Juscelino Kubitschek em 1957. **Fonte:** www.camaradosdeputadosbrasil.gov.br. Acesso em 20/11/2013.

⁹⁵ OLIVEIRA, 2013, p. 67-68.

[Escreva aqui]

política estadual, restando pouca expressão política para formar outros partidos fortes no estado.⁹⁶

Oliveira (2013) diz que o PSD despontou como o principal partido do período democrático, pois aglutinou a maior parte das forças políticas em disputa e tudo isso graças às articulações do ex-interventor Jones dos Santos Neves que adotou a estratégia de agregar o maior número possível de lideranças se tornando com isso o principal partido do período democrático.

A UDN (União Democrática Nacional), segunda maior força política do estado, teve como principais fundadores Eurico Rezende, Antônio Gil Velozo, Fernando Lindenberg, Argeo Lorenzoni, Rosendo Serapião, Eurico de Oliveira Neves, Adhemar de Oliveira Neves, José Cupertino Leite de Almeida e João Calazans que fundaram no início a Esquerda Democrática, movimento político que contestava a ditadura varguista. A primeira campanha da Esquerda Democrática foi o movimento de anistia geral, visando libertar os presos políticos, principalmente Luiz Carlos Prestes, ex-Secretário geral do PCB. Essa campanha revelou o tribuno Eurico Rezende⁹⁷. Após a democratização do país, ocorreu então a criação da UDN em todo território nacional. No Espírito Santo a reunião de sua criação ocorreu no escritório do advogado Fernando Lindenberg, irmão de Carlos Lindenberg principal chefe político do PSD, e teve como seu primeiro presidente o médico Mileto Rizzo, do município de Muqui.⁹⁸

Já o PTB surgiu sob a liderança de um militar, Floriano Lopes Rubim⁹⁹, que, segundo Oliveira (2013), somado a presença marcante no interior do estado, fez com

⁹⁶ MEDEIROS, Rogério. **O velho PSD morreu, mas deixou suas raízes**. Disponível em http://seculodiario.com.br/arquivo/2001/mes_06/22/partidos/index_psd01.htm. Acesso em 1 de fevereiro de 2014.

⁹⁷ **Eurico Rezende** foi deputado estadual (1950-1958/UDN) e senador (1963-1978/UDN e ARENA), em todos os cargos representando o estado do Espírito Santo. Quando senador foi líder do governo no Senado a partir de março de 1975, na gestão do presidente Ernesto Geisel, foi indicado governador do Espírito Santo e eleito pela Assembleia Legislativa a 1 de setembro de 1978 tomando posse no cargo em 15 março de 1979 e cumprindo o seu mandato até o final em 15 de março de 1983, apesar das expectativas de que voltasse a concorrer para o senado o governador Rezende optou por encerrar a sua carreira política. Fonte: www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp. acesso: 02/02/2014.

⁹⁸ MEDEIROS, Rogério. **A UDN capixaba começou na esquerda e acabou na direita**. Disponível em http://seculodiario.com.br/arquivo/2001/mes_06/22/partidos/index_udn01.htm. Acesso em 1 de fevereiro de 2014.

⁹⁹ **Floriano Rubim** fundou o PTB e ficou nesse partido até o momento em que achou que o partido não correspondia aos seus interesses (o partido não estava como antes). Saiu e fundou o PTN. Com o golpe civil-militar de 1964 foi para a Arena. Neste partido, exerceu um final de mandato e conquistou outro em seguida. **FONTE: Revista Espírito Santo Agora**, maio de 1979, p. 13.

[Escriba aqui]

que o mesmo se tornasse um partido conservador. Além de Floriano Lopes Rubim, despontaram também como importantes lideranças, Rubens Rangel¹⁰⁰, Saturnino Mauro¹⁰¹, os irmãos José e Luiz Buaiz e outros.¹⁰²

Segundo Medeiros, o PTB nasceu no Espírito Santo em fins de 1945 e início de 1946. Inicialmente Floriano Lopes teve dificuldades por causa de sua condição militar. Como não podia se envolver diretamente na política, o partido foi criado através de suas cartas para elementos no interior do estado, de um modo geral, getulistas já declarados, e Saturnino Mauro serviu de ligação com essas lideranças. Surgiram, logo, em decorrência dessa ação, os diretórios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Conceição da Barra, Mimoso do Sul e Cachoeiro de Itapemirim. Meses depois, todos os municípios do Estado passaram a contar com diretório do PTB.¹⁰³

Mas, segundo Oliveira (2013), lutas internas levaram a fragmentação do PTB, levando-o a perder a condição de terceira força política para o PSP. Estas lutas internas no PTB levaram a um grande racha e a formação de duas novas agremiações partidárias no início da década de 1960, o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).¹⁰⁴

Já o PSP, que segundo Oliveira (2013) se tornou a terceira força política no estado, foi fundado por três jovens lideranças da época, entre elas o radialista cachoeirense Hélio Carlos Manhães¹⁰⁵. Mais tarde se juntaram ao PSP os médicos Emir Macedo Gomes e Raul Gilberti, ex-prefeito de Colatina.¹⁰⁶

¹⁰⁰ **Rubens Rangel** foi vice-governador do estado e assumiu o governo com a renúncia de Francisco Lacerda de Aguiar em 1966, permanecendo até 1967.

¹⁰¹ **Saturnino Mauro** foi um líder ferroviário e pai do deputado federal e mais tarde governador Max Mauro. No momento de fundação do PTB, serviu de ligação entre Floriano Rubim e lideranças do interior do estado. Ver: MEDEIROS, Rogério. **PTB: um partido que já nasceu conservador**. Disponível em http://seculodiario.com.br/arquivo/2001/mes_06/22/partidos/index_ptbd01.htm. Acesso em 1 de fevereiro de 2014.

¹⁰² OLIVEIRA, 2013, p. 68.

¹⁰³ MEDEIROS, Rogério. **PTB: um partido que já nasceu conservador**. Disponível em http://seculodiario.com.br/arquivo/2001/mes_06/22/partidos/index_ptbd01.htm. Acesso em 1 de fevereiro de 2014.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, 2013, p.67.

¹⁰⁵ **Hélio Carlos Manhães**, foi causídico do Sindicato dos Ferroviários de Leopoldina estabelecendo morada em Cachoeiro de Itapemirim elegendo-se vereador em 1958 pelo PSP e em 1962 e 1974 deputado estadual. Foi eleito prefeito de Cachoeiro de Itapemirim em 1970 e 1976 pelo MDB, mas renunciou ao cargo para disputar a eleição para o Senado em 1978 tendo sido derrotado por Moacir Dalla, candidato da ARENA. Em 1980 ingressou no PMDB onde permaneceu por dez anos e foi eleito deputado

Sobre este período, Oliveira (2013) ainda afirma que tanto a sociedade brasileira quanto a sociedade capixaba haviam se tornado mais complexas e hierarquizadas e que após a redemocratização foram sendo criadas diversas regras visando diminuir as falcatruas eleitorais. A política estava começando a girar em torno dos partidos políticos, “processo este interrompido”, segundo Lavareda (1991)¹⁰⁷, “pelo golpe de 1964”. No caso do estado do Espírito Santo, Oliveira (2013) diz que as transformações porque passava o estado impactaram sua face político – social em duplo sentido. De um lado, ampliou a composição dos grupos políticos pré-existentes permitindo que as tendências divergentes, que por décadas estavam agrupadas em um mesmo organismo partidário, ocupassem espaços partidários distintos, de outro, surgiram novas forças políticas oriundas das pequenas produções rurais e urbana, que passaram a reivindicar espaços nas esferas de decisões.¹⁰⁸

Para Silva (1995) a própria eleição de 1947 se constituiu num momento de acomodação das diversas facções políticas e também marcou o ingresso de novas forças políticas no campo da disputa partidária. Para ela, o pleito de 1947 significou a primeira oportunidade de participação política das novas forças sociais que emergiram no pós-30, pois até então a luta se travava entre apenas dois conjuntos de forças políticas: as constituídas no seio das classes agro-fundiárias e aquelas constituídas no seio das classes mercantis exportadoras.

E nesta eleição, as forças políticas constituídas na pequena e média produção rural ingressaram no cenário da disputa partidária. Mas apesar desta nova participação social nas disputas partidárias, as polarizações e disputas em torno dos cargos majoritários se concentraram no âmbito de duas facções dentro do PSD, a “jonista” ligada ao ex-interventor Jones dos Santos Neves e a “atilista” ligada a Atílio Vivácqua¹⁰⁹ e os movimentos ocorridos nos demais partidos se resumiram a

federal em 1982 e reeleito em 1986 migrando para o PDT no último ano de mandato. **FONTE:** www.camaradosdeputados.org.br. Acesso: 01 de Fevereiro de 2014.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, 2013, p. 68-69.

¹⁰⁷ LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas. O processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, 2013, p. 70.

¹⁰⁹ **Atílio Vivácqua** iniciou sua carreira política como vereador no município de Cachoeiro de Itapemirim (1920-1924) onde também exercera o mandato de prefeito (1930-1934). Foi diretor da Empresa de Colonização do Vale do Rio Doce, empresa encarregada da colonização da região do Rio Doce, durante o governo de Florentino Avidos (1924/1928) e Secretário de Educação no governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928 -1930). Foi membro do Partido da Lavoura nos anos de 1930 tendo sido eleito deputado

posicionamentos ao lado de uma ou outra dessas alas. Além desta polarização, Silva (1995) chama atenção para outro fator presente no funcionamento da política partidária do Espírito Santo nesta época, o sistema de alianças, que perpetuará, segundo ela, durante todo período democrático desta fase política (1945-1964).

Depois de analisar os resultados eleitorais da eleição de 1947, quando disputaram para o cargo de governador do estado Carlos Lindemberg e Atílio Vivácqua, ambos pelo PSD, porém em coligações diferentes, pois Carlos Lindemberg, representante da ala “jonista” do PSD, se coligou com a UDN e Atílio Vivácqua, da ala “atilista” se coligou como o PDC/PR e alguns dissidentes da UDN, formando a primeira “Coligação Democrática” no Espírito Santo, Silva (1995) chega à conclusão de que os resultados demonstraram, por um lado, a ampliação da luta político – partidária com a introdução de novas forças políticas no cenário de disputa, por outro, houve a permanência de antigas práticas políticas de articulação e mediação, que deram o tom da disputa. Assim, já no primeiro pleito ao Governo Estadual, o comportamento aliancista foi introduzido na arena política capixaba tornando daí pra frente uma regra na disputa política no Espírito Santo.

Silva (1995) destaca que com a vitória expressiva do candidato Carlos Lindemberg¹¹⁰ percebe-se que pouca coisa mudou em relação às práticas da Primeira República no estado do Espírito Santo, onde os laços de lealdade e de solidariedade entre as elites políticas se mostraram muito forte. E se comparando aos demais estados da região sudeste, onde as práticas populistas passaram a se constituir na forma básica das disputas, no Espírito Santo as práticas clientelistas são reeditadas e prevalentes.

estadual nas eleições de 1934. Em 1945 ingressou no PSD sendo eleito Senador para a Constituinte de 1946 e reeleito em 1955. **FONTE:** Silva, Marta Zorzal e. **ES: estado, interesses e poder.** FCCA. UFES, 1995, págs. 342 – 343.

¹¹⁰ **Carlos Lindemberg**, membro de uma das mais tradicionais famílias do Espírito Santo, os Souza Monteiro, era pertencente à antiga corrente jeronimista, o qual expressava e traduzia os interesses das forças agrofundiárias do Espírito Santo. Neste sentido, herdou o “ethos” político e os laços de solidariedade política de sua família. Sua atuação política iniciou em 1920 quando concorreu ao cargo de Prefeito do município de Cachoeiro de Itapemirim e se efetivou após a Revolução de 1930 durante o Governo Bley onde exerceu os cargos de Secretário da Fazenda e de Secretário de Agricultura Terras e Colonização, além de ser um dos articuladores para a fundação do PSD espírito-santense. Em 1934 foi eleito Deputado Federal a Assembleia Constituinte de 1934. Em 1945 ao lado de Jones dos Santos Neves e Fernando de Abreu cuidou da fundação do PSD e foi novamente eleito Deputado Federal a Constituinte de 1946. Em 1947 foi eleito governador do estado do Espírito Santo. **FONTE:** Silva, Marta Zorzal e. **ES: estado, interesses e poder.** FCCA. UFES, 1995, págs. 340-342.

Concordando com essa análise, Francisco José dos Santos em sua dissertação de mestrado (2013) diz que o pós-1945, no Espírito Santo, ficou caracterizado pelas disputas entre as lideranças principais do PSD como Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Jones dos Santos Neves e Francisco Lacerda de Aguiar¹¹¹. Segundo ele, dos anos de 1945 a 1964, o Partido Social Democrático (PSD) obteve uma relativa expressão na política partidária do Espírito Santo. Esse partido procurava manter sempre a liderança do controle do Estado. Como estratégia, realizava coligações/alianças até com os partidos de oposição para garantir a permanência no poder. Embora tenha aglutinado ao seu redor uma rede de políticos, teve dois principais protagonistas: Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg. Dois típicos políticos elitistas que fizeram parte, por assim dizer, do desenvolvimento político capixaba.¹¹²

Dessa forma nas eleições de 1947, a aliança PSD/UDN elegeu Carlos Lindenberg para governador do Estado e Jones dos Santos Neves para o Senado. Carlos Lindenberg não chegou a concluir o mandato, renunciando seis meses antes para se candidatar ao Senado, tendo sido eleito para um mandato senatorial de 1951 a 1958. Assim, nas eleições de 1950, a aliança PSD/PTB elegeu Jones dos Santos Neves para o governo do estado e Carlos Lindenberg para o Senado. No pleito de 1954, o PSD lançou a candidatura de Eurico Salles para governador. Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), que era deputado federal pelo PSD, irritou-se com a indicação do nome de Salles, pois esperava que seu nome fosse indicado. Então, rompeu com o PSD e abriu uma dissidência no partido, formando a coligação PSP/PTB/PR/PRP e parte da UDN, conseguindo assim se eleger governador do estado.

Santos (2013) afirma que, por ter perdido as eleições em 1954 para o Executivo, o PSD precisou se reerguer. Para isso, em 1955 realizou uma convenção

¹¹¹ **Francisco Lacerda de Aguiar**- com reduto eleitoral originário em Guaçuí onde foi nomeado prefeito em 1944 filiando-se em 1945 ao PSD. Foi deputado federal pelo PSD de 1950 a 1954. Em 1954, uma coligação de partidos de oposição ao governo, entre os quais figuram a UDN, o PSP, o PRP, além de outros, lançando-o candidato ao governo contra Eurico de Aguiar Salles, do PSD, transformaram-no em líder populista que, do meio rural, alcançou receptividade junto às massas, em processo de sedimentação urbana, constituindo-se caso típico de liderança populista na história republicana do Estado. **FONTE:** De Viva Voz, 1989, p.37. IN: Santos, Francisco José dos. Dissertação de Mestrado – PPGHIS/UFES. 2013, pág.81.

¹¹² SANTOS, Francisco José. **Da Campanha da Legalidade ao Golpe de Estado de 1964: O Estado do Espírito Santo durante o Governo de João Goulart (1961-1964)**. 2013. 190f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

[Escreva aqui]

elegendo o senador Carlos Lindenberg para presidente do diretório regional. Tempos depois, a partir de uma aliança entre o PSD e o Partido Social Progressista (PSP), Carlos Lindenberg foi lançado como candidato a governador, no pleito de 1958.

Oliveira (2013) também trata deste período democrático no Espírito Santo em sua tese de doutorado. Ele confirma a tese de que o PSD reuniu em suas fileiras políticos de diferentes matizes com diferentes interesses desde donos de terras como da burguesia industrial, mas, essa concentração de várias forças políticas não durou muito tempo, se fragmentando logo na eleição de 1947, como foi comentada acima.

Segundo Oliveira (2013), além das dissidências internas do PSD, houve, a partir da eleição de 1947, o surgimento de outras agremiações partidárias, como o PR, fundado por Atilio Vivácqua, depois de tentar, sem muito sucesso, apoderar-se do PSD e o PSP, fundado em 1952 por Asdrúbal Soares e Raul Gilberti, mas mesmo assim, o PSD permaneceu durante todo o período como a grande força partidária, porém, decadente eleitoralmente devido a vários fatores que o próprio Oliveira (2013) destaca como o padrão populista de campanha eleitoral, tão bem incorporado pela oposição e pela falta de coalizão permanente e duradoura com outras agremiações políticas, o que fazia com que o PSD a cada pleito eleitoral se coligasse com grupos políticos diferentes.¹¹³

Na tabela abaixo há uma amostragem das coligações realizadas ao longo do período democrático com a diversidade de grupos de interesses.

Tabela V – Alianças políticas partidárias – Eleições Majoritárias no ES: 1945- 1964 (Pessedistas e Anti Pessedistas):

ANO	CANDIDATURA PESEDESTA/ALIANÇAS	CANDIDATURA ANTI PESEDESTA/ALIANÇAS	RESULTADO
1947	Carlos Lindenberg (PSD) (PSD/UDN)	Atilio Vivácqua (PR) (PR/PDC – Coligação Democrática)	Vitória de Carlos Lindenberg com 64,9%
1950	Jones dos Santos Neves (PSD) (PSD/PTB)	Afonso Schwab (UDN) (UDN/PR/PSP/PDC/PRP/PRT – Col. Democrática)	Vitória de Jones dos Santos Neves com 58,8 %
1954	Eurico de Aguiar Sales (PSD) (PSD/PDC/UDN)	Francisco Lacerda de Aguiar (Sem Partido)	Vitória de Francisco Lacerda

¹¹³ OLIVEIRA, 2013, p. 73-74.

[Escriba aquí]

		(PSP/PTB/PR/PRP – Col. Democrática)	de Aguiar com 55,2%
1958	Carlos Lindenberg (PSD) (PSD/PSP) e PTB de Floriano Rubim	Eurico Rezende (UDN) (UDN/PTB/PRP/PR – Col. Democrática)	Vitória de Carlos Lindenberg com 47,3%
1962	Jones dos Santos Neves (PSD) (PSD/PTN)	Francisco Lacerda de Aguiar (PSP) (PSP/UDN/PRP/PTB/PDC/PRT/PTN /PSB – Coligação Democrática)	Vitória de Francisco Lacerda de Aguiar com 52,0%

FONTE: Baseado na Tese de doutorado de Oliveira, 2013, pág. 82.

Conforme a tabela, o PSD a cada eleição se coligava com um partido diferente. Em 1947 com a UDN, devido à fragmentação interna que levou os “atelistas” a formarem o PR e lançar Atílio Vivácqua candidato a governador. Em 1950 se coligou com o PTB, tendo a UDN na outra chapa, devido o rompimento destes com Lindenberg (PSD) durante seu governo (1947-1951). Em 1954 com o PSD dividido devido a indicação do sucessor de Jones dos Santos Neves (Ary Viana ou Eurico Sales), o mesmo aliou-se ao PDC, criado pelo ex-interventor João Punaro Bley em 1947 e a uma parte da UDN liderada por Emílio Zanotti. A outra parte da UDN, liderada por Eurico Rezende apoiou a Coligação Democrática tendo como candidato Francisco Lacerda de Aguiar, o qual saiu vitorioso deste pleito, sendo considerada esta a primeira derrota do PSD, apesar de ter conquistado uma vaga no Senado.

Em 1958 o PSD retornou ao poder com Carlos Lindenberg a partir de uma aliança com o PSP de Raul Gilberti, antigo aliado da Coligação Democrática. Em 1962 o PSD mais uma vez perdeu as eleições para Francisco Lacerda de Aguiar da Coligação Democrática, tendo como candidato o ex-governador Jones dos Santos Neves. Esta eleição, segundo Silva (1995) representou a mais fragosa derrota do PSD, que além de perder a eleição para governo do estado, também perdeu a vaga do Senado, tendo como candidato Carlos Lindenberg, para Eurico Rezende da UDN.

Oliveira (2013) chama a atenção para a polarização do PSD com a “Coligação Democrática” e para o fato das movimentações dos vários partidos que em uns pleitos estavam na campanha situacionista e em outros na oposição, como a UDN e o PSP, mostrando com isso a falta de identidade ideológica dos partidos políticos capixabas

[Escriba aquí]

neste período. Além disso Oliveira (2013) trata das cisões internas que haviam nos principais partidos capixabas entre 1960 e 1964, conforme a tabela abaixo.

Tabela VI – Divisões internas das principais agremiações partidárias do Espírito Santo:

PSD	UDN	PSP	PTB
Carlos Lindenberg Representava os setores agropundiários	Eurico Rezende e Afonso Schwab Com tendência de apoiar a Coligação Democrática	Lourival de Almeida Asdrúbal Soares e Raul Gilberti Grupos emergentes do norte do estado. Compuseram ora com os pessedistas ora com a Coligação Democrática	Floriane e Isaac Rubim Ala mais conservadora. Em 1960 fundam o PTN. Mais próximos ao PSD
Jones dos Santos Neves e Ary Viana Representava o setor industrial emergente	Fernando Lindenberg e Emílio Zanotti Com maior aproximação com o PSD	Wilson Cunha, Cel. Carlos Marciano de Medeiros Ala militar/anti-pessedistas, mais próxima a Lacerda de Aguiar	Rubens Rangel Possuía ligações com o PSD, porém esteve em algumas vezes ao lado da Coligação Democrática, como em 1962.
Christiano Dias Lopes, Carlito Von Schilgen, Elcio Alvares, José Carlos da Fonseca e outros. Representavam a “Ala Moça”, comprometidos com setores industrializantes		José Cupertino Leite de Almeida, Roberto Vivacqua e Joaquim Leite de Almeida Pertencentes a uma “Ala Nova” e mais próximos a Lacerda de Aguiar	Rubens Gomes, Mario Gurgel, Berredo de Menezes e Ramon de Oliveira “Ala Progressista” que em 1960 fundam o MTR. Setores urbanos que compuseram com Francisco Lacerda de Aguiar

FONTE: OLIVEIRA, 2013, pág. 83.

Assim, de acordo com Silva (1995) e Oliveira (2013), percebemos que os partidos políticos no Espírito Santo, no período democrático (1945-1964), sempre estiveram divididos em grupos de interesses e eram liderados por elementos detentores de respaldo político eleitoral, o que tornava indispensável à construção de alianças eleitorais, levando em consideração os respectivos grupos que representavam. Havia assim a necessidade de articular com líderes locais para angariar os votos do interior do Estado e tais alianças eram construídas sem nenhuma perspectiva programática e/ou ideológica, mas baseadas apenas em interesses próprios.

Assim eram caracterizadas as alianças políticos partidárias no estado do Espírito Santo no contexto de implantação do Regime Civil Militar em abril de 1964, sem nenhuma coerência ideológica. Somado a isso havia ainda as divisões partidárias

[Escriba aqui]

internas, ou seja, num mesmo partido havia grupos de interesses distintos, conforme tabela VI.

Estas características político-partidárias serão alteradas com a extinção do multipartidarismo através do Ato Institucional de número 2 (AI-2) e a implantação do bipartidarismo em 1965.

Capítulo 2

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

[...] Pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando seu aspecto característico.
Antônio Gramsci

2.1 - O Golpe de 1964 e o Bipartidarismo

Depois de um golpe civil militar que destituiu o Presidente João Goulart do governo, o Brasil entrou num regime civil militar que durou vinte e um ano (1964 a 1985). Esse novo governo iniciou, logo nos primeiros dias, uma série de reformas e medidas autoritárias, no sentido de construir as bases para sua organização política e administrativa. Pereira e Marvila (2005) dizem que para legitimar-se, a ditadura criou a sua própria jurisprudência a partir dos Atos Institucionais que começou com o AI-I (09/04/1964) e coroou-se com o AI-5 em 1968. Essas medidas agravaram sensivelmente a situação política do Brasil, um país tradicionalmente clientelista, sem tradição de participação popular nas decisões e mudanças políticas, tendo o povo quase sempre dependente do poder público, agora sob um regime de ditadura, onde os direitos e as garantias individuais foram constantemente desrespeitados.

[Escreva aqui]

Pereira e Marvila (2005), ainda afirmam que as prisões, as cassações de mandatos, as suspensões de direitos políticos de alguns cidadãos começaram a ocorrer logo nos primeiros dias após o golpe e que para controlar a sociedade, o regime estabelecido, criou e “apoiou-se” num sistema de repressão criado em junho de 1964, chamado SNI (Serviço Nacional de Informação)¹¹⁴.

Podemos ver que em questões de dias um arcabouço jurídico foi sendo montado no sentido de eliminar todo projeto de governo com conquistas populares e democráticas alcançadas até então. Oliveira (2013) em sua tese registra estas investidas “diárias”. Segundo ele,

em 09 de abril de 1964 foi apresentado o Ato Institucional de nº 01, redigido por Francisco Campo, que caracterizou o golpe de Estado de 1964 à luz da teoria da revolução, objetivando justificá-lo como a própria fonte de direito. [...] No dia 15 de abril de 1964, Castelo Branco foi investido do poder presidencial, inaugurando uma série de governos militares no país. [...] No dia 17 de julho de 1964, por meio da Emenda Constitucional nº 9, foi aprovado pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta, a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967, adiando assim as eleições presidenciais de 1965 para 3 de outubro de 1966.¹¹⁵

Segundo Oliveira (2013), esse adiamento das eleições presidenciais desagradou parte dos civis que haviam apoiado a revolução, principalmente os que pretendiam participar das eleições presidenciais de 1965 como o senador Juscelino Kubitschek (PSD) e o governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda da UDN.

Ainda em 1964, o governo militar empreendeu uma série de expurgos, não admitindo a defesa dos acusados. Efetivamente, aproximadamente 102 pessoas tiveram seus direitos políticos cassados em todo país, entre os quais o presidente João Goulart,

¹¹⁴ O **Serviço Nacional de Informações (SNI)** foi criado em 13 de junho de 1964, pela lei nº 4.341. A instituição foi criada com a responsabilidade de fiscalizar e coordenar as informações e contra-informações em atividades e distribuídas em território brasileiro e em países no exterior. Era um órgão da Presidência da República e estabelecia uma ligação direta com as entidades federais, estaduais e municipais, além da colaboração de instituições privadas. Possuía em seus arquivos informações sigilosas e dossiês de cidadãos brasileiros e estrangeiros referentes a assuntos de segurança e interesse de Estado. Predominavam informações a respeito de movimentos estudantis e sindicalistas, bem como suspeitas e atos de partidos políticos, depoimentos, prisões, subversão e conspiração. O SNI se organizava de forma profissional, imprimindo relatórios sobre várias atividades da sociedade, inclusive religiosas. O SNI foi idealizado pelo General Golbery do Couto e Silva, quando trabalhava no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). **Fonte:** www.infoescola.com > [História](#) > [História do Brasil](#). Acessado em 15/03/2014.

¹¹⁵ OLIVEIRA, 2013, p.93.

[Escreva aqui]

Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes e também o Deputado Federal do Espírito Santo, Ramon de Oliveira Netto (PTB)¹¹⁶.

Segundo Élio Gaspari (2002)¹¹⁷, durante os vinte e um anos de duração do Regime Militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, de aberturas e endurecimentos. Para Gaspari (2002), de 1964 a 1967, o presidente Castelo Branco tentou exercer uma ditadura temporária, de 1967 a 1968, o general Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e, de 1968 a 1974, o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou a sair.

Além das medidas autoritárias, consideradas “revolucionárias”, ocorreram também intervenções no sistema eleitoral com intervenções partidárias, como Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 15/07/1965 e a extinção dos partidos políticos através do Ato Institucional de nº 2 (AI-2).

Segundo Grinberg (2009), a história dos partidos políticos no Brasil é uma história de sucessivas intervenções por parte de governos autoritários de vários tipos. Entre as intervenções, destaca a da Revolução de 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder, a do golpe do Estado Novo em 1937 realizada pelo próprio Vargas e por fim, a intervenção da ditadura civil – militar, através do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1965. Grinberg (2009) ainda afirma que no Brasil a autenticidade das instituições políticas liberais, ou seja, os partidos políticos e o Congresso Nacional, tem um longo histórico de contestação e que entre 1964 e 1968, ou seja, da deposição de João Goulart em 31 de março de 1964 ao decreto do Ato Institucional de nº 05 (AI-5) em 1968, essas instituições foram atingidas por várias medidas autoritárias, como cassações de parlamentares, prorrogação do mandato do Presidente da República, a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos que limitava o número de partidos políticos, o Ato Institucional de nº 02 (AI-2) que dentre as várias determinações destacam-se o aumento

¹¹⁶ **Ramon de Oliveira Netto** nasceu em 1926 na vila de Celina, município de Alegre, sul do Espírito Santo. Cursou Medicina no Rio de Janeiro. Após cursar Medicina, mudou-se para Colatina, norte do Espírito Santo, onde iniciou sua atividade política chegando ao posto de Deputado Federal. FONTE: OLIVEIRA, 2013, pág.93.

¹¹⁷ GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo - SP: Cia das letras, 2002.

dos poderes do Presidente da República, eleições indiretas para o mesmo e a extinção dos partidos políticos existentes, além dos Atos Institucionais nº 03,04 e 05.

Das medidas acima, Grinberg (2009) trata especificamente da reorganização partidária. Segundo ela, as mudanças foram ocorrendo gradativamente, e cada vez mais, eram aprofundadas, no sentido de reduzir as participações populares. Logo nos primeiros dias pós-revolução, um dos principais temas em debate no Congresso Nacional era os das cassações. É interessante perceber que este Congresso era formado por políticos civis, eleitos democraticamente, e vai ser com este Congresso que o novo Governo, agora militar e “revolucionário” ou autoritário, pretendia governar, pois necessitava de apoio para suas reformas, mas devido à cassação do ex – presidente da República Juscelino Kubitschek, na ocasião, senador pelo estado de Goiás pelo PSD, houve um rompimento de alguns políticos deste partido, diminuindo assim a base governista no Congresso.

Madeira (2002)¹¹⁸ diz que o Regime Militar estabelecido no Brasil em 1964 possuía algumas características paradoxais por se tratar de um governo autoritário, o que o tornava um regime de caráter híbrido. Um destes paradoxos seria a preservação dos partidos políticos e da existência, mesmo que restrita, de uma competição político eleitoral. Já Kinzo (1988)¹¹⁹ por sua vez enfatiza que o caso brasileiro é impar na medida em que os militares além de não proibirem as atividades político partidárias, chegaram a criar um novo sistema partidário.¹²⁰

Assim, tendo em vista as eleições de outubro de 1965, foi editada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos em 15/07/1965, com o intuito de diminuir o número de partidos após essas eleições, pois, segundo Kinzo (1988), a intenção inicial do governo militar era governar com o apoio do Congresso, mas este apoio não era totalmente garantido, não só pelo PSD, que havia rompido há pouco devido às cassações, mas também de alguns setores da UDN, principalmente os ligados à Carlos Lacerda, pré candidato a presidente da República em 1965, que se sentiram prejudicados com a prorrogação do mandato de Castelo Branco.

¹¹⁸ MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENA'S? A coesão partidária do regime em três estados brasileiros**. 2002. 241f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

¹¹⁹ KINZO, Maria Dalva Gil. **Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB**. São Paulo: Idesp/Vértice, 1988.

¹²⁰ KINZO, 1988, p. 233.

[Escreva aqui]

Em sua observação, Kinzo (1988) diz que a tentativa do regime de trabalhar com os partidos políticos do antigo regime ou período democrático (1945-1964), não conseguiu assegurar uma base sólida e estável para o governo no Congresso, pois a principal força política de apoio à revolução, a UDN, não era suficientemente numerosa para prover sozinha a base desejada. Isso somado aos problemas surgidos, como foi dito, pela candidatura “barrada” de Carlos Lacerda que passou a fazer oposição a Castelo Branco, mostrando para o regime que até mesmo este partido, que forneceu apoio ao movimento, deveria ser extinto.

De acordo com Grinberg (2009), a nova legislação eleitoral que aumentava a cláusula de funcionamento dos partidos para 3% do eleitorado nacional que tivesse votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados tinha como intenção restringir a quantidade de partidos e não eliminar o sistema partidário existente no Brasil.

Para Madeira (2002), havia uma preocupação em manter esta vida partidária para que a imagem do regime político ora instalado não fosse mal vista pelas autoridades internacionais, imagem que se buscou reforçar pelo constante discurso do caráter temporário do governo militar e da preparação para a volta do regime democrático.

Mas mesmo com esta reforma eleitoral, a UDN, partido que dava sustentação ao novo governo, perdeu as eleições em 09 dos 11 estados em disputa. Grinberg (2009) diz que estes resultados eleitorais adiantaram as reformas que levaram ao aprofundamento da ditadura militar.

Segundo a análise de Madeira (2002), os resultados das eleições de outubro, principalmente nos Estados da Guanabara e Minas Gerais, acabaram gerando insatisfações nos setores golpistas, mas os mesmos não podem ser considerados motivos para o editamento do Ato Institucional de nº 02 nem de qualquer reforma partidária mais profunda, pois mesmo a UDN não ter tido ganhado as eleições nos outros 9 estados, os que acabaram vencendo também foram apoiadores do regime. Além do mais, as derrotas de Lacerda e Magalhães Pinto contribuíram para neutralizar o poder político dos mesmos.

[Escriba aquí]

Entretanto, como os resultados eleitorais são passíveis de diversas interpretações, o resultado das eleições de 1965 com a derrota da UDN, precipitou as reformas, pois a derrota da UDN foi interpretada como a derrota do movimento de 1964. O Ato Institucional de nº 02 (AI-2) radicalizou as medidas punitivas em vigor, aumentou os poderes do presidente da República, atribuiu a Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento de civis envolvidos em crimes contra a Segurança Nacional, aumentou o número de Ministros do STF de 11 para 16, extinguiu os partidos políticos existentes e estabeleceu eleições indiretas para Presidente da República. Grinberg (2009) ainda diz que diante da publicação deste Ato Institucional, o PSD, o PTB, o PSB e o PDC, distribuíram notas oficiais de repúdio à concentração de poder do Executivo e à extinção dos partidos. E a UDN foi o único, dos grandes partidos que não falou da extinção.¹²¹

Ainda sobre as extinções dos partidos políticos, há um célebre comentário do então Ministro da Justiça, Juracy Magalhães, um dos elaboradores do AI-2, na obra de Grinberg (2009), que diz que

... houve uma conveniência política. Se continuassem vivos o PSD e o PTB... Esses dois partidos juntos ganhariam sempre as eleições... para que a Revolução pudesse ter uma possibilidade de Vitória eleitoral, ela precisava partir de uma coisa inteiramente nova.¹²²

Com este comentário, firma-se a tese de que o sistema criado pretendia manter um sistema partidário.

De acordo com Grinberg (2009), a partir de então começou a movimentação para organizar as novas organizações partidárias. No dia 20 de novembro de 1965, foi decretado o Ato Complementar Nº 04, regulamentando a criação das organizações provisórias com atribuições de partidos políticos, que trouxe a definição do perfil do novo sistema partidário em que as novas agremiações partidárias tinham que ser organizadas a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores. Esse foi, para Grinberg (2009), um grande obstáculo para a criação de um segundo partido naquela conjuntura, pois a estrutura partidária da extinta UDN tornou-se a base do partido do governo e a maioria dos políticos originários do PTB, que não tiveram seus direitos políticos cassados,

¹²¹ GRINBERG, 2009, p. 60

¹²² Apud: GRINBERG, 2009, p.58.

organizaram o MDB, o partido da oposição, que quase não conseguiu ser registrado. O ato previa ainda que os nomes siglas, legendas e símbolos dos partidos extintos não poderiam ser usados para designação das novas organizações.¹²³

Para Motta (1999), o principal objetivo da reforma política, além de destruir as antigas identidades partidárias, era montar um forte partido de apoio ao governo comprometido com os ideais do movimento de 1964. Acreditavam que destruindo a velha estrutura partidária seria mais fácil para o governo controlar o processo eleitoral. Daí surgiu a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), formada a partir da reunião dos deputados governistas espalhados pelos antigos partidos e o MDB que foi formado pelo restante dos deputados que quase não conseguiram se organizar devido ao número reduzido exigido por lei.

Mas, de acordo com Madeira (2002), apesar de o AI-2 instituir uma nova moldura institucional, isso não significou a anulação da história partidária e individual construída pelos políticos até aquela data. Para Madeira (2002), na transição do sistema multipartidário para o bipartidário, entre 1965 e 1966, foram transferidas para as novas agremiações partidárias, ARENA e MDB, não só as principais lideranças, mas também suas redes políticas e suas bases eleitorais e a adesão a uma ou outra legenda foi decidida levando em conta as disputas regionais dos grupos políticos adversários do período anterior, pois seria necessário acomodar em apenas dois partidos, múltiplas correntes rivais.

Santos (2000)¹²⁴ por sua vez afirma que neste realinhamento partidário, ou reacomodações, houve um trânsito cruzado, onde as siglas extintas ofereceram quadros tanto para o ARENA quanto para o MDB e que além das redes políticas, citadas acima por Madeira, também foram transferidas para as novas agremiações a cultura das legendas extintas mantendo assim muitas identidades partidárias construída ao longo do período democrático.

¹²³ GRINBERG, 2009, p. 62-64.

¹²⁴ SANTOS, André M. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre os deputados brasileiros (1946-1988)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PPG Ciência Política, UFGRS, 2000.

A exemplo disso Madeira (2002) diz que ainda em 1976, ou seja, dez anos após a instalação do bipartidarismo, muitos políticos tanto da ARENA quanto do MDB ainda se identificavam ou eram identificados pelo pertencimento às siglas anteriores, ou seja, ex-UDN, ex-PSD e outros. No Espírito Santo isso vai ser muito comum, pois além de terem estas identificações mantidas, continuaram a disputar o espaço político, como no período anterior, dentro da mesma agremiação, no caso da ARENA.

Assim, segundo Grinberg (2009), em 30 de novembro de 1965, alguns parlamentares subscreviam o Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) com o objetivo de “apoiar o Governo da Revolução”. Os principais objetivos desse novo partido eram: Lutar por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiraram a “Revolução de Março de 1964”; ter o compromisso de buscar o “aperfeiçoamento da democracia representativa” e conseqüentemente contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político.¹²⁵

Segundo Motta (1997)¹²⁶, o contexto em que o MDB foi criado marcou sua relação com os grupos políticos de esquerda e a forma como esses grupos o viam. Argumenta ele que, pelo fato do MDB ter sido fruto de projeto dos formuladores políticos do regime militar, que implantaram uma reforma partidária visando a criar um partido de sustentação para o governo e outro, para abrigar os descontentes e opositores, não é de se estranhar que o mesmo fosse visto como um partido artificial e sem raízes na sociedade. E mais, como foi concebido para dar legitimidade ao sistema vigente, muitos achavam que apoiar o MDB era prestar um serviço aos militares.

Ainda sobre a relação com as esquerdas, existiam outros fatores que representavam dificuldades para o MDB, quais sejam: havia um pensamento de que a vida do regime seria curta, visto não fazer sentido investir naquele partido; e a luta armada estava na pauta do dia para alguns grupos de esquerda. Mesmo assim o partido contou com importantes quadros originários do PTB, do PCB, do PSB e de cristãos progressistas. Em determinados momentos o MDB também contou com parlamentares

¹²⁵ GRINBERG, 2009, p. 67.

¹²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

aguerridos, que tentaram aproximá-lo de setores politizados da sociedade e dar organicidade à instituição.

Motta (1997) ainda destaca que nas relações com as esquerdas, o PCB foi o partido que mais se aproximou do MDB. Inclusive este abrigou vários quadros da militância comunista. A tradição de militância clandestina do PCB fez com que essa militância dirigisse ações dos emedebistas, quando do período de endurecimento da repressão. Em síntese, esses dois partidos aproximavam-se na defesa de uma frente democrática para derrotar a ditadura.

Por fim, mesmo criticado pela maioria da esquerda revolucionária, a presença dos comunistas no MDB contribuiu para dar a esse partido alguma respeitabilidade entre setores mais politizados. No entanto, gerou rejeição entre os emedebistas conservadores.

2.1.1 – O Golpe de 1964 e o Bipartidarismo no Espírito Santo

Oliveira (2013) destaca que o estado do Espírito Santo, que no momento do Golpe de 1964 era governado por Francisco Lacerda de Aguiar¹²⁷, estava vivendo o auge de uma polarização político partidária, iniciada em 1947, entre o PSD e a Coligação Democrática, que reunia diversos partidos políticos, entre eles o PTB, a UDN e o PSP. Nestas circunstâncias, esta polarização estava em um conflito maior onde os interesses dos setores industriais passaram a prevalecer sobre os setores agro-fundiários e a política capixaba ainda não havia sido contaminada pelas agitações que ocorriam no plano nacional, ou seja, os interesses políticos do estado do Espírito Santo nesta época tinham outras prioridades. Foi somente a poucos dias da deflagração das articulações em torno do Golpe de 1964, que começaram a aparecer nos jornais locais, notas e notícias que alertavam para a possibilidade de um golpe. A temperatura política no Estado começou a subir, de fato, nos dias que antecederam ao Golpe de 1º de Abril de 1964, o que obrigava, tanto o governo quanto aos demais atores envolvidos, a tomarem suas posições. Assim, na análise de Oliveira (2013), o Golpe Militar não encontrou, no

¹²⁷ **Francisco Lacerda de Aguiar** foi eleito governador pela segunda vez em 1962 por uma coligação formada pelo PSP e outros partidos da denominada “Coligação Democrática” (UDN/PRP/PTB/PDC/PRT/PTN/PSB) contra o candidato do PSD Jones dos Santos Neves.

[Escreva aqui]

Espírito Santo, grande resistência, reproduzindo no Estado, a inoperância dos setores contrários ao Golpe, assim como a inércia da maioria da população à derrubada de Jango, com raras exceções do movimento estudantil e sindical, que tentaram organizar algumas manifestações que ao fim não saiu da retórica e de algumas poucas passeatas.

As demais forças e lideranças políticas do Estado com representatividade, segundo Oliveira (2013), aderiram ao movimento, independente se vinculados ao PSD ou aos partidos políticos da Coligação Democrática, com exceção da ala mais progressista do PTB, reafirmando assim a tese de Santos (2000) sobre o trânsito cruzado entre as siglas extintas.

Oliveira (2013) destaca as lideranças que apoiaram o Golpe de 1964 no ES: Carlos Lindenberg (PSD), Jones dos Santos Neves (PSD), João Calmon (PSD), João Parente Frota (PSD), Christiano Dias Lopes Filho (PSD), Raul Gilberti (PSP), Asdrúbal Soares (PSP), Eurico Rezende (UDN), os irmãos Floriano e Isaac Rubin (PTB) entre outros. Diz ainda que na ALES não foi registrada grandes manifestações contrárias ao movimento de 1964, tal postura, segundo Oliveira (2013) se deveu ao receio das cassações. A única voz que se manifestou contrária ao Golpe de 1964, que para Oliveira (2013) se deu no calor das emoções, foi a do Deputado Mario Gurgel do PTB¹²⁸, fora isso, ninguém da Assembleia Legislativa foi cassado imediatamente após o Golpe de 1964.¹²⁹

Dessa forma, no Espírito Santo, sob o governo de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966), as manifestações de apoio ao golpe foram imediatas. Chiquinho não demorou em oferecer ajuda ao aliado político do Estado vizinho, Magalhães Pinto.

Santos (2013) cita o depoimento do ex-governador no periódico *Espírito Santo Agora* quando lhe perguntam sobre o movimento de 64:

Fui um dos primeiros a aderir. O Magalhães Pinto apareceu por aqui a pretexto de inaugurar uma agência bancária e combinou comigo o

¹²⁸ **Mário Gurgel**, formou-se em Direito em 1954 e ingressou na vida política. Foi duas vezes o vereador mais votado em Vitória e também prefeito. Como deputado estadual, também elegeu-se com o maior número de votos. Foi membro da Ala Progressista do PTB. Deixou o partido em 1960 para se filiar ao MTR, agremiação criada pelo Deputado Fernando Ferrari, do Rio Grande do Sul. Com a morte deste em 1963, Gurgel voltou a integrar o PTB a pedido do então Presidente João Goulart. **FONTE:** http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2012/06/noticias/a_gazeta/caderno_2_ag/1270657-da-vida-pobre-ao-poder-politico.html. Acessado em 04/03/2014 e Oliveira, 2013, pág.104.

¹²⁹ GRINBERG, 2009, p. 104.

[Escriba aqui]

movimento no Estado. Aí nós entramos num acordo às vésperas da revolução. O Jango também aparecia muito por aqui. Sempre lhe dizia que estava errado. Essa questão de tomar terras (Reforma Agrária) nunca houve. Não pode, está errado né? Eu não era a favor de uma reforma daquele jeito: tomar as coisas dos outros. Era a favor de uma reforma cristã.¹³⁰

Ainda na mesma entrevista, o ex-governador afirmou:

Eu tinha feito aquele pacto com Magalhães. Ele achava que a revolução ia durar 90 dias. Ele não achava que ia ser como foi, achava que o porto de Vitória era estrategicamente importante. Por aqui deviam entrar armas, abastecimento. Eu fiquei receoso quanto ao ponto de vista tático. Aqui não tinha gente para tratar do movimento e a polícia era mal aparelhada em termos de combate. Eu sempre pedi munição, mas o governo federal não dava nunca. (ES-Agora, 1972, p. 36).¹³¹

Em tal entrevista, segundo Oliveira (2013) firma-se a ideia de que Chiquinho está em parte correto, pois se deve levar em consideração o caráter seletivo das memórias, especialmente em se tratando do tempo em que a entrevista foi realizada (1972) e o acontecimento do fato (1964)¹³². Segundo Oliveira (2013), outras fontes revelam que Chiquinho não foi o primeiro a aderir ao movimento, como o trecho abaixo de uma reportagem do jornalista Alexandre Caetano, publicada no Jornal Século Diário em que mostra o posicionamento conciliador e indeciso de Chiquinho.

[...] no dia 1º de abril, foi a vez dos [sic] estudantes realizarem uma passeata até em frente ao Palácio, onde também foram cobrar uma posição do governador. Os manifestantes arranjaram um quadro negro, onde escreveram com giz "ABAIXO O GOLPE!". Depois dos discursos de líderes estudantis, muito matreiro, Chiquinho recebeu uma comissão de estudantes e entregou uma nota. [...] Ao sair do palácio, a comissão leu a nota do governador, que em síntese dizia: "Estamos com a Democracia e com o povo, pela legalidade". Os estudantes bateram palmas, entendendo que Chiquinho havia se posicionado contra o golpe. Ledo engano. Esse mesmo documento seria publicado dois dias depois do triunfo do golpe, para anunciar a adesão do governador ao movimento revolucionário. [...] Esse fato real e verídico, mais do que demonstração da dubiedade de Chiquinho, serve para ilustrar uma outra história, famosa no folclore político capixaba. Tão logo foi deflagrado o golpe, o então comandante do antigo 3º BC (hoje 38º BI), coronel Newton Reis, teria ligado para o Palácio Anchieta e perguntado para Chiquinho: "Governador, de que lado o senhor está?". No seu peculiar e imperturbável estilo,

¹³⁰ Revista ES Agora, 1972, p.36 Apud: SANTOS, 2013, p. 141.

¹³¹ Revista ES Agora, 1972, p.36 Apud: SANTOS, 2013, p. 141.

¹³² OLIVEIRA, 2013, p. 100-101.

[Escriba aqui]

Chiquinho teria dito: "Comandante, eu agora estou do lado do Colégio Maria Ortiz."¹³³

Continuando seu comentário, Oliveira (2013) diz que

o perfil conciliador de Chiquinho [...] não permitiria a adesão imediata, especialmente em se tratando de uma situação indefinida como foi o Golpe de 64.¹³⁴

Santos (2013) comenta que, sem fazer julgamento de Chiquinho, entende-se que sua política estava voltada contra o medo do movimento comunista aqui no Estado. Apesar de seu governo não ter criado atrito anteriormente com o de João Goulart, agora estava concentrado com o dos golpistas. Entretanto, por motivo de prudência e receio de muito sangue derramado no Estado, isso seria feito por meio de muitas conversas.¹³⁵

Quanto às mudanças jurídicas e eleitorais ocorridas desde a implantação do governo militar em 1º de abril de 1964, segundo Oliveira (2013), de uma maneira geral, houve concordâncias e divergências sobre alguns aspectos das medidas. O Jornal A Gazeta noticiava toda a crise institucional que se abatia sobre o país assim como toda mudança ocorrida e medidas adotadas e editadas ao ponto de já se ecoar no Estado a edição de um novo Ato Institucional.

Entre os representantes capixabas em Brasília, destacou-se o apoio do Senador udenista Eurico Rezende que expressou contentamento com a medida “heroica” do Ato Institucional de nº 2.

Oliveira (2013) também cita uma matéria veiculada em A Gazeta em que mostra o posicionamento das classes políticas e econômicas do Espírito Santo, que naquele momento estavam reunidas na Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), cujos elementos, que hegemonizavam o PSD, se manifestaram favoráveis à nova ordem:

[...] a exemplo do que vem ocorrendo em todos os estados da federação, as classes conservadoras do Espírito Santo telegrafaram ao Presidente Castelo Branco emprestando inteira solidariedade à promulgação do Ato Institucional Nº 2. Dirigiram expedientes ao chefe da nação a Federação das Indústrias do Estado do Espírito

¹³³ CAETANO, Alexandre. **A Revolução dos Carangueijos: O Golpe de 64 no Espírito Santo**. Jornal Século Diário. **Apud**: OLIVEIRA, 2013, p. 101.

¹³⁴ OLIVEIRA, 2013, p. 101.

¹³⁵ SANTOS, 2013, p. 142.

[Escreva aqui]

Santo, Associação Comercial de Vitória e Clube de Diretores Lojistas. [...] Ressaltam as classes conservadoras que não só os homens de negócios, mas o próprio povo capixaba vibraram de entusiasmo com a nova medida colocada em prática de fortalecimento do Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964 e que veio colocar, no Brasil, as coisas nos seus devidos lugares. Congratulam-se ainda os homens de negócios com o Governo e as Forças Armadas pela maneira com que estão agindo para assegurar a paz e prosperidade da Nação Brasileira. [...] A voz geral do povo é que o 2º Ato Institucional ainda foi muito brando. Para se concertar o Brasil só agindo dessa forma [...] ¹³⁶.

Assim, com a edição do Ato Institucional de nº 2, a classe política capixaba, seguindo os arranjos nacionais, também tiveram que se reorganizarem para adentrarem nas novas agremiações partidárias, ARENA e MDB, sendo que em relação à ARENA, tomaram a dianteira no processo de formação, elementos oriundos tanto do PSD, quanto da Coligação Democrática, que era composta por diversos partidos, inclusive a UDN, o PTB e o PSP, confirmando o trabalho de Grinberg (2009), quando diz que se os partidos, ou agremiações criadas, eram novos e artificiais, porém seus membros tinham longa história e práticas políticas.

Assim a ARENA capixaba surge como um partido permeado de rivalidades internas, não apenas no sentido partidário, mas de interesses econômicos, pois este, sempre foi a principal bandeira de disputa do período anterior (1945-1964) e que os grupos de interesses, continuaram a atuar politicamente tal como no sistema multipartidário acabando por levar para o interior da ARENA suas rivalidades.

Já em relação ao MDB, o mesmo não teve as mesmas facilidades que a ARENA para arregimentar políticos, pois como vimos, a maioria dos políticos com mandatos se filiaram na ARENA. Segundo Oliveira (2013), o MDB capixaba foi composto, em sua maior parte, por elementos egressos do PTB, seja da ala mais conservadora representada pelo Deputado Federal Argilano Dario como da ala progressista representada pelo Dep. Estadual Mário Gurgel, assim como por petebistas mais moderados como Saturnino Rangel Mauro e Adalberto Simão Nader. ¹³⁷

Além dos petebistas, também ingressaram no MDB alguns pessepistas como Hélio Carlos Manhães e outras figuras sem grande expressão na política capixaba, além

¹³⁶ CLASSES produtoras do ES oferecem apoio ao Ato Institucional nº 2. **A Gazeta**, Vitória, Out./1965. Apud: OLIVEIRA, 2013, p.111.

¹³⁷ OLIVEIRA, 2013, p. 121.

de figuras oriundas do PSD como Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen¹³⁸, o Dep. Federal Dirceu Cardoso e o ex Governador Carlos Lindenberg, que chegou a assinar a ficha de filiação, mas não efetivou a filiação, inserindo-se na ARENA.

2.2 – A construção da ARENA: Um partido de apoio ao Governo “Revolucionário” de 1964

Assim, tendo em vista as eleições de outubro de 1965, foi editada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos em 15/07/1965, com o intuito de diminuir o número de partidos após essas eleições. Mas, como foi afirmado, devido aos resultados eleitorais da eleição para governador, quando a UDN, partido que dava sustentação ao novo governo, perdeu as eleições em 09 dos 11 estados em disputa, foi editado o AI-2. Segundo Grinberg (2009), “o resultado das eleições, levando a derrota do governo, precipitou as reformas”.

O AI-2, entre outras medidas, determinava aumentar os poderes do Presidente; atribuir a Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento de civis envolvidos em crimes contra a Segurança Nacional; extinguir os partidos políticos existentes e determinava eleições indiretas para Presidente da República, governadores dos estados, prefeitos de capitais e cidades consideradas de riscos para a segurança nacional.

Para Grinberg (2009), diante da publicação deste Ato Institucional, começaram as movimentações para organizar as novas organizações partidárias. Em 20/11/1965, foi decretado o Ato Complementar Nº 04, regulamentando a criação das “organizações provisórias” com atribuições de partidos políticos. Este ato trouxe a definição do perfil do novo sistema partidário determinado que as novas agremiações deveriam ser organizadas em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores. Nesta conjuntura a

¹³⁸ **Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen**, foi diretor do Departamento Estadual de Saúde durante o segundo mandato de Carlos Lindenberg no governo estadual (1959-1963).

estrutura partidária da extinta UDN tornou-se a base do partido do governo e a maioria dos políticos originários do PTB, que não tiveram seus direitos políticos cassados, organizou o MDB, o partido da oposição, que quase não conseguiu ser registrado. O maior debate face à nova regulamentação partidária aconteceu justamente entre os membros do PSD, o partido do centro, que cindiu-se.¹³⁹

Para Grinberg, tanto a ARENA como o MDB se organizaram a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme estabelecia o AC-4, egressos dos partidos extintos pelo AI-2 conforme tabela abaixo:

Tabela VII – A Formação da ARENA e do MDB a partir da filiação dos representantes dos partidos extintos na Câmara dos Deputados (1966)

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PSD	78	43	121
PTB	38	78	116
UDN	86	9	95
PSP	18	2	20
PDC	13	6	19
PTN	8	4	12
PRP	5	--	5
PR	4	--	4
PL	3	--	3
PST	2	--	2
PRT	2	2	4
MTR	--	3	3
PSB	--	2	2

Fonte: Maria Dalva Gil Kinzo. Oposição e autoritarismo, p.32 Apud: GRINBERG. 2009 p.69.

Observa-se na tabela acima a migração para a ARENA da extrema maioria dos deputados da UDN e da maioria do PSD. Quanto ao MDB, o mesmo recebeu a maioria dos deputados do PTB assim como muitos do PSD. Assim firma-se a tese de Santos (2000) quando fala da existência de um trânsito cruzado em que, tanto a ARENA quanto o MDB, receberam quadros das variadas siglas extintas.

Após estas migrações, em 30/11/65, alguns “parlamentares” subscreviam o “Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional” com o objetivo de apoiar o

¹³⁹ GRINBERG, 2009, p. 64.

Governo da Revolução. Os principais objetivos desse novo partido eram: lutar por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiraram a “Revolução de Março de 1964”; Ter o compromisso de buscar o “aperfeiçoamento da democracia representativa” e conseqüentemente contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político, e outros mais gerais conforme síntese da tabela abaixo:

Tabela VIII – Síntese do Documento constitutivo da ARENA.

Objetivos Gerais da ARENA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Democratização das oportunidades; 2. Reforma administrativa, com [...] a estrita observância do mérito; 3. Fortalecimento econômico – financeiro dos estados e municípios e a eliminação dos desequilíbrios regionais; 4. Desenvolvimento planejado e autossustentável, sem inflação e com fortalecimento das estruturas econômicas; 5. Expansão do ensino em todos os graus, especialmente do ensino elementar obrigatório e do técnico profissional; 6. Combate às endemias e ao pauperismo; 7. Por um sistema tributário justo [...]; 8. Crescente aperfeiçoamento da previdência social e da organização sindical; 9. Incentivo a iniciativa privada, como elemento básico do desenvolvimento econômico e fator indispensável à plenitude do regime democrático; 10. Execução de uma política exterior que procure atingir os objetivos nacionais de desenvolvimento, segurança e bem estar do povo brasileiro; 11. Adoção de trabalho constante e fecundo em favor da paz e do entendimento, da aproximação e da cooperação internacionais, e apoio à carta das Nações Unidas. 12. Crescente vinculação entre o comércio mundial e o desenvolvimento econômico dos povos, com a adoção de medidas que corrijam os efeitos da deterioração dos termos de troca [...]. 13. Pela manutenção e consolidação de uma política de efetiva participação do Brasil no sistema de vida e de valores da civilização ocidental e no mecanismo de segurança continental [...]

FONTE: Dados de Grinberg (2009, p. 67-68) e quadro retirado da Tese de Oliveira, 2013, p. 114.

Como podemos observar, os objetivos acima não demonstram qualquer identidade ideológica com o regime ora estabelecido. Segundo Grinberg (2009) estes

[Escriba aqui]

objetivos nada mais eram do que um documento muito mais geral e pouco revelador do matiz político dessa nova agremiação, mas demonstra uma das características da maneira como foi estruturada a ARENA, a ausência de cores fortes e a manutenção de perspectivas tradicionais sobre os problemas brasileiros.

Lúcia Grinberg (2009), afirma que desde o início a ARENA já demonstrava para o que viera: garantir apoio parlamentar ao governo constituído a partir do movimento de 1964. E o governo também demonstrava seu objetivo que era formar um grande partido mediante a incorporação da UDN e de grande parte do PSD, ou seja, um partidão. Grinberg (2009) chama a atenção ainda para os nomes que formaram o partido. Ela diz que a ARENA fora formada por uma boa parte da nata dos políticos que construíram a UDN e o PSD e por políticos que percorreram a política brasileira desde a Revolução de 1930.

Se a sigla ARENA era recente e podia não ter identificação popular, as lideranças que formavam o partido eram representantes da nata dos políticos da época. Portanto, se a ARENA foi inventada pela ditadura, seus membros não o foram, tendo em sua maioria, longa prática na política partidária, tanto antes quanto durante os anos de 1945 a 1964.¹⁴⁰

Chama a atenção também para os nomes ao final do documento constitutivo da ARENA, em que se encontra a composição da Comissão Executiva Nacional, formada através de “convite do presidente Castelo Branco” e em seguida, os nomes dos fundadores do partido, tendo no início da lista o marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-presidente da República, alguns militares e um representante de cada um das forças armadas, entre eles João Punaro Bley, ex interventor do Estado do Espírito Santo de 1930-1943, agora, General do Exército/ R1.

Os candidatos da ARENA sempre foram, em sua maioria, políticos com larga experiência, assim como muitos pertenciam a clãs familiares tradicionais em cada estado. Assim, ao mesmo tempo em que os militares formulavam uma composição entre políticos egressos dos variados partidos extintos, garantiam a representação das tradicionais oligarquias nos estados e nos municípios, assegurando o apoio civil ao novo regime.¹⁴¹

¹⁴⁰ Grinberg, 2009, p. 32.

¹⁴¹ Ibid. 2009, p. 76.

Segue abaixo uma tabela com os nomes dos componentes da primeira Comissão Executiva Nacional com informações de seus partidos de origem, a função política exercida na época da fundação da ARENA e suas trajetórias políticas:

Tabela IX – Comissão Executiva Nacional (1965 -1968)

Estado	Nome	Função Política/Partido de Origem	Cargo	Trajetória
RS	Daniel Krieger	Senador/UDN	Presidente	Constituinte em 1947; Senador entre 1954 a 1970;
MT	Filinto Muller	Senador/PSD	Vice Presidente	Militar revolucionário em 1922, 1924, 1930; Senador entre 1947 a 1970;
BA	Theódulo de Albuquerque	Dep. Federal/PTB	Vice Presidente	Constituinte em 1946; Dep. Federal entre 1947 a 1966;
CE	Wilson Gonçalves	Senador/PSD	Vice Presidente	Constituinte em 1946; Dep.Estadual (1950-1958); Vice Governador (1958-1962) e Senador (1962-1970);
MG	Rondon Pacheco	Dep.Federal/UDN	Secretário Geral	---
SP	Antônio Feliciano	Dep. Federal/PSD	Tesoureiro	---
RJ	Raimundo Padilha	Dep.Federal/UDN	Vogal	Integralista, revolucionário em 1938; Dep. Federal (1950-1966)
CE	Paulo Sarazate	Dep.Federal/UDN	Vogal	Constituinte em 1946 Dep.Federal 1946-1950, 1958-1962; Governador 1955-1960;
AM	Leopoldo Perez	De.Federal/PSD	Vogal	Constituinte em 1946 Dep. Federal (1946-1948; 1962-1966)
RJ	Miguel Couto Filho	Senador/PSP	Vogal	Dep. Estadual (1935-1937). Constituinte em 1946; Dep. Federal de 1950/54; Governador de 1954/58; Senador de 1958-1966;
PA	Jarbas Passarinho	Coronel	Vogal	Militar

FONTE: Tabela elaborada a partir dos dados contidos no quadro 1 de GRINBERG (2009, p. 70-75).

Podemos, com esta tabela, reafirmar o pensamento de Grinberg (2009) de que os integrantes da primeira Comissão Executiva da ARENA tinham, no momento de sua fundação, uma vasta experiência no campo da política, muitos deles presentes na vida política do país desde a Revolução de 1930.

[Escriba aqui]

Em 26 de maio de 1966, a ARENA realizou, no plenário da Câmara dos Deputados, a sua primeira Convenção Nacional, fundando o partido e homologando, respectivamente, os nomes do marechal Arthur da Costa e Silva e do deputado Pedro Aleixo como candidatos à presidência e vice-presidência da República. O novo partido, resultado de inúmeras articulações entre os políticos da época, fundava-se a partir do encontro de militares, parlamentares, governadores e ministros.

Grinberg (2009) apresenta a estrutura organizacional da ARENA, que segundo ela, era dirigida por uma Comissão Diretora Nacional, conforme mostrada no quadro acima e, em cada estado ou território, por Comissões Diretoras Regionais que entre as diversas atribuições estava a de convocar seus membros para a escolha de candidatos a governador, vice-governador, senador, deputados federais e estaduais. E nos municípios havia Comissões Diretoras Municipais às quais também é atribuída a competência de escolher os candidatos a prefeito, vice-prefeito, vereadores e juiz de paz.¹⁴²

Silveira (2008) diz que foi na consolidação de uma ampla rede organizacional que o partido garantiu a posse de candidatos e votos em todos os municípios. Soares (1988) afirma que uma rede de diretórios municipais da ARENA foi formada por quase todos os diretórios da UDN, PRP, PR, e pela maioria dos diretórios do PSD, PST e PDC, possibilitando uma ampla vantagem da ARENA sobre o MDB na corrida organizacional.

Soares (1988) afirma ainda que a nova reestruturação partidária apontou para uma certa continuidade das redes que formavam os partidos extintos. Essa continuidade deveu-se, em parte, a uma opção política dos militares, que admitiram compor com as lideranças partidárias organizadas partidariamente, lideranças essas que possuíam longa trajetória no campo político. Estas lideranças representadas pelos políticos tradicionais do estado desempenharam um papel importante no funcionamento do sistema, uma vez que a imagem emitida pelas lideranças contribuía para ampliar o processo de identificação entre o partido – mesmo que artificial e sem um programa que agregasse vontades coletivas – e seus eleitores.

Apesar de toda organização da ARENA enquanto um partido nacional, a mesma encontrou muitas dificuldades para funcionar. Dentre os vários motivos para isso estavam o tamanho e o lastro ideológico que existia em torno de si devido à

¹⁴² GRINBERG, 2009, p. 69.

aglomeração, em uma mesma organização, de vários ex - partidos com identidades diferenciadas e até mesmo inimigos ideologicamente como o PTB e o PSD.

2.2.1 A Construção da Arena no Espírito Santo

Segundo Oliveira (2013), no Espírito Santo não houve grandes dificuldades para aglutinar nomes a fim de formar o partido governista. Assim como a base da ARENA a nível nacional era oriunda em sua maioria da UDN e do PSD, no Espírito Santo houve a repetição desta migração, mas com um destaque para o PSP que era na época, a segunda maior bancada na Assembleia Legislativa ao lado do PTB e do PRP, ou seja, a grande polarização política partidária que existia no Espírito Santo desde 1947, foi toda transferida para o partido do governo, conforme tabela abaixo:

Tabela X – Filiação dos Deputados Estaduais do ES em ARENA e MDB (1966): Partidos com representatividade.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PSD	13	1	14
PTB	2	7	9
PSP	8	1	9
UDN	6	1	7
PRP	3	--	3
PDC	1	--	1
Total	33	10	43

FONTE: Tabela elaborada a partir da tabela 20 da Tese de Doutorado de OLIVEIRA, 2013, p.115.

Segundo tabela acima, percebe-se as origens partidárias dos integrantes da ARENA e do MDB no estado do Espírito Santo. A grande maioria do PSD, da UDN e, no caso do Espírito Santo, do PSP, migraram para a ARENA e a grande maioria dos integrantes do PTB, migraram para o MDB. Há uma repetição do quadro político partidário nacional e também da reafirmação da tese de Santos (2000) sobre o trânsito cruzado, pois tanto ARENA quanto MDB receberam quadros de todos os partidos existentes.

Como afirma Madeira (2002) à adesão a uma ou outra legenda foi decidida mais em razão das disputas internas e no caso do Espírito Santo, foi decidida em relação

[Escriba aqui]

ao espaço político que teriam após o bipartidarismo que conforme afirma Oliveira (2013), a adesão da maioria dos políticos capixabas na ARENA foi possível por enxergarem nela o espaço mais apropriado para um possível êxito em termos de aproximação do poder.

De acordo com Oliveira (2013), as articulações para a formação da ARENA e do MDB no Espírito Santo começaram no final de 1965 e em relação ao partido do governo, a ARENA, tomaram a dianteira no processo de formação, elementos oriundos tanto do PSD quanto da “Coligação Democrática”. Na tabela abaixo é apresentado alguns membros da ARENA – Seção ES, principalmente políticos, que assinaram a ata do partido no dia 26 de fevereiro de 1966.

Tabela XI – Alguns Membros da ARENA – Seção ES - 1966

Nº	Nome	Partido de Origem	Cargo Eletivo
01	João Calmon ¹⁴³	PSD	Deputado Federal
02	Christiano Dias Lopes	PSD	Deputado Estadual
03	Jefferson de Aguiar	PSD	Senador
04	Mikeil Chequer	PSD	Deputado Estadual
05	Dylio Penedo	PSD	Deputado Estadual

¹⁴³ **João Calmon**, nasceu em 1927 em Baunilha, município de Colatina-ES. Advogado formado pela Faculdade Nacional de Direito, começou a trabalhar como jornalista nos Diários Associados na condição de repórter do *Diário da Noite* até ser transferido para Fortaleza onde dirigiu o *Correio do Ceará*. Entre 1940 e 1946 trabalhou na expansão do grupo ao adquirir diferentes emissoras de rádio e também jornais, fato que o guindou à direção regional do conglomerado para o Norte e o Nordeste do Brasil. Chamado ao Rio de Janeiro por Assis Chateaubriand, dirigiu sucessivamente a Rádio Tamoio, a Rádio Tupi e a TV Tupi. Mais tarde se tornou diretor-geral e a seguir vice-presidente do grupo mesmo com a transformação deste em um condomínio. Ingressou na política pela legenda do PSD e foi eleito deputado federal em 1962 e reeleito em 1966. Em sua atuação política, em 1962, comandou uma campanha que resultou na derrubada dos vetos opostos pelo governo do presidente João Goulart ao projeto do Código Brasileiro de Telecomunicações. Juntando-se a Roberto Marinho (Rádio Globo) e Nascimento Brito (Rádio Jornal do Brasil), João Calmon (Rádio Tupi) criou a Rede da Democracia lançada em outubro de 1963. A cadeia era formada por mais de cem emissoras de todos os estados do Brasil. Uma reação, formada por anticomunistas, ao programa de Brizola. Com um discurso unânime, denunciavam o perigo do comunismo, a política do governo e o próprio Goulart. Eleito senador em 1970, e indicado senador biônico para um novo mandato em 1978. Extinto o bipartidarismo pelo governo João Figueiredo em 1979, João Calmon migrou para o PDS e por fim para o PMDB sendo reeleito senador em 1986. Ao final de seu terceiro mandato retirou-se da vida pública e passou a trabalhar no Instituto Legislativo Brasileiro. **FONTE:** SANTOS, Francisco José dos. Dissertação de Mestrado. PPGHIS/UFES.2013, pags. 120-121.

[Escreva aqui]

06	Jeovah Miranda Ferreira	PSD	Deputado Estadual
07	Celso Francisco Borges	PSD	Deputado Estadual
08	Verdeval Ferreira da Silva	PSD	Deputado Estadual
09	Pedro Leal	PSD	Deputado Estadual
10	José Parente Frota ¹⁴⁴	PSD	Deputado Estadual
11	Alcino Santos	PSD	Deputado Estadual
12	Napoleão Fontenelle da Silveira	PSD	Deputado Federal
13	Antonio José Miguel Feu Rosa ¹⁴⁵	UDN	Deputado Estadual
14	Francisco Schwab	UDN	Deputado Estadual
15	Dulcino Monteiro de Castro	UDN	Deputado Federal
16	Eurico Rezende ¹⁴⁶	UDN	Senador
17	Setembrino Pelissari	UDN	Deputado Estadual
18	Vicente Silveira	UDN	Deputado Estadual
19	Sebastião Cipriano do Nascimento	UDN	Deputado Estadual
20	Moacir Dalla	UDN	Deputado Estadual
21	Pedro Juvenal Machado Ramos	UDN	Deputado Estadual
22	Antonio Gil Veloso	UDN	Deputado Federal
23	Raul Gilberti ¹⁴⁷	PSP	Senador

¹⁴⁴ **José Parente Frota**, nasceu em Sobral (CE) no dia 24/07/1913. Militar, advogado e político. Coursou a Escola Militar de Realengo, sendo promovido sucessivamente de Segundo Tenente até Coronel. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Espírito Santo. Deputado Estadual por dois mandatos (1958-1962/1963-1966) pelo PTB/ES e Deputado Federal por mais dois mandatos (1967-1970/1971-1974) pela ARENA. É famoso pelo episódio da formação da cadeia da legalidade pelo então governador do RS, Leonel Brizola, que o conclamou a organizar a resistência no ES, fato este que veio causar alguns dissabores ao General Frota após a vitória do movimento em 1964. **FONTE:** <http://www.sefaz.es.gov.br/painel/vultos53.htm>. Acessado em 05/03/2014.

¹⁴⁵ **Antonio José Miguel Feu Roza** foi comerciante, advogado, desembargador e político. Atuante político da UDN foi eleito Deputado Estadual e Deputado Federal (ARENA). Foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do ES. **FONTE:** www.sefaz.es.gov.br/vultos. Acesso em 05/03/2014.

¹⁴⁶ **Eurico Rezende** (1918-1997), iniciou sua vida política em 1947 junto com a fundação da UDN/ES. Foi deputado estadual (1950-1958) pela UDN, Senador (1963 -1970/1971- 1978), em todos os cargos representando o estado do Espírito Santo. Na época da edição do Ato Institucional de nº 2, foi um dos senadores udenistas que mais apoiaram o ato, manifestando – se publicamente seu “contentamento com a medida heroica do Ato”. Quando Senador foi líder do governo no Senado a partir de março de 1978, na gestão do presidente Ernesto Geisel, foi indicado governador do Espírito Santo e eleito pela Assembleia Legislativa a 1 de setembro de 1978 tomando posse no cargo em 15 março de 1979 e cumprindo o seu mandato até o final em 15 de março de 1983, apesar das expectativas de que voltasse a concorrer para o senado o governador Rezende optou por encerrar a sua carreira política. Eurico Resende foi o último governador do Regime Militar no Espírito Santo. **FONTE:** www.senado.gov.br, acessado em 05/03/2014.

¹⁴⁷ **Raul Gilberti** nasceu na cidade de Colatina onde exerceu a função de médico. Foi vereador nesta cidade de 1950-1954 pelo PSP e depois prefeito de 1954-1958. Foi vice-governador de 1959-1962 e eleito Senador em 1962 para um mandato de 1963-1971. Em 1966 migrou para a ARENA. **FONTE:** www.senado.gov.br. Acesso: 05/03/2014.

[Escreva aqui]

24	Harry Freitas Barcelos	PSP	Deputado Estadual
25	Geraldo Vargas Nogueira	PSP	Deputado Estadual
26	Joaquim Alves de Souza	PSP	Deputado Estadual
27	José Moraes	PSP	Deputado Estadual
28	Vicente Amaro da Silva	PSP	Deputado Estadual
29	Isaac Lopes Rubim	PSP	Deputado Estadual
30	Emir Macedo Gomes ¹⁴⁸	PSP	Deputado Estadual
31	Jamil Zouain	PRP	Deputado Estadual
32	Lúcio Merçon ¹⁴⁹	PRP	Deputado Estadual
33	Theodorico de Assis Ferraço ¹⁵⁰	PRP	
34	Henrique Del Caro	PRP	Deputado Estadual
35	Owaldo Zanello	PRP	Deputado Federal
36	Floriano Lopes Rubim	PTB	Deputado Federal
37	Raymundo Andrade	PTN	Deputado Federal
38	Walter Bersan	PDC	Deputado Estadual
39	Oscar de Almeida Gama	PR	Deputado Estadual

FONTE: OLIVEIRA, 2013, p.117-119.

Assim, confirmando a tese de Oliveira (2013), a ARENA no Espírito Santo foi formada pela nata da política espírito-santense, pelas lideranças mais destacadas dos mais variados partidos. E os três senadores, que na ocasião representavam o Espírito Santo, Eurico Rezende (UDN), Raul Gilberti (PSP) e Jéferson de Aguiar (PSD), que como se pode observar, cada um de um partido diferente e até mesmo opositores historicamente, também migraram para a ARENA. Além de outras importantes figuras

¹⁴⁸ **Emir de Macedo Gomes** foi médico na cidade de Linhares, norte do estado do Espírito Santo onde elegeu-se vereador e prefeito. Filiado ao PSP elegeu-se Deputado Estadual por cinco vezes consecutivas, chegando a ocupar a vice presidência da Assembleia Legislativa durante três anos. Durante o 2º governo de Francisco Lacerda de Aguiar ocupou a Secretaria de Indústria e Comércio (1963) e Educação e Cultura (1963-1966). **FONTE:** www.sefaz.es.gov/vultos. Acesso em 10/03/2014.

¹⁴⁹ **Lúcio Merçon** foi advogado e político. Exerceu um mandato de vereador em Castelo pelo PRP de 1959-1963 e sete mandatos de Deputado Estadual de 1963-1990, iniciando pelo PRP e migrando para a ARENA no período do bipartidarismo. Durante os mandatos de Deputado Estadual, foi presidente da Comissão de Justiça, vice líder do Governo Arthur Carlos Gerhardt (1971-1972), Presidente da Assembleia Legislativa (1973-1974) e líder do Governo de Eurico Rezende por quatro anos (1979-1982). **FONTE:** www.sefaz.es.gov.br/vultos. Acesso em 15/03/2014.

¹⁵⁰ **Theodorico de Assis Ferraço**, nasceu em Jaciguá, distrito de Cachoeiro de Itapemirim/ES em 1937. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Espírito Santo em 1963. Iniciou a carreira como suplente de Deputado Estadual em 1962 pelo PTB, migrando depois para o PRP. Elegeu-se Deputado Estadual pela primeira vez em 1967 e se reelegeu em 1970, pela ARENA. Em 1978, 1988 e 1994 elegeu-se Deputado Federal. Foi prefeito de Cachoeiro de Itapemirim em 1973/1977, 1989/1992 e de 1997 a 2004. **FONTE:** www.sefaz.es.gov.br/vultos. Acessado em 05/03/2014.

[Escriba aqui]

que não possuíam cargos eletivos, mas que possuíam peso na política do Espírito Santo.¹⁵¹

Oliveira (2013) chama a atenção para a própria composição da primeira Executiva do Partido, que mostrava a diversidade de forças políticas reunidas numa mesma sigla.

Tabela XII – Primeira Comissão Executiva do Diretório Regional da Arena – ES

Nome	Partido de Origem	Cargo no Diretório
João Calmon	PSD	Presidente
Jefferson de Aguiar	PSD	1º Vice Presidente
Raul Gilberti	PSP	2º Vice Presidente
Antonio José Miguel Feu Rosa	UND	3º Vice Presidente
Floriano Lopes Rubim	PTB	Secretário Geral
Antonio Gil Veloso	UDN	Tesoureiro
Christiano Dias Lopes Filho	PSD	Vogal
Setembrino Pelissari	UDN	Vogal
Lucio Merçon	PRP	Vogal
Isaac Rubim	PSP	Vogal
Geraldo Vargas Nogueira	PSP	Vogal
Henrique Del Caro	PRP	Vogal
Oswaldo Zanello	PRP	Del. Com. Diretora Nacional
Eurico Rezende	UDN	Del. Com. Diretora Nacional
Dylho Penedo	PSD	Conselho Fiscal
Moacir Dalla	UDN	Conselho Fiscal
Jamil Zouain	PRP	Conselho Fiscal

Fonte: Tese de Doutorado OLIVEIRA, 2013, pág.120.

A partir da tabela apresentada acima, percebe-se nitidamente que a ARENA no Espírito Santo foi formada por uma diversidade partidária e ideológica muito grande que disputavam entre si os interesses políticos desde a eleição de 1947, forças políticas, como coloca Oliveira (2013), que estiveram durante todo o período democrático (1945-1964) em lados opostos e que tiveram que conviver dentro de uma mesma agremiação partidária por muito tempo, mas que, mesmo assim não deixaram de se oporem politicamente.

¹⁵¹ OLIVEIRA, 2013, p. 119.

Segundo Oliveira (2013), as forças políticas existentes dentro da ARENA, continuaram a atuar politicamente tal como no sistema anterior ao Golpe, pois acabaram transferindo para o interior da ARENA seus conflitos políticos. Esses conflitos fizeram com que se tornasse comum, principalmente na ARENA capixaba, as disputas entre as sublegendas.

2.3 As eleições durante o bipartidarismo no Espírito Santo e os rearranjos políticos

As forças políticas existentes dentro da ARENA continuaram a atuar politicamente tal como no sistema anterior ao Golpe, pois acabaram transferindo para o interior da ARENA seus conflitos políticos. (Oliveira, 2013)

Após a instalação do bipartidarismo e a criação das duas organizações provisórias com atribuições de partidos políticos, no caso ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), as disputas político-partidárias voltaram a acontecer como no período anterior, pois apesar do Golpe Civil Militar que ocorrera em abril de 1964 e posteriormente o Governo instalado ter um caráter ditatorial, muitas instituições políticas do período democrático foram mantidas, como os partidos políticos e as eleições para diversos cargos.

As eleições que se seguiram, seja interna ao partido ou para mesa diretora da Assembleia Legislativa, como para os cargos liberados para disputa, como Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores, nada mais foram do

[Escriba aquí]

que um duelo em torno das polarizações internas na ARENA, agora organizadas em sublegendas¹⁵².

A começar pelo ano de 1966, que, segundo Oliveira (2013), além de ter sido marcado pela imposição do bipartidarismo, foi, em nível estadual, marcado, pela renúncia do governador Francisco Lacerda de Aguiar e pela eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Esta eleição é de suma importância para se compreender as acomodações e posicionamentos das principais forças políticas do estado naquele momento.¹⁵³

Nesta eleição para a mesa diretora da ALES¹⁵⁴, a ARENA demonstrou sua fragilidade e divisão interna, fruto de sua variedade partidária. Gerou duas candidaturas, para a presidência da mesa diretora da ALES, de figuras do mesmo partido, seja do atual (ARENA) ou do período anterior (Coligação Democrática), o Dep. José Moraes e o Dep. Setembrino Pelissari, conforme tabela abaixo.

Tabela XIII – Chapas concorrentes para Mesa Diretora da ALES – 1966

Chapa 01			
Cargo em Disputa	Deputados	Partido de Origem	Partido Atual
Presidente	José Moraes	PSP	ARENA
1º Vice – Presidente	Mikheil Chequer	PSD	ARENA
2º Vice – Presidente	Vicente Silveira	UDN	ARENA

¹⁵² O Sistema de sublegendas foi um instituto da legislação eleitoral brasileira, que teve aplicação no país durante o regime militar, tendo sido revogado pela Lei nº 7.551, de 1986. O sistema de sublegendas foi introduzido pelo Ato Complementar nº 26, de 29 de Novembro de 1966 e regulamentado pela lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968. Com a extinção dos Partidos Políticos em 1965, através do Ato Institucional nº2, e a substituição dos mesmos pelo bipartidarismo representados pela ARENA e pelo MDB, foi permitido que cada um deles apresentasse mais de um candidato, nas eleições majoritárias. Ao final, somavam-se os votos dados às sublegendas, e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado. Esta regra beneficiava o partido do governo (ARENA) devido as suas divisões internas que acabavam somando os votos dos vários candidatos que a mesma lançava e impedia assim a vitória do MDB. Assim, nas eleições majoritárias, a ARENA muitas vezes lançava mais de um candidato, pelas sublegendas ARENA-1 e ARENA-2. Graças a esse expediente, mesmo que o partido da oposição, o MDB, obtivesse individualmente mais votos, dificilmente conseguiria superar a soma de votos das sublegendas da ARENA. Em consequência, o partido governista quase sempre vencias as eleições para cargos majoritários. **FONTE:** BRAGA, 2009, p.62.

¹⁵³ OLIVEIRA 2013, p. 137.

¹⁵⁴ ALES, Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

[Escreva aqui]

1º Secretário	Jeovah Miranda Ferreira	PSD	ARENA
2º Secretário	Antonio Jaques Soares	PTB	ARENA
3º Secretário	Mario Bicalho	PTB	ARENA
4º Secretário	Joaquim Alves de Souza	PSP	ARENA
Chapa 02			
Cargo em Disputa	Deputados	Partido de Origem	Partido Atual
Presidente	Setembrino Pelissari	UDN	ARENA
1º Vice – Presidente	Hélio Manhães	PSP	MDB
2º Vice – Presidente	Mário Gurgel	PTB	MDB
1º Secretário	Jamil Zouian	PRP	ARENA
2º Secretário	Mario Bicalho	PTB	ARENA
3º Secretário	Moacyr Dalla	UDN	ARENA
4º Secretário	Walter Bersan	PDC	ARENA

Fonte: Tese de Doutorado OLIVEIRA, 2013, pág.138.

Conforme tabela acima, observa-se nitidamente a fragmentação da ARENA, levando o grupo dissidente (Chapa 02), liderado pelo Deputado Setembrino Pelissari (ex-UDN) a compor-se com deputados do MDB para concorrer contra a Chapa 01, liderada pelo Deputado José Moraes (ex-PSP), formada na totalidade por arenistas.

Oliveira (2013) diz que após a eleição para a mesa da ALES em 1966, que deu vitória a Chapa 01, encabeçada pelo Deputado José Moraes, a antiga Coligação Democrática fragmentou-se e perdeu influência dentro da ARENA para o grupo do antigo PSD e que simultaneamente a esta fragmentação os integrantes do ex – PSD passaram a se movimentar no sentido de mudarem a ordem das coisas, pois até então havia uma falta de espaço da antiga sigla no interior da ARENA¹⁵⁵, conforme trecho da citação abaixo de um editorial do jornal A Gazeta de 25/03/1966 intitulado *Um passo Errado* onde conclama os parlamentares do ex – PSD a fazerem uso da condição de maioria que possuíam dentro da ARENA e a tomarem as rédeas do partido:

[...] Congregando treze parlamentares, o extinto PSD poderia desfrutar de prerrogativas de manipular todas as decisões do partido governista, impondo-as através da maioria de que dispõe dentro da Aliança Renovadora Nacional. Isto, todavia não é o que ocorre. O episódio das eleições na Assembleia ressalta como expressivo exemplo. Ao invés de lançar um candidato de suas fileiras, o que faz a

¹⁵⁵ OLIVEIRA, 2013, p. 141.

bancada? Recebeu por imposição um candidato egresso do antigo PSP e conduziu-o a vitória. [...] Não menos censurável foi o procedimento dos pessedistas na indicação do líder da ARENA: aceitaram resignadamente a escolha de outro homem egresso do extinto PSP. E entre sorrisos e aplausos, ajudaram a colocar nas mãos do Sr. Isaac Rubin a chibata da liderança [...]. A análise desses fatos faz-nos persistir na pergunta: que faz a antiga bancada pessedista na Arena?¹⁵⁶

Após a eleição para a mesa diretora da ALES em 1966, o domínio do Diretório Regional da ARENA passou para as mãos dos ex-pessedistas, principalmente as frações ligadas aos setores urbano-industriais representados por Christiano Dias Lopes, articulados com parcelas da antiga Coligação Democrática, em especial integrantes do ex-PSP de Raul Gilberti e José Moraes, além do próprio governador em exercício Rubens Rangel.¹⁵⁷

Ainda em 1966, ocorreram as eleições para governadores dos estados, que conforme o AI-3 de 05/02/1966 teria datas fixadas e determinava ainda eleições indiretas. Assim, iniciaram também no estado as movimentações para formação de uma lista tríplice, a ser elaborada por lideranças políticas do estado e que seria levada para o Presidente da República, a fim de escolher o melhor nome para o cargo de governador.

Segundo Oliveira (2013), existia condições mínimas de acesso ao grupo dos elegíveis e um ritual para o processo eleitoral, conforme memórias de Juracy Magalhães, que fora Ministro da Justiça entre outubro de 1965 e janeiro de 1966 apresentadas no trecho da citação abaixo.

Condições políticas: a) Dispor de bons trânsitos nos meios políticos e revolucionários; b) Ser filiado a ARENA; [...]; e) Poder reunir em torno de seu nome a maioria dos representantes da ARENA na Assembleia Legislativa; f) Permitir, por sua formação moral, plena confiança quanto à manutenção dos compromissos com o atual esquema político da ARENA ou do partido em que ela se transformar e bem assim com o presidente da República a ser eleito pela ARENA.¹⁵⁸

Quanto ao ritual, seriam submetidos a uma eleição prévia pelo governador, senadores, deputados federais e estaduais e por integrantes do diretório regional da ARENA. Em seguida ainda, os votantes construiriam uma lista tríplice para serem

¹⁵⁶ UM passo errado. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 25 mar. 1966. **Apud:** OLIVEIRA, 2013, p.141.

¹⁵⁷ **Rubens Rangel** foi eleito vice governador do estado e assumiu o governo com a renúncia de Francisco Lacerda de Aguiar em 1966, permanecendo até 1967.

¹⁵⁸ **MAGALHÃES**, Apud ABREU, 1972, p. 410. **Apud:** OLIVEIRA, 2013 p. 143.

[Escreva aqui]

submetidos à escolha do Presidente da República, só depois o nome escolhido seria referendado pela Assembleia Legislativa.

Assim, no Espírito Santo, as movimentações para formação desta lista tríplice se iniciaram em maio de 1966 e diversos nomes foram surgindo no sentido de compor a lista para escolha do Presidente da República.

Na tabela abaixo, observa-se os nomes que surgiram durante estas movimentações, em seus cargos atuais e suas origens partidárias.

Tabela XIV – Nomes para lista tríplice para Governo do Estado – 1966

Candidato	Cargo Atual	Partido de Origem
João Calmon	Deputado Federal	PSD
Christiano Dias Lopes Filho	Deputado Estadual	PSD
Jefferson de Aguiar	Senador	PSD
Américo Buaiz	---	PSD
Raul Gilberti	Senador	PSP
Emir Macedo Gomes	Deputado Estadual	PSP
José Moares	Deputado Estadual/ Pres. AL/ES	PSP
Setembrino Pelissari	Deputado Estadual	UDN
Roberto Vivácqua	Deputado Estadual	PSP

Fonte: OLIVEIRA, 2013, p. 144.

Diante dos vários nomes que pretendiam ocupar o cargo de Governador do Estado, observa-se as divisões internas da ARENA, e que cada grupo lançou nomes inseridos em seus quadros segundo seus interesses. Temos aí, nomes e grupos de interesses que vão de João Calmon e Christiano Dias Lopes (ex-PSD), ligados ao desenvolvimentismo dos setores urbano-industriais, aos nomes de Setembrino Pelissari (ex-UDN) e Raul Gilberti (ex-PSP), este último, representando os interesses do norte do Estado, especificamente o município de Colatina.

Mas, de acordo com Oliveira (2013), das candidaturas acima, apenas três despontavam como favoritas, sendo todos do antigo PSD, o Senador Jefferson de Aguiar, o Dep. Federal João Calmon e o Deputado Estadual Christiano Dias Lopes¹⁵⁹,

¹⁵⁹ **Christiano Dias Lopes Filho** é natural de Bom Jesus do Norte, foi oficial do gabinete do Governo Jones dos Santos Neves (1951/1954). Em 1954 disputou mandato de Deputado Estadual, conseguindo apenas colocar-se na primeira suplência, mas acabou sendo convocado para o exercício do mandato durante quase toda legislatura (1955-1958). Em 1958 foi eleito Deputado Estadual e se tornou líder do Governo de Carlos Lindenberg e Presidente da Assembleia Legislativa. Foi reeleito em 1962 e teve grande ascensão política como o líder do chamado “Comando Anti – Chiquinho.” Participou ativamente

[Escriba aqui]

sendo este último o favorito dos três por possuir ótimo trânsito entre as diversas forças políticas locais especialmente entre os setores industriais emergentes e por representar a renovação política. Isso demonstra também a influência que os ex-pessedistas passaram a ter no interior da ARENA.¹⁶⁰

Este favoritismo foi confirmado após votação realizada na Convenção Regional do Partido ocorrida em 9 de Julho de 1966, dando vitória ao Deputado Christiano Dias Lopes, que se tornou assim o primeiro chefe do executivo estadual a chegar ao cargo por via de eleição indireta.¹⁶¹

Neste mesmo ano também ocorreram eleições para Senador, Deputados Federais e Estaduais, prefeitos e Vereadores e a ARENA, buscou contemplar suas várias tendências internas no processo de construção da chapa, conforme trecho da Ata da Convenção Regional realizada no dia 9 de Julho de 1966, transcrito abaixo:

[...] O Senador Eurico Rezende volta novamente a falar, para dizer que a corrente política da qual, fora integrante o Senador Jefferson Aguiar, foi contemplada com a escolha do Deputado Christiano Dias Lopes Filho, para o cargo de Governador do Estado, afirmando, ainda, o Senador Eurico Rezende que ao ex-Partido Social Democrático, se destinou o cargo de Governador, ao ex- Partido Trabalhista Nacional, o de vice-governador e a ex- União Democrática Nacional outros cargos na disputa política, e ao ex-Partido da Representação Popular, o cargo de Senador da República, adiantando ainda o Senador Eurico Rezende, que todas as correntes dos extintos partidos políticos, estão satisfeitas.¹⁶²

De acordo com a citação acima, percebe-se que se buscou satisfazer as diversas correntes políticas que se inseriram na ARENA. Nas tabelas abaixo, é demonstrado os resultados eleitorais desta eleição realizada no ano de 1966, assim como os grupos que saíram beneficiados nesta eleição.

Tabela XV – Resultado para o Senado – 1966

Candidato	Partido	Partido de	Nº de Votos	%	Votos Válidos
-----------	---------	------------	-------------	---	---------------

da elaboração do plano de governo do candidato Jones dos Santos Neves, derrotado em 1962. Isso o fez estar alinhado com os objetivos modernizantes e industrializantes que já vinham se desenhando na elite política capixaba. Em geral, representava o retorno ao poder da geração de formuladores desenvolvimentista reunidos no antigo PSD que haviam perdido o pleito para Francisco Lacerda de Aguiar em 1962. **FONTE:** OLIVEIRA, 2013, p. 147.

¹⁶⁰ OLIVEIRA, 2013, p.145.

¹⁶¹ Ibid, 2013, p. 149.

¹⁶² Livro de Atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979, fls. 53-54.

[Escreva aqui]

		Origem			(%)
Sólton Borges Marques	MDB	PTB	116.107	41,43	49.14
Soma da Legenda	MDB	---	116.107	41,43	49.14
Carlos F.M. Lindemberg	ARENA	PSD	73.479	26,21	31,10
Jefferson de Aguiar	ARENA	PSD	46.663	16,65	19,75
Soma da Legenda	ARENA	---	120.142	42,87	50,85

Fonte: TRE-ES. Apud: OLIVEIRA. 2013, p. 161.

Como se pode observar, o candidato pelo MDB, Sólton Borges Marques obteve a maioria de votos, porém no sistema de sublegendas a ARENA saiu vitoriosa devido à soma de seus dois candidatos, favorecendo assim o candidato Carlos Lindemberg.

Para a Câmara dos Deputados, a ARENA conquistou 6 (seis) das 8 (oito) vagas e o MDB elegeu o então Deputado Estadual Mário Gurgel (ex-PTB) e reelegeu Dirceu Cardoso (ex-PSD), conforme tabela abaixo.

Tabela XVI – Resultado para a Câmara dos Deputados – 1966

Candidatos Eleitos	Partido	Partido de Origem	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
João de Medeiros Calmon	ARENA	PSD	29.233	10.42	11.94
Oswaldo Zanello	ARENA	PRP	24.308	8.67	9.93
Mário Gurgel	MDB	PTB	23.385	8.34	9.55
Raymundo de Araújo Andrade	ARENA	PTB/PTN	20.814	7.42	8.50
Dirceu Cardoso	MDB	PSD	19.698	7.02	8.05
Antonio José Miguel Feu rosa	ARENA	UDN	18.261	6.51	7.46
José Parente Frota	ARENA	PSD	16.162	5.76	6.60
Florianos Lopes Rubim	ARENA	PTB/PTN	15.985	5.70	6.53

Fonte: TRE-ES. Apud: OLIVEIRA. 2013, p. 162.

Para a ALES a ARENA também conseguiu eleger um número bem maior do que o MDB, conquistando 30 (trinta) das 43 (quarenta e três) cadeiras, assim, o desfecho do processo eleitoral de 1966 para a ALES favoreceu ao Governo de Christiano Dias Lopes.¹⁶³

De acordo com Oliveira (2013), para aproximar-se do restante da antiga Coligação Democrática que permanecia em oposição à dominância do PSD na ARENA,

¹⁶³ OLIVEIRA, 2013, p. 162.

[Escreva aqui]

especialmente a porção dos ex-udenistas, Dias Lopes indicou para o cargo de prefeito de Vitória, o Deputado Estadual Setembrino Pelissari, assim, passou a ter um maior controle sobre a ARENA diminuindo os embates internos e governando com uma oposição minoritária realizada apenas pelo MDB.¹⁶⁴

Em março de 1968 ocorreram novamente as eleições para a Mesa Diretora da ALES e mais uma vez foi percebida as fragilidades internas da ARENA. Segundo Oliveira (2013), nesta eleição interessava ao Governo que um nome comprometido com o seu programa estivesse na presidência da mesa.

Assim, o Governo iniciou uma série de conversações com a bancada da ARENA, com vistas a adotar um critério para a disputa, como o rodízio de nomes. Após essas conversações, o Governo lançou como candidato o Deputado Henrique Pretti (ex – PSD), mas um grupo de dissidente, da ARENA, lançou o nome do atual Presidente da ALES, o Deputado José Moraes, ex – PSP, que acabou se reelegendo, inclusive com votos do MDB, resultado considerado uma grande derrota para o Governo de Dias Lopes.¹⁶⁵

Oliveira (2013) destaca o discurso realizado pelo então Deputado Federal do MDB, Dirceu Cardoso, na ocasião do resultado desta eleição,

[...] a Assembléia Legislativa do Espírito Santo desfralda no seu mastro principal uma bandeira nova. Drapeja ao vento um estandarte de rebeldia, de independência, de compreensão e de luta que tem, doravante, para os capixabas, um elevado e profundo significado. [...] É que numa eleição ali realizada, para Assembléia daquela casa, o Governador do Estado, comandando uma bancada de 30 deputados da ARENA contra uma aguerrida e brava bancada de 13 deputados do MDB, sofreu a mais fragorosa, a mais contundente e a mais histórica derrota no [...] nosso Estado.¹⁶⁶

A partir desta eleição, as dissensões na ARENA capixaba foram se acentuando o que acabou por gerar dois grupos internos. Eram eles: a ARENA governista e a ARENA dissidente que, em muitas ocasiões estabeleceu alianças com o MDB. Estes conflitos foram temporariamente suspensos com a edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, que fechou o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores em todo país.

¹⁶⁴ Ibid, 2013, p. 164-165.

¹⁶⁵ OLIVEIRA, 2013, p. 177-179.

¹⁶⁶ ANAIS da Câmara dos Deputados. **Dep. DIRCEU Cardoso**, DCD 21/03/1968. p. 602. **Apud: OLIVEIRA**, 2013, p.179.

[Escreva aqui]

O quadro político permaneceu sem grandes alterações até meados de 1969, quando o Governo Federal editou o Ato Complementar de Nº 54 (AC-54) que regulamentou as Convenções Partidárias (municipal, regional e nacional) para realização de eleições para os respectivos diretórios.

Lúcia Grinberg (2009) afirma que o Governo pretendia com esta nova legislação acabar com as sublegendas, mas a própria direção nacional da ARENA foi contrária a esta modificação, pois para eles, o sistema de sublegendas favorecia a permanência e a disputa num mesmo partido de identidades partidárias distintas.¹⁶⁷

De acordo com Oliveira (2013), a partir destas mudanças, os partidos políticos no Espírito Santo voltaram a se reunir a partir de Julho de 1969. Neste retorno, os membros da ARENA realizaram diversas reuniões no sentido de trabalharem objetivando unir o partido. Foi então, proposto, pela bancada da ARENA a formação de uma chapa única para o Diretório Regional com critérios estabelecidos no sentido de contemplar as diversas correntes do partido a partir da criação da chapa de consenso, formada tanto por ex-pessedistas como por lideranças pertencentes aos partidos da ex – Coligação Democrática.¹⁶⁸

Mas, apesar desta proposta ter sido aprovada, surgiram ainda diversas críticas por parte dos ex-udenistas e ex-pessedistas, ou seja, houve uma continuidade das dissensões que acabou por gerar duas chapas para concorrerem ao Diretório Regional da Arena, uma, Chapa 01, basicamente construída com vistas à conciliação encabeçada pelo então Governador Christiano Dias Lopes Filho e outra, a Chapa 02, liderada por Dulcino Monteiro de Castro (ex-UDN). A chapa 01 saiu vitoriosa com 118 votos contra 76 votos da chapa 02.¹⁶⁹

Logo após, o Diretório eleito se reuniu para eleger a Comissão Executiva do Partido e na ocasião, foram inscritas duas chapas para disputa, demonstrando mais uma vez a fragmentação interna do partido, conforme tabela abaixo.

Tabela XVII – Chapas inscritas para a Comissão Executiva – 1969

CHAPA 01:

NOME	CARGO	PARTIDO DE ORIGEM
Emir de Macedo Gomes	Presidente	PSP

¹⁶⁷ GRINBERG, 2009, p. 137.

¹⁶⁸ OLIVEIRA, 2013, p. 198-199.

¹⁶⁹ Ibid, 2013, p. 200-202.

[Escreva aqui]

Oswaldo Zanello	1º Vice Presidente	PRP
Alcino Santos	2º Vice Presidente	PSD
Lúcio Merçon	1º Secretário	PRB
Ely Junqueira	2º Secretário	PTB
Theodorico de Assis Ferraço	Tesoureiro	PRP
Edson Machado	Procurador	PSP

CHAPA 02:

NOME	CARGO	PARTIDO DE ORIGEM
Vicente Silveira	Presidente	UDN
Dulcino Monteiro de Castro	1º Vice Presidente	UDN
Moacyr Dalla	2º Vice Presidente	UDN
Nilton de Barros	1º Secretário	--
Wilson Neves da Cunha	2º Secretário	--
Danilo Monteiro de Castro	Tesoureiro	UDN
Élcio Álvares	Procurador	PSD

FONTE: OLIVEIRA, 2013, p. 203.

Oliveira (2013) enfatiza dois aspectos nesta eleição. O primeiro se refere à chapa 02 que foi formada basicamente por elementos da antiga UDN, enquanto que a chapa 01 foi formada pelas antigas lideranças do PSP/PRP, ambas pertencentes à antiga Coligação Democrática. O segundo aspecto se refere à ausência de nomes de peso de elementos do antigo PSD.

O motivo para isso, segundo ele, foi devido ao momento de maior repressão e restrição às atividades políticas vividas no país neste momento que acabou gerando um esvaziamento da vida política partidária e mais do que isso, e também da preocupação do governo em colocar na direção do partido alguém que não viesse criar problema. Assim, nesta eleição, saiu vitoriosa a chapa 01, montada pelo governo e pela base arenista na Assembleia.¹⁷⁰

Em 1970, ocorreram eleições para a mesa diretora da ALES e ocorreram eleições gerais para o Senado (2/3), Câmara Federal, Assembleias Legislativas, Prefeituras e Câmaras de Vereadores, além da sucessão dos governos dos estados, que seriam eleitos indiretamente, e dos prefeitos de capitais, como Vitória, que seriam indicados pelo governador do Estado.

¹⁷⁰ OLIVEIRA, 2013, p. 203.

Para a Mesa Diretora da ALES, o Governo lançou, apoiado por um bloco de 21 deputados arenistas, três nomes para concorrer pela ARENA. Visando minimizar as disputas internas, houve um acordo formalizado para escolha das vagas entre os governistas e oposicionistas, gerando uma chapa de consenso que ficou assim estabelecida:

Tabela XVIII – Chapa de Conciliação para Mesa da ALES – 1970

Cargo em Disputa	Deputado	Partido de Origem	Partido Atual
Presidente	Hilário Toniato	PSD	ARENA
1º Vice Presidente	Edson Machado	PSP	ARENA
2º Vice Presidente	José Carlos Santana	n.i.	ARENA
1º Secretário	Benedito Elias	n.i.	ARENA
2º Secretário	Jamil Zouain	PRP	ARENA
3º Secretário	Oscar de Almeida Gama	PR	ARENA
4º Secretário	Danilo Monteiro de Castro	UDN	ARENA

FONTE: OLIVEIRA, 2013, p. 206.

De acordo com Oliveira (2013), mesmo tendo saído para a eleição uma única chapa, a de consenso, houve uma movimentação no sentido de reaglutinar a ARENA oposicionista, também chamada de “Cupim de Ferro”, a fim de compor com a bancada do MDB, para o registro de outra chapa, mas tais movimentações não obtiveram êxito. Ainda assim, cinco deputados arenistas descontentes mais a bancada emedebista (formada por 13 deputados), se retiraram da sessão e não votaram.¹⁷¹

Após a eleição para mesa diretora da ALES, houve outras movimentações por ocasião da definição dos nomes que concorreriam ao pleito do ano de 1970. Em maio de 1970, o Governo Federal editou a Lei 5.581/70, que estabeleceu normas para a realização das eleições daquele ano.

Para Oliveira (2013), ao longo do processo sucessório apareceram 16 pleiteantes ao cargo de governador, o que demonstrava mais uma vez, a permanência das várias correntes do partido governista se movimentando, mas, segundo ele, as candidaturas que efetivamente possuíam condições, sob o ponto de vista do Regime, não eram muitas, apenas três se tornaram os mais cotados para assumirem o Governo: o

¹⁷¹ OLIVEIRA, 2013, p.206.

engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos¹⁷², o também engenheiro Marcus Pereira Vianna¹⁷³, na época Secretário Geral do Ministério do Planejamento e o professor Darcy Werther Vervloet¹⁷⁴, então Secretário de Educação, que como podemos observar nas notas de rodapé, não possuíam nenhuma trajetória política, reafirmando assim a tese de que o sucessor deveria ser afinado com o programa desenvolvimentista que a “Revolução” defendia e que pudesse dar continuidade a este programa iniciado no Governo de Christiano Dias Lopes.

Ainda de acordo com Oliveira (2013), havia ainda a possibilidade de candidatura do Senador Raul Gilbert (ex-pessepistas e da Ala dissidente da ARENA) e do Promotor de Justiça Eduardo Durão da Cunha que representava um dos principais focos de oposição ao Governo Dias Lopes, porém, com chances bastante reduzidas, pois, os critérios adotados pelo Governo Médice para indicações de governadores era, neste contexto, eminentemente técnico.¹⁷⁵

Assim, a escolha caiu para o nome de Arthur Carlos Gerhardt Santos por seu perfil mais técnico e sua trajetória desenvolvimentista.

¹⁷² **Arthur Carlos Gerhardt Santos** foi Engenheiro Civil do Departamento de Estradas e Rodagem do Espírito Santo (DER-ES) de 03/1953 a 09/1953. Professor Catedrático de Mecânica dos Fluidos – Hidráulica do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo em 1954. Chefe do Departamento de Hidráulica do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo de 1956 a 1966. Assessor técnico da Federação das Indústrias do Espírito Santo de 1959 a 1969. Diretor Geral do DER-ES de 07/1961 a 07/1962. Secretário sem pasta para o planejamento e Secretário de Viação de Obras Públicas do Governo do Espírito Santo de 1966 a 1967. Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santos S.A em 1967. Diretor Presidente do Crédito de Financiamento e Investimento S.A. (CODES-CRED) em 1967. Diretor Presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. (BANDES) em 1969. Diretor Superintendente da Real Café Solúvel do Brasil S.A. de 11/1968 a 10/1970. Diretor Presidente da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE) em 1969. **Fonte:** <http://site2.confex.org.br/>. Acessado em 12/03/2014.

¹⁷³ **Marcos Pereira Vianna** nasceu em Vitória em 1934. Formado pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil em 1957, ingressou no ano seguinte na Companhia Vale do Rio Doce, onde, a partir de 1962, foi superintendente-geral. Foi diretor, entre outras, das empresas Benita – Beneficiamento de Itabiritos S.A., Aços Anhanguera S.A. e Rio Doce Madeiras. Em 1970, presidiu o Instituto de Planejamento (IPHAN) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME). Foi presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico de 1970 a 1979. Durante esses anos, presidiu o FINAME e integrou o Conselho Monetário Nacional. No período em que esteve à frente do BNDE incentivou a função privatista da instituição e o fortalecimento do setor privado no país; o Banco teve importante papel no sucesso do II Plano Nacional do Desenvolvimento. **Fonte:** <http://www.centrocelsosfurtado.org.br/arquivos>. Acessado em 15/03/2014.

¹⁷⁴ **Darcy Werther Vervloet** dedicou grande parte de sua vida ao Magistério. Fazia parte do Corpo Docente do Colégio Teresense no Município de Santa Teresa/ES, onde atuava como Professor de Matemática e Ciências Físicas e Biológicas. Foi o FUNDADOR dos cursos Científico, Formação e Técnico de Contabilidade desse mesmo Colégio. Atuou no Curso Científico como Professor de Matemática. No Curso de Formação, também atuou como Professor de Matemática, História e Filosofia Educacional. Também foi Professor de Matemática do Curso Técnico de Contabilidade. A convite do Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Cristiano Dias Lopes, ocupou o cargo de Secretário de Educação do Estado. **Fonte:** <http://www.familiavervloet.com.br/>. Acessado em 17/03/2014.

¹⁷⁵ OLIVEIRA, 2013, p. 2012.

[Escreva aqui]

Também seriam escolhidos neste ano, por voto direto, dois terços do senado, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos e Vereadores e a ARENA se mostrou, mais uma vez fragmentada, apresentando quatro pleiteantes para duas vagas ao Senado Federal, o Dep. Federal João Calmon (ex-PSD), Archimedes Vivácqua (ex-PSP), ligado a Raul Gilberti e os Senadores, Eurico Rezende (ex-UDN) e Raul Gilbert (ex- PSP), que tentavam a reeleição. Ao final da Convenção Regional da ARENA, foram oficializados como candidatos Eurico Rezende e João Calmon, que saíram vitoriosos do pleito, conquistando as duas cadeiras do Senado.

Para a Câmara Federal, a Arena conquistou 5 (cinco) das 8 (oitos) vagas, sendo que o Deputado mais votado foi o Deputado Élcio Álvares, que se tornou uma figura de ascensão política depois deste pleito. Na ALES, a ARENA seguiu o mesmo desempenho, conquistando 14 das 21 vagas.¹⁷⁶

Assim, os resultados das eleições de 1970, mais uma vez se mostraram favoráveis a ARENA, apesar das divisões internas e, mais do que isso, se mostraram favoráveis também a duas lideranças. Uma de longa trajetória política, no caso o Senador Eurico Rezende e outra, que como foi dito, de grande ascensão política a partir deste pleito, o Deputado Elcio Álvares¹⁷⁷.

Em 1972 voltaram a ocorrer eleições municipais e para direção da ARENA. No que diz respeito a estas eleições, Oliveira (2013) afirma que ocorreram muitas disputas políticas, por conta, segundo ele, da diminuição dos espaços na estrutura de poder, devido à natureza técnica do Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos. Estas disputas se deram entre algumas lideranças políticas que disputavam os espaços políticos entre si, como o Senador Eurico Rezende, os Deputados Federais Élcio Álvares e José Carlos da Fonseca, Carlito Von Schilgen e Walter de Prá e entre algumas figuras decadentes politicamente, como o ex Senador Raul Gilbert.

Nestas eleições, como nas anteriores, a ARENA saiu com uma vantagem eleitoral muito grande em relação ao MDB, segundo fontes do TRE/ES. Dos 52

¹⁷⁶ TRE/ES.

¹⁷⁷ **Élcio Álvares** iniciou sua vida política no movimento estudantil quando venceu a disputa pelo grêmio estudantil no Colégio Americano. Depois na Faculdade de Direito ajudou na criação da União Estadual dos Estudantes (UEE), se tornando um de seus primeiros presidentes. Formado em direito teve uma breve passagem pelo Governo do Estado na época do Governador Jones dos Santos Neves e mais tarde se tornou Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Espírito Santo (1963-1964). Na eleição para Deputado Federal de 1966 ficou como Primeiro Suplente, chegando a exercer o mandato em 1970. Mesmo sem mandato, iniciou uma campanha de formação de Diretórios da ARENA em todo o estado do Espírito Santo o que o fez torna-se uma figura de grande capilaridade. Na eleição de 1970 se tornou o Deputado Federal mais votado na história eleitoral do Espírito Santo e percentualmente, o mais votado do País. **Fonte:** <http://www.elcioalvares.com/vida-publica>. Acesso em 20/03/14.

prefeitos eleitos nesta eleição municipal de 1972, 44 eram da ARENA (84,61%) e 8 do MDB (15,39%). Dos 433 vereadores eleitos, 346 eram da ARENA (79,90%) e 87 do MDB (20,1%).¹⁷⁸

Quanto às eleições para o Diretório e para a Comissão Executiva da ARENA, Oliveira (2013) diz que dessa vez não houve uma disputa tão acirrada quanto em outras eleições, mas houve, por parte do Governo, uma movimentação no sentido de manter o controle da sigla e de ter nos principais postos de comando, figuras de sua confiança.

Já no ano de 1973, quando no plano nacional iniciava-se a crise do milagre econômico e se incrementava o debate acerca das aberturas democráticas, no Espírito Santo a classe política expressava ainda suas insatisfações e intensificava as pressões no sentido de obter mais espaço nas esferas governamentais. As coisas só se modificaram na fase final da gestão de Arthur Gerhardt, por ocasião da aproximação do pleito de 1974 quando começaram a surgir pressões no sentido de indicações aos principais cargos.

Antes de adentrar no processo eleitoral de 1974, faremos uma discussão sobre as mudanças no cenário político eleitoral, principalmente da ascensão política do MDB a nível nacional.

2.4 O crescimento do MDB: O caso brasileiro e a realidade capixaba

Sobre as eleições de 1974, segundo diversos trabalhos que abordam tal pleito, há uma discussão historiográfica de que essa disputa representou a virada eleitoral do MDB, quando a população começou a identificar no MDB o caminho para se protestar contra o Governo Militar instalado no país em abril de 1964.

Carvalho (2008) em sua tese sobre as elites políticas durante o Regime Militar faz um breve comentário sobre essa virada do MDB. Para Carvalho (2008), no início dos anos de 1970 houve um constante crescimento do MDB, principalmente nas áreas mais urbanizadas. Segundo ela, esse avanço abalou a supremacia que a ARENA havia alcançado entre 1966 e 1970.

A partir destes dados, Carvalho (2008) estabelece uma divisão do período partidário do Regime Militar em duas fases. A primeira, engloba os pleitos de 1966 e

¹⁷⁸ **FONTE:** Relatório das eleições municipais de 1972, TRE-ES.

1970 que apresenta uma enorme vantagem para a ARENA. A segunda refere-se às eleições de 1974 e 1978, quando a oposição apresentou melhores resultados eleitorais.

De acordo com Carvalho (2008), o crescimento do MDB foi inegável nesta segunda fase quando o mesmo passou a ser identificado, entre a população assalariada e mais pobre dos grandes centros urbanos, por sua identidade oposicionista. Esta identidade foi sendo construída pelas lideranças políticas de oposição que passaram a divulgar uma imagem pública do MDB como um partido crítico ao Regime e com objetivos de lutas claros.

O MDB passou a partir de então a adotar uma postura pragmática afirmando que para além das questões democráticas havia outros problemas de cunho social e econômico que afetavam diretamente a população e que o partido passou a defender. A partir daí o MDB passou a se organizar, não só em diretórios, mas também junto a grupos sociais específicos, ou seja, passou a se aproximar da sociedade.

Somado a isso, a partir do pleito de 1974, foi feito um esforço pelas lideranças do MDB no sentido de unificar os discursos para os candidatos do partido, redirecionando algumas críticas e incorporando os temas sócios econômicos.

Segundo Carvalho (2008), essa ação proporcionou ao MDB a oportunidade de estabelecer novos laços com os eleitores e também de aprofundar a ligação de seus mandatos populares como representantes dos interesses sociais.

Citando Berstein (1996), Carvalho (2008) diz que o MDB acabou por desempenhar uma das funções dos partidos políticos que é fazer a articulação de um discurso sobre a realidade que propõe uma solução para os problemas vividos pelos grupos sociais, ou seja, os políticos são responsáveis por realizar a mediação entre um problema e a maneira como ele é lido e compreendido socialmente.¹⁷⁹

Para Carvalho (2008), construir um discurso público no qual a solução dos problemas econômicos se ligava diretamente ao reforço das instituições democráticas foi à explicação do caminho indicado pelo MDB. Com isso, a partir das eleições de 1974, esse discurso oposicionista atraiu muitos votos conferindo às disputas de alguns cargos, como o de Senador, um caráter plebiscitário. O apoio da população ao MDB foi entendido como um canal de protesto e repúdio as ações governamentais.

¹⁷⁹ BERSTEIN, 1996. **Apud:** Carvalho, Alessandra. Tese de Doutorado, UFRJ. 2008

Tratando dos resultados eleitorais de 1974 Grinberg (2009) afirma que a política de abertura iniciada por Geisel, principalmente no que se refere ao processo eleitoral de 1974, que representou certa liberdade, contribuiu para que a oposição, no caso o MDB, viesse a se sobressair sobre a ARENA.

Neste pleito, pela primeira vez foram usadas a rádio e a televisão para que os candidatos pudessem realizar seus discursos e o MDB, como foi bem colocado por Carvalho (2008), se empenhou em promover uma campanha bem planejada, gerando um resultado favorável ao MDB, principalmente no Senado.

Na Câmara dos Deputados, a ARENA conquistou 233 cadeiras contra 187 do MDB, uma aproximação recorde se comparado com outros pleitos. No Senado, o MDB conquistou 16 cadeiras contra 6 conquistadas pela ARENA.

Na tabela abaixo, observa-se a evolução da representatividade do MDB nos pleitos anteriores ao de 1974.

Tabela XIX – Representação na Câmara dos Deputados: ARENA e MDB (1966-1974).

Partido	1966		1970		1974	
	Nº	Porcentagem	Nº	Porcentagem	Nº	Porcentagem
ARENA	277	67,7 %	223	71,9 %	204	56 %
MBD	123	32,3 %	87	28,1 %	160	44 %
TOTAL	409	100 %	310	100 %	364	100 %

FONTE: OLIVEIRA, 2013, p. 246.

Tabela XX – Representação Partidária no Senado Federal: ARENA e MDB (1966 – 1974)

Partido	1966		1970			1974
	Nº	Porcentagem	Nº	Porcentagem	Nº	Porcentagem
ARENA	18	81,8 %	41	89,1 %	6	27,3 %
MBD	4	18,2 %	5	10,9 %	16	72,7 %
TOTAL	22	100 %	46	100 %	22	100 %

FONTE: OLIVEIRA, 2013, p. 247.

Em relação à Câmara dos Deputados, no pleito de 1970 o MDB apresentou uma certa queda em relação ao pleito de 1966, mas conseguiu superar este resultado na eleição de 1974 quando apresentou uma diferença de apenas 12 por cento. Já em relação ao Senado, observa-se um aumento na diferença de 54,5 por cento.

[Escriba aqui]

Segundo Grinberg (2009), essa vitória no Senado tornou-se um marco importantíssimo na história do regime, pois apontava que a competição eleitoral era uma maneira viável de desafiar o Governo.

Após estes resultados, houve debates no meio político e em diversos setores da sociedade. Desde o Planalto, o SNI até o próprio Congresso Nacional, discutiu as causas e os significados destes resultados. A própria ARENA parou para analisar seus problemas internos, como diz Grinberg (2009), problemas inerentes à organização e funcionamento do partido que vinha ocorrendo desde sua formação em 1965, como suas divisões internas, e que poderia ter levado o partido a sofrer esta derrota eleitoral para o MDB.

Grinberg (2009) aponta que nestes debates não surgiram apenas reflexões críticas, mas também posicionamentos no sentido de minimizar o problema, como foi o caso do parecer do Senador capixaba, Eurico Rezende que procurou descaracterizar o resultado favorável ao MDB como uma forma de contestação ao Regime. Rezende ressaltava que o MDB não era como muitos estavam interpretando, agente da contestação, mas era um partido reconhecido legalmente, assim como a ARENA e a vitória do MDB no resultado eleitoral para o Senado e até mesmo no aumento do número de cadeiras na Câmara dos Deputados, não significava contestação, mas a resultante do jogo democrático.¹⁸⁰

Também o Senador Jarbas Passarinho, na época vice – líder do governo fez um levantamento de uma série de causas para o resultado desfavorável a ARENA. A principal delas, segundo ele, teria sido a insatisfação popular com o custo de vida, a segunda seria devido ao esvaziamento, ou, distanciamento do político da ARENA. A terceira causa foi à capacidade que o MDB teve em captar os votos em branco que em outros pleitos eram muito comuns e por último, a quarta causa foi à saída do MDB para fora dos muros convencionais, que durante anos a ARENA ficou restrita, achando que a simples indicação da convenção era a garantia de nomeação.¹⁸¹

Contrastando com essa realidade em nível nacional, Oliveira (2013) diz que no estado do Espírito Santo não houve a reprodução mecânica desse cenário de

¹⁸⁰ Eurico Rezende diz que dar o voto à oposição não representa contestação. *Jornal do Brasil*, 06/11/74. **Apud:** Grinberg, 2009, p. 190.

¹⁸¹ *Anais do Senado*, novembro de 1974. **Apud:** Grinberg, 2009, págs.190-191.

crescimento emedebista. Segundo ele, no estado não ocorreu à transferência de votos para o MDB como no restante do país, ou seja, a população capixaba não incorporou essa espécie de protesto da sociedade brasileira.

Na eleição de 1970, para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, a ARENA conquistou 14 cadeiras contra 7 do MDB. Na Câmara dos Deputados a ARENA/ES elegeu 5 deputados e o MDB elegeu 3. Para o Senado, as duas cadeiras ficaram para a ARENA.¹⁸²

O resultado de 1974 não foi muito diferente do resultado de 1970. Para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, a ARENA conquistou 15 cadeiras contra 09 do MDB. Para a Câmara Federal, a ARENA conquistou 5 cadeiras contra 3 do MDB. A única alteração se deu no Senado onde o MDB conquistou a única vaga do pleito com a eleição do Deputado Federal Dirceu Cardoso (ex- PSD).¹⁸³

¹⁸² TRE/ES.

¹⁸³ TRE/ES.

3. O desempenho eleitoral da ARENA no ES nas eleições de 1974

“Um inesperado pé de vento político rompeu os cordões de isolamento que garantiam a tranquilidade do desfile das urnas de 15 de novembro, dentro do tradicional esquema de um MDB feito para colorir a festa da Arena.”

Revista ES Agora.

3.1 – As eleições de 1974 na visão dos periódicos capixabas

Os debates em torno das eleições de 1974, no estado do Espírito Santo, iniciaram com as disputas internas da ARENA para preenchimentos dos principais cargos a serem disputados. A primeira discussão, neste sentido, deu-se em torno da escolha do nome para disputar a vaga de senador pelo partido.

Segundo a Revista Espírito Santo Agora, o Governador Gerhardt Santos tinha preferências pelo nome do então senador e ex-governador Carlos Lindenberg (1947-1951/1959-1963), que buscava a reeleição, mas esta opção não era muito capitalizada pela maioria do Diretório da ARENA, onde um grupo formado pelo ex - Governador Cristiano Dias Lopes (1967-1971), Von Schilgen e pelo empresário João Santos, além do Deputado Federal Élcio Álvares¹⁸⁴ que também manifestava interesse pelo cargo, dominavam dois terços do diretório¹⁸⁵.

¹⁸⁴ **Élcio Álvares** iniciou sua vida política no movimento estudantil quando venceu a disputa pelo grêmio estudantil no Colégio Americano. Depois na Faculdade de Direito ajudou na criação da União Estadual

[Escreva aqui]

Diante destas disputas e jogos de interesses, apareceu o Senador Eurico Rezende que sugeriu ao Governador Gerhardt Santos, no intuito de “capitalizar a maioria do Diretório”, substituir o nome de Carlos Lindemberg pelo nome de Élcio Álvares.¹⁸⁶

Oliveira (2013) comenta que com esta ação estratégica, Artur Carlos Gerhardt Santos conseguiu “angariar apoio do Deputado” Élcio Álvares que “possuía bastante capilaridade no partido governista”.¹⁸⁷

A matéria da Revista Espírito Santo Agora ainda afirma que com esta decisão tomada pelo Governador, quem mais lucrou foi o Deputado Élcio Álvares “que de segundo escalão” adquiriu maior “status político” e o próprio Senador Eurico Rezende, “que de poucas ligações com o atual governo”, acabou conquistando deste “um sentimento de confiança”¹⁸⁸.

Assim, definido o nome para disputar a eleição para o senado, passou-se a discutir a sucessão ao governo do estado. E mais uma vez a Revista Espírito Santo Agora traz a informação de que “as mais simpáticas preferências de Gerhardt Santos” estavam “em torno do nome do engenheiro Marcus Viana¹⁸⁹”, então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).¹⁹⁰

dos Estudantes (UEE), se tornando um de seus primeiros presidentes. Formado em direito teve uma breve passagem pelo Governo do Estado na época do Governador Jones dos Santos Neves e mais tarde se tornou Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Espírito Santo (1963-1964). Na eleição para Deputado Federal de 1966 ficou como Primeiro Suplente, chegando a exercer o mandato em 1970. Mesmo sem mandato, iniciou uma campanha de formação de Diretórios da ARENA em todo o estado do Espírito Santo o que o fez tornar-se uma figura de grande capilaridade. Na eleição de 1970, tornou-se o Deputado Federal mais votado na história eleitoral do Espírito Santo e percentualmente, o mais votado do País. **Fonte:** <http://www.elcioalvares.com/vida-publica>. Acesso em 20/03/14.

¹⁸⁵ JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p.12, mar. 1974.

¹⁸⁶ JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p.12, mar. 1974.

¹⁸⁷ OLIVEIRA, Uéber José de. Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar (1964-1982): um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB. Tese de Doutorado. UFSCAR, p. 254, 2013.

¹⁸⁸ JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p.12, mar. 1974.

¹⁸⁹ **Marcos Pereira Vianna** nasceu em Vitória em 1934. Formado pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil em 1957, ingressou no ano seguinte na Companhia Vale do Rio Doce, onde, a partir de 1962, foi superintendente-geral. Foi diretor, entre outras, das empresas Benita – Beneficiamento de Itabirito S.A., Aços Anhanguera S.A. e Rio Doce Madeiras. Em 1970, presidiu o Instituto de Planejamento (IPHAN) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME). Foi presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico de 1970 a 1979. Durante esses anos, presidiu o FINAME e integrou o Conselho Monetário Nacional. No período em que esteve à frente do BNDE incentivou a função privatista da instituição e o fortalecimento do setor privado no país; o Banco teve importante papel no sucesso do II Plano Nacional do Desenvolvimento. **Fonte:** <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos>. Acessado em 15/03/2014.

¹⁹⁰ JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p.12, mar. 1974.

[Escreva aqui]

Mas, durante o processo de sucessão, diversos nomes foram sendo cogitados. A Revista Espírito Santo Agora apresentou os mais diversos nomes especulados para a sucessão estadual, entre eles, o do Senador Eurico Rezende, que se aproximou do Governo na ocasião da escolha do nome para disputar o senado.

Além destes dois nomes, a mesma matéria afirmava que surgiram também os nomes de Jones dos Santos Neves Filho, então Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), cogitado caso o Governo Federal convidasse o engenheiro Marcos Viana para um Ministério e ainda, Carlos Lindemberg Filho, chance vinda em virtude da “importância exercida pela Companhia Vale do Rio Doce no processo de escolha”, empresa essa onde “seu tio – Marechal José Lindemberg – era um dos diretores”¹⁹¹.

Tanto o engenheiro Marcos Viana quanto estes dois últimos candidatos apresentados, eram, segundo a Revista Espírito Santo Agora, herdeiros de uma classe política oriunda do antigo PSD, e que representavam a manutenção, no governo do estado, de uma segunda geração de formuladores técnicos.¹⁹²

A Revista ainda apresentou os nomes do então prefeito de Vitória, Crisógono Teixeira da Cruz, que conseguiu, com suas obras públicas, conquistar simpatias populares, e do Deputado Federal José Carlos da Fonseca, que conforme a matéria, apesar de completar a linha pessedista, fugia do padrão apresentado pelos demais candidatos, de vínculos oligárquicos. Constituíam-se assim, um nome à margem dessas cogitações, beneficiado por ser simpático a outras correntes partidárias. Suas chances eram, portanto calçadas em sua expressão na esfera federal onde apresentou uma carreira ascendente, alcançando a terceira secretaria da Câmara. Ainda apareceram os nomes do Deputado Emir de Macedo Gomes, sem vinculação nenhum dos grupos políticos, porém presidente reeleito da ARENA e um dos políticos mais sagazes da militância estadual, e do médico Carlito Von Schilgen.¹⁹³

Além destes, outros nomes foram aparecendo, chegando ao ponto de a sucessão estadual no Espírito Santo fugir do controle do governo, devido ao grande número de candidatos, das mais variadas correntes políticas que iam surgindo.

¹⁹¹ JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p.12, mar. 1974.

¹⁹² JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p.12, mar. 1974.

¹⁹³ JOGO bem disputado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 12, p.13, mar. 1974.

Confirmando isso, o ex – governador Élcio Álvares, disse em suas memórias que a sucessão no Espírito Santo “fervilhava” ainda mais com a elaboração da lista pelo Governador Artur Carlos, “composta de dezesseis nomes”, o que, segundo ele, complicou o processo de sucessão, criando um “conflito de candidatos no estado” que ia crescendo de forma ameaçadora para os destinos da ARENA.¹⁹⁴

Diante de tal fato, o estado do Espírito Santo, assim como outros estados da federação, recebeu a visita da Missão Portela¹⁹⁵, que tinha por objetivo criar um consenso na escolha do nome ao governo, principalmente nos lugares onde este processo estava em conflito, como o que estava ocorrendo no Espírito Santo, conforme tabela abaixo:

Tabela XXI – Nomes para indicações ao Governo do Estado/ES – 1974

Nomes	Partidos de Origem e/ou grupos de interesse	Cargo Ocupado
Eurico Rezende	UDN	Senador
Marcus Viana	PSD	Presidente do BNDE
Jones dos Santos Neves Filho	PSD	Presidente da FINDES
Carlos Lindemberg Filho	PSD	Diretor Executivo de “A Gazeta”
Emir de Macedo Gomes	PSP	Dep. Estadual e Pres. Regional da ARENA
Lúcio Merçon	PRB	Dep. Estadual e Pres. Assembleia Legislativa
Arquimedes Vivácqua	---	ex Deputado Estadual
José Moraes	PSP	ex Deputado Estadual e ex Pres. Assembleia Legislativa
Crisógono Teixeira da Cruz	---	Prefeito Biônico de Vitória
Hamilton Machado de Carvalho	---	Atual Secretário de Saúde
Carlito Von Schilgen	PSD	Ex secretário do Gov. Carlos Lindemberg

¹⁹⁴ ALVARES, Élcio. *Memórias do meu tempo*. 1ª ed. Vila Velha, 2012. págs. 72-73.

¹⁹⁵ Primeiro passo na política de “distensão gradual e segura” empreendida pelo Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) em seu plano de abertura. Este nome se deu em virtude do então Senador e Presidente da ARENA, Petrônio Portella que percorreu vários estados da Federação no sentido de criar consensos na escolha de candidatos onde havia situações de divergências. FONTE: www.senado.gov.br; acesso: 10/04/2014 e ALVARES, Élcio. *Memórias do meu tempo*. 1ª ed. Vila Velha, 2012. págs. 73-75.

[Escreva aqui]

José Carlos da Fonseca	PSD (Ala Moça)	Deputado Federal
João Calmon	PSD	Senador
Setembrino Pelissari	UDN	Ex - Dep. Estadual e ex Prefeito de Vitória

FONTE: Tabela elaborada a partir de dados da Revista ES Agora; Tese de Oliveira, 2013, p.256.

Observa-se neste quadro o aparecimento de diversos nomes das mais diversas correntes existentes dentro da ARENA, mostrando assim mais uma vez a divisão interna e de interesses que havia na ARENA capixaba mesmo após oito anos do fim do sistema multipartidário.

Além destes nomes já apresentados, às vésperas da vinda de Portella ao Espírito Santo, surgiram outros dois pleiteantes: o Deputado Federal Elcio Álvares e o então Secretário de Agricultura, Ivan Shalders¹⁹⁶. Assim, a vinda de Portella ao estado teve “a intenção de buscar, entre os indicados, aquele que fosse capaz de unir o partido” e que “ao mesmo tempo, tivesse certo respaldo eleitoral”¹⁹⁷.

Quando o senador Portella chegou ao estado, apesar da existência de diversos nomes numa possível lista, dois eram apontados como favoritos: o Deputado Federal José Carlos da Fonseca e o Senador Eurico Rezende, cada um representando uma corrente dentro da ARENA e com perfis políticos bem distintos. José Carlos da Fonseca, como analisa Oliveira (2013), com uma “carreira ascendente”, porém, de “pouca envergadura política para ocupar o mais alto posto da política capixaba” e Eurico Rezende com uma “longeva carreira política” e gozando de “bastante prestígio na esfera federal”, mas que “desagradava os setores majoritários do partido no plano regional” e “desagradava também setores das Forças Armadas”, permanecendo assim o quadro bastante indefinido.¹⁹⁸

Para conter o impasse e acabar com esse conflito interno, que sob o ponto de vista da esfera nacional, poderia desestabilizar o propósito do governo no momento, que era a abertura lenta e gradual, possibilitou-se a indicação de um nome de consenso caso continuasse o impasse e a divisão interna na ARENA.

¹⁹⁶ **Ivan Schalders** participou da elaboração da política dos Corredores de Exportação do Espírito Santo com a produção agrícola de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, estabelecendo fortes ligações com Alysson Paulinelli, então Ministro da Agricultura do governo Geisel. Essas relações favoreciam o seu nome. **Fonte:** Oliveira, 2013, pág. 259.

¹⁹⁷ OS nomes cogitados para o Governo. **A Gazeta**, Vitória, p.4, 18 Abr. 1974.

¹⁹⁸ OLIVEIRA, 2013, p. 260.

[Escreva aqui]

Sobre esta questão, uma matéria da Revista Espírito Santo Agora afirmou que coube à escolha do Deputado Federal Élcio Álvares, como “candidato de conciliação da Arena”, para concorrer, à sucessão do Governador Arthur Carlos, chegando com isso, ao término um longo e complicado processo político que no Espírito Santo, mereceu grande atenção, não somente dos políticos envolvidos, mas também da imprensa local e do povo capixaba que “não deixou de acompanhar com viva curiosidade” todo processo de escolha¹⁹⁹.

A participação da população capixaba no acompanhamento deste processo de escolha do novo Governador do estado foi tamanha que no dia 14 de junho de 1974, cerca de quatro mil pessoas compareceram ao Aeroporto Eurico Sales em Vitória para recepcionar o futuro governador do estado. Além da população, estavam também presentes várias comitivas de vários municípios composta de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.²⁰⁰

Após a escolha do nome do Deputado Federal Élcio Álvares para governador do estado (1975-1979) bem como o nome de Carlos Alberto Von Schilgen para vice-governador, escolha esta realizada pelo Deputado Élcio Álvares como forma de se aproximar de setores da ARENA ligados ao ex- governador Dias Lopes²⁰¹, foi escolhido para concorrer à única vaga de senador, o nome do Deputado Federal José Carlos da Fonseca, em acordo firmado com o senador Petrônio Portella²⁰², e para suplente de senador, foi escolhido o nome do médico Luiz Buaiz.

Assim, com a presença destes quatro nomes na campanha eleitoral, sendo que Élcio Álvares e seu vice Carlos Alberto Von Schilgen já haviam sido eleitos indiretamente, somados aos nomes dos candidatos a deputados federais e estaduais mais o apoio de prefeitos e vereadores da ARENA espalhados por todo estado, especialmente do então prefeito de Vitória, Crisógono Teixeira da Cruz, considerado um dos melhores prefeitos que a capital Vitória já teve, a vitória da ARENA era tida por parte da imprensa como certa.²⁰³

¹⁹⁹ ESTE é o homem. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 22, ago. 1974.

²⁰⁰ ESTE é o homem. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 14, p. 22, ago. 1974.

²⁰¹ OLIVEIRA, 2013, p. 263.

²⁰² ÁLVARES, Élcio. *Memórias de meu tempo*. 1ª Ed. Vila Velha, 2012.

²⁰³ AS eleições no Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 06 out. 1974.

[Escreva aqui]

Além da ARENA, o MDB também definiu o nome de seu candidato ao Senado, o Deputado Federal Dirceu Cardoso²⁰⁴. Com isso, a disputa eleitoral para o cargo majoritário se polarizou nestas duas personalidades políticas. Dois nomes bastante conhecido do eleitorado capixaba, porém, cada um com estilos políticos bem diferentes.

Os dois candidatos tinham em comum um mandato de Deputado Federal, que ainda exerciam. José Carlos da Fonseca fora o segundo parlamentar mais votado de seu partido na eleição de 1970 enquanto que Dirceu Cardoso assumiu a vaga para à Câmara dos Deputados em decorrência da morte do Deputado Adalberto Simão Nader²⁰⁵, o mais votado do MDB nesta mesma eleição. José Carlos da Fonseca antes de concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados em 1970, foi Secretário do Governo de Cristiano Dias Lopes, Deputado Estadual e jornalista. Dirceu Cardoso que há longos anos ocupava um lugar na Câmara dos Deputados e pertenceu ao antigo PSD²⁰⁶. O candidato arenista, José Carlos da Fonseca, apresentava-se como expressão de renovação de mentalidade no congresso e demonstrava-se empenhado em sensibilizar a opinião pública para os grandes temas do desenvolvimento regional com base nos êxitos alcançados pela revolução nos últimos dez anos. O candidato do MDB com seu tradicional comportamento apresentando ataques belicosos aos adversários, vinha como principal argumento, traduzir em si mesmo o desejo opositor de fazer renascer no estado os embates mais clorosos. Restava saber, até que ponto o eleitorado espírito-santense estava disposto a situar-se neste embate²⁰⁷.

Além dos candidatos ao Senado, também foram escolhidos os candidatos à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa e os dois partidos concorreram, neste ano, com um maior número de candidatos. A ARENA lançou 12 candidatos à Câmara dos

²⁰⁴ **Dirceu Cardoso** foi militante do PSD. Prefeito de Muqui de 1947-1951/ 1958-1962, Deputado Estadual 1951-1954/1954-1958 e Deputado Federal, pelo PSD/ES, no período 1962-1966 e depois Deputado Federal pelo MDB de 1966-1970/ 1970-1974. **FONTE:** WWW.camara.org.br. **Acesso:** 15/04/2014.

²⁰⁵ **Adalberto Simão Nader** foi advogado, filósofo, funcionário público federal e político. Nascido em Vitória, destacou-se como político por sua brilhante oratória e pela defesa dos princípios democráticos. Em 1958 foi eleito Vereador pelo PTB e em 1962 elegeu-se Deputado Estadual pelo mesmo partido, se tornando vice-presidente da Assembleia Legislativa em 1963 e presidente em 1964 tendo sido reeleito no ano seguinte. Com a reorganização partidária integrou - se ao MDB elegendando-se Deputado Federal em 1970, vindo a falecer no dia 09/05/1971. **FONTE:** WWW.sefaz.es.gov.br/painel/vultos. **Acesso em** 15/04/2014.

²⁰⁶ SENADO: Fonseca ou Dirceu. **A Gazeta**, Vitória, p.8, 14 Nov 1974.

²⁰⁷ PERSPECTIVAS eleitorais. **A Gazeta**, Vitória, p. 04, 13 Ago 1974.

[Escreva aqui]

Deputados e 42 à Assembleia Legislativa e o MDB lançou 8 à Câmara e 38 à Assembleia²⁰⁸, conforme tabelas abaixo:

Tabela XXII – Candidatos da ARENA para Câmara dos Deputados – eleições de 1974

Nº	Nome do Candidato	Partido de Origem	Situação Política
01	José Parente Frota ²⁰⁹	PSD	Deputado Federal Buscava a reeleição
02	José Tasso de Oliveira Andrade ²¹⁰	PRP	Deputado Federal Buscava a reeleição
03	Oswaldo Zanello ²¹¹	PRP	Deputado Federal Buscava a reeleição
04	Gérson Camata ²¹²	--	Deputado Estadual
05	Alcino Santos	PSD	Deputado Estadual
06	Namyr Carlos de Souza	--	--
07	Antonio José Miguel Feu Roza	UDN	Deputado Estadual
08	Verdeval Ferreira de Souza	PSD	Deputado Estadual
09	Natanael Ramos	--	--
10	Henrique Pretti ²¹³	PSD	Vice Governador
11	Roberto Vivacqua Vieira	PSP	Deputado Estadual
12	Moacyr Dalla ²¹⁴	UDN	Deputado Estadual

²⁰⁸ CAPIXABAS escolhem 33 parlamentares. **A Gazeta**, Vitória, p.8, 14 Nov 1974.

²⁰⁹ **José Parente Frota**, nasceu em Sobral (CE) no dia 24/07/1913. Militar, advogado e político. Coursou a Escola Militar de Realengo, sendo promovido sucessivamente de Segundo Tenente até Coronel. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Espírito Santo. Deputado Estadual por dois mandatos (1958-1962/1963-1966) pelo PTB/ES e Deputado Federal por mais dois mandatos (1967-1970/1971-1974) pela ARENA. Tornou-se famoso pelo episódio da formação da cadeia da legalidade pelo então governador do RS, Leonel Brizola, que o conclamou a organizar a resistência no ES, fato este que veio causar alguns dissabores ao General Frota após a vitória do movimento em 1964. **FONTE:** <http://www.sefaz.es.gov.br/painel/vultos53.htm>. Acesso em 05/03/2014.

²¹⁰ **José Tasso de Oliveira Andrade**, é advogado e político, natural de Cachoeiro de Itapemirim. Seu pai, Raimundo Andrade, foi vereador e prefeito na cidade e depois, foi deputado federal pela ARENA (1966-1970). Foi eleito Deputado Federal pela ARENA em 1970 e tentava a reeleição. **FONTE:** www.sefaz.es.gov.br/vultos. Acesso em 15/04/2014.

²¹¹ **Oswaldo Zanello**, nascido em Ribeirão Preto/SP, veio para o Espírito Santo ainda criança. Em 1936 filiou-se a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fundada por Plínio Salgado. Em 1946, com a redemocratização, ajudou a fundar o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1948, fixou-se no município de Colatina. Em 1950 elegeu-se Deputado Estadual, sendo reeleito em 1954, se tornando mais tarde secretário de agricultura. Em 1958 se elegeu Deputado Federal se reelegendo em 1962. Após a instalação do bipartidarismo, ingressou na ARENA e se reelegeu, pela terceira vez, Deputado Federal, reelegendo-se em 1970 e em 1974. **FONTE:** www.camara.org.br. Acesso em 20/04/2014.

²¹² **Gérson Camata** nasceu em Castelo-ES e formou-se em Economia pela UFES. Tornou-se conhecido como radialista em emissoras de Vitória-ES. Elegeu-se vereador em 1966 e Deputado Estadual em 1970 pela ARENA. Em 1974 foi o segundo mais votado para a Câmara dos Deputados. **FONTE:** www.camara.org.br. Acesso: 20/04/2014.

²¹³ **Henrique Pretti**, foi Presidente da Assembleia Legislativa em 1969, Deputado Federal por dois mandatos pela ARENA e vice governador de Arthur Gerhardt (1971-1975).

[Escreva aqui]

Fontes: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral) e Oliveira, 2013, p.264.

Tabela XXIII – Candidatos da ARENA para a Assembleia Legislativa – eleições de 1974²¹⁵

Nº	Nome do Candidato	Partido de Origem	Situação Política
01	Amaro Covre	---	---
02	Antônio Jacques Soares	PSD	Deputado Estadual
03	Antonio Valle	---	---
04	Arabelo do Rozário ²¹⁶	---	Ex-Vereador de Vitória
05	Arlindo Pinto da Costa	---	---
06	Benedito Soter Lyra	---	---
07	Bruno Costalonga	---	---
08	Carlos Alberto Viana Freire	---	---
09	Carlos Maciel Brito	---	---
10	Claudionor Lopes Pereira	---	---
11	Clóvis de Barros	---	---
12	Délio Romeu Queiróz	---	---
13	Dercílio Gomes de Albuquerque	PRP	Deputado Estadual
14	Dylio Penedo	---	---
15	Edson Machado	---	---
16	Emir de Macedo Gomes ²¹⁷	PSP	Deputado Estadual e Pres. Regional da ARENA
17	Geraldo Pereira	---	---
18	Hélio Figueiredo Milagres	---	---
19	Honório Regiani	---	Deputado Estadual
20	João Manoel Meneghelli ²¹⁸	PSP	Deputado Estadual
21	João Monteiro Lobato Fraga	---	---
22	José Luiz Cláudio Correa	PRP	Deputado Estadual

²¹⁴ **Moacyr Dalla**, é natural de Colatina-ES, formou-se em Direito pela UFES, foi Deputado Estadual pela UDN de 1962-1966, reeleito em 1966 e 1970 pela ARENA e eleito Deputado Federal em 1974. Foi casado com Lúcia Rezende, irmã do Senador Eurico Rezende. Em 1978 se tornou Senador, tendo sido Presidente do Senado Federal entre 1983-1985. **FONTE:** www.camara.org.br. **Acesso: 20/04/2014.**

²¹⁵ Foram caracterizados apenas alguns candidatos, principalmente os que já tinham mandatos.

²¹⁶ **Arabelo do Rozário** foi educador, esportista, administrador e político. Nasceu em 23/08/1919 na cidade de Vitória onde foi vereador por dois mandatos. Teve ainda um mandato de Deputado Estadual. **FONTE:** WWW.sefaz.es.gov.br/painel/vultos. **Acesso em 15/03/2014.**

²¹⁷ **Emir de Macedo Gomes** foi médico na cidade de Linhares, norte do estado do Espírito Santo onde se elegeu vereador e prefeito. Filiado ao PSP elegeu-se Deputado Estadual por cinco vezes consecutivas, chegando a ocupar a vice presidência da Assembleia Legislativa durante três anos. Durante o 2º governo de Francisco Lacerda de Aguiar ocupou a Secretaria de Indústria e Comércio (1963) e Educação e Cultura (1963-1966). **FONTE:** www.sefaz.es.gov.br/vultos. **Acesso em 10/03/2014.**

²¹⁸ **João Manoel Meneguelli** foi vereador de Colatina-ES (1962-1966) pelo PSP e Deputado Estadual pela ARENA 1966-1970/ 1970-1974/1974-1978. **FONTE:** WWW.camaracolatina.es.gov.br. **Acesso em 15/03/2014.**

[Escreva aqui]

23	José Moraes	PSP	Deputado Estadual
24	Juarez Martins Leite	---	---
25	Justino Mameri	---	---
26	Lúcio Merçon ²¹⁹	PRP	Deputado Estadual e Pres. ALES
27	Marcelo da Silva Mendes	---	---
28	Mário Cypreste	---	---
29	Milton Paiva Gonçalves	---	---
30	Nelo Vola Boreli	---	---
31	Nicanor Alves dos Santos	---	---
32	Nilzo de Almeida Piazzi	---	---
33	Oswaldo Viola	---	---
34	Paulo	---	---
35	Paulo Antonio Lorenzoni	---	---
36	Paulo Barros	---	---
37	Pedro Leal	PSD	Deputado Estadual
38	Setembrino I. Netto Pelissari ²²⁰	UND	Deputado Estadual
39	Syro Thedoldi Netto	---	---
40	Vicente Silveira	---	---
41	Walter de Prá ²²¹	PSP	Deputado Estadual
42	Wilson Gomes	---	---

Fontes: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral) e Oliveira, 2013, p.264.

Tabela XXIV – Candidatos do MDB para Câmara dos Deputados – eleições de 1974

Nº	Nome do Candidato	Partido de Origem	Situação Política
01	Aloísio Santos ²²²	PTB	Vice Prefeito de Cariacica.
02	Argilano Dario ²²³	PTB	Deputado Federal

²¹⁹ **Lúcio Merçon** foi advogado e político. Exerceu um mandato de vereador em Castelo pelo PRP de 1959-1963 e sete mandatos de Deputado Estadual de 1963-1990, iniciando pelo PRP e migrando para a ARENA no período do bipartidarismo. Durante os mandatos de Deputado Estadual, foi presidente da Comissão de Justiça, vice-líder do Governo Arthur Carlos Gerhardt (1971-1972), Presidente da Assembleia Legislativa (1973-1974) e líder do Governo de Eurico Rezende por quatro anos (1979-1982). **FONTE:** www.sefaz.es.gov.br/vultos. Acesso em 15/03/2014.

²²⁰ **Setembrino Pelissari**, foi Deputado Estadual pela UDN (1962-1965), migrando em 1966 para a ARENA. Foi prefeito biônico de Vitória (1967-1970), indicado pelo governador Christiano Dias Lopes. Em 1970 foi eleito novamente Deputado Estadual pela ARENA. **FONTE:** Oliveira, 2013.

²²¹ **Walter de Prá**, foi prefeito de Nova Venécia de 1966-1970 pela ARENA e Deputado Estadual pela ARENA (1970-1974). **FONTE:** www.sefaz.es.gov.br/vultos. Acesso em 10/03/2014.

²²² **Aloísio Santos** foi eleito vice-prefeito de Cariacica em 1972. **FONTE:** Oliveira, 2013.

[Escreva aqui]

03	Arnaldo Pratti	---	---
04	Gerles Gama	---	---
05	Meroveu Pereira Cardoso Júnior	---	---
06	Humberto Pinheiro de Vasconcelos	---	---
07	Mário Alves Moreira ²²⁴	---	Deputado Estadual
08	Pedro Maia de Carvalho	---	---

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral).

Tabela XXV – Candidatos do MDB para a Assembleia Legislativa – eleições de 1974²²⁵

Nº	Nome do Candidato	Partido de Origem	Situação Política
01	Ademir Santos Cardoso	---	---
02	Aldo Alves Prudêncio ²²⁶	---	---
03	Américo Bernardes da Silveira	UDN	Deputado Estadual
04	Armando Batista Viola	---	---
05	Áureo de Oliveira Viana	---	---
06	Benedito Enéas Muqui	---	---
07	Carlos Alberto Baptista da Cunha	UDN	Deputado Estadual
08	Clério Vieira Falcão	---	---
09	Clóvis José de Siqueira	---	---
10	Darcy Castello de Mendonça	---	---
11	Délio Rodrigues Correa	---	---
12	Delson Alves de Aguiar	---	---
13	Dilton Lyrrio Netto	---	---
14	Francisco Eduardo de Souza	---	---
15	Hélio Carlos Manhães ²²⁷	PSP	Ex-Prefeito de Cach. de

²²³ **Argilano Dario**, oriundo do PTB, foi deputado estadual de 1951-1955/1956-1959, Deputado Federal de 1963 – 1966. Reeleito pelo MDB para mais três mandatos (1967-1970/ 1971—1974/ 1975/1978). **FONTE:** www2.camara.leg.br. **Acesso em 25/04/2014.**

²²⁴ **Mário Moreira Alves**, natural de Itapemirim-ES. Foi vereador de Itapemirim de 1963 a 1971 e Deputado Estadual pelo MDB entre 1971-1974. Foi eleito Deputado Federal com uma expressiva votação em 1974. **FONTE:** www2.camara.leg.br. **Acesso em 25/04/2014.**

²²⁵ Foram caracterizados apenas alguns candidatos, principalmente os que já tinham mandatos.

²²⁶ **Aldo Alves Prudêncio** foi prefeito de Cariacica de 1971 a 1973.

²²⁷ **Hélio Carlos Manhães**, foi causídico do Sindicato dos Ferroviários de Leopoldina estabelecendo morada em Cachoeiro de Itapemirim elegendo-se vereador em 1958 e em 1962 pelo PSP. Foi eleito prefeito de Cachoeiro em 1970 e em 1976 pelo MDB. Em 1974 foi eleito deputado estadual. Em 1978 renunciou ao cargo de prefeito para disputar a eleição para o Senado, tendo sido derrotado por Moacir Dalla, candidato da ARENA. Em 1980 ingressou no PMDB onde permaneceu por dez anos e foi eleito deputado federal em 1982 e reeleito em 1986 migrando para o PDT no último ano de mandato. **FONTE:** www2.camara.leg.br. **Acesso em 25/04/2014.**

[Escreva aqui]

			Itapemirim
16	Hélio Machado de Miranda	---	---
17	Inimah Ponche	---	---
18	Jackson Mendonça Bahia	---	---
19	João Rodrigues Trancoso	---	---
20	José dos Santos Rangel	---	---
21	José Fontes Rangel	---	---
22	José Rodrigues de Oliveira	---	---
23	José Teixeira Guimarães	---	---
24	Juracy Magalhães Gomes ²²⁸	PTB	Vereador de Cachoeiro de Itapemirim
25	Laudio Klipel	---	---
26	Luiz Baptista	UDN	Deputado Estadual
27	Max Freitas Mauro ²²⁹	---	Ex-Prefeito de Vila Velha
28	Máximo Vieira Varejão	---	---
29	Nyder Barbosa de Medeiros ²³⁰	---	---
30	Oséas Nascimento	UDN	Deputado Estadual
31	Oswaldo Silva	---	---
32	Paulo Expedito do Amaral	---	---
33	Roberto Valadão Almokdice ²³¹	---	Vereador de Cachoeiro
34	Ruy Pereira da Silva	--	---
35	Sebastião Fernandes Tâmara	--	---
36	Valério Antonio Mendonça Loureiro	--	---
37	Vicente Sohettino	--	---
38	Walter da Silva Maia	--	---

Fontes: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral) e SEFAZ (Secretaria da Fazenda).

²²⁸ **Juracy Magalhães Gomes** nasceu em Cachoeiro de Itapemirim no dia 19/08/1937. Cirurgião dentista, professor, esportista e político. Inicia-se na política através de contatos com Gilson Carone, político cachoeirense, filiando-se ao PTB. Elege-se vereador por dois mandatos. Com a vitória de golpe militar em 1964 engaja-se na luta contra a ditadura e participa da organização do MDB em Cachoeiro de Itapemirim. **FONTE:** www.sefaz.es.gov.br/painel/vultos. **Acesso em 25/04/2014.**

²²⁹ **Max Freitas Mauro**, filho de Saturnino Rangel Mauro, formou-se em Medicina pela Universidade Federal da Bahia em 1962. Foi um dos fundadores do MDB/ES, elegendendo-se prefeito de Vila Velha-ES em 1970 e Deputado Estadual em 1974. **FONTE:** www2.camara.leg.br. **Acesso em 25/04/2014.**

²³⁰ **Nyder Barbosa de Menezes**, natural de Itaguaçu. Iniciou a carreira política no MDB em 1966. Foi eleito Deputado Estadual em 1974. **FONTE:** folhadevitória.com.br. **Acesso em 25/04/2014.**

²³¹ **Roberto Valadão** nasceu em Colatina, mas mudou-se para Cachoeiro de Itapemirim em 1953 como interno do Ateneu Cachoeirense. Destacou-se na década de 1960 com líder estudantil tendo sido presidente da Casa de Estudante. Com a implantação do Regime Militar em 1964 integrou-se as lutas oposicionista e participou da fundação do MDB de Cachoeiro. Foi vice-prefeito de Hélio Carlos Manhães de 1970-1972. Em 1972 foi eleito vereador tendo sido o mais votado nesta eleição. Foi candidato a Deputado Estadual em 1974, porém não conseguiu se eleger. **FONTE:** WWW.sefaz.es.gov.br. **Acesso em 15/04/2014.**

[Escreva aqui]

3.1.1 – A Campanha eleitoral

A ARENA saiu para a campanha eleitoral de 1974 com a certeza de uma vitória invicta, como um partido imbatível e unido. Segundo o Deputado Alcino Santos, líder da ARENA na ALES, foi montada para esta campanha um verdadeiro esquema político capaz de vencer qualquer eleição. Em pronunciamento na ALES publicado no jornal A Gazeta, Alcino Santos disse que o esquema político montado contava ainda com total apoio do Governador Artur Carlos e que “nunca, em oportunidade política alguma, um esquema governista funcionou com tamanho poderio político”²³².

O esquema político citado pelo deputado Alcino Santos, se tratava de visitas ao interior do estado com uma comitiva formada por: Artur Carlos (Governador do Estado), Élcio Álvares, o futuro vice-governador Carlos Alberto Von Schilgen, o candidato ao senado José Carlos da Fonseca e seu suplente, o médico Luiz Buaiz.

Em entrevista ao Jornal A Gazeta, o próprio Élcio Álvares afirmou que dentro da Arena não existia qualquer facção que não apoiasse a candidatura de José Carlos da Fonseca, que de norte a sul do estado, apesar das candidaturas a Deputado Federal e Estadual estarem separadas em ARENA I e ARENA II, todos arenistas estavam unidos em prol do candidato ao senado.²³³

Mas, apesar da fala de Élcio Álvares de união partidária, no norte do estado, especificamente no município de Colatina, um importante domicílio eleitoral, a ARENA se mostrou fragmentada. O ex-senador Raul Gilberti, manifestou publicamente apoio ao candidato do MDB, Dirceu Cardoso, ao caminhar de braços dados com o mesmo pelas principais ruas da cidade. O ex-senador chegou a afirmar que chegara o momento de pagar a Dirceu Cardoso o que lhe devia, referindo-se ao apoio dado por Dirceu a sua candidatura a prefeito nas eleições municipais de 1972.

Ainda assim, com esta manifestação pública de Raul Gilberti, a ARENA de Colatina, sempre confiante, afirmava que em nada alterava o quadro político em Colatina, pois, nas eleições municipais de 1972, o próprio Raul Gilberti não conseguiu

²³² LIDER satisfeito com a situação da ARENA. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 04 set. 1974.

²³³ ÉLCIO vê apoio total à Fonseca. *A Gazeta*, Vitória, p.8, 13 Ago.1974.

sequer se eleger prefeito da cidade, o que demonstrava falta de prestígio com o eleitorado.²³⁴

Segundo o líder do MDB na ALES, Deputado Carlos Alberto Cunha, o apoio do ex-senador Raul Gilberti e outros políticos de Colatina à campanha de Dirceu Cardoso, ao contrário do que dizia a ARENA, fazia vitoriosa sua campanha. O próprio Deputado Estadual da ARENA, Walter de Prá, oriundo de Nova Venécia, norte do estado, afirmou que esta eleição seria uma disputa difícil e a ARENA teria que empregar todas as suas forças para eleger seu candidato ao senado.²³⁵

Mesmo diante destas especulações, a direção da ARENA classificou o Espírito Santo, em uma pesquisa eleitoral, como estado imbatível, situando o mesmo numa classificação onde seus candidatos ganhariam o pleito majoritário, porém, com muita dificuldade, devido a problemas internos que poderiam favorecer a oposição, como o que estava ocorrendo em Colatina.²³⁶

Apesar da crença na vitória imbatível da ARENA na eleição de 15 de novembro de 1974, o futuro governador Élcio Álvares, em reunião realizada com lideranças políticas no dia 16 de setembro, no Palácio do Café, determinou a todos os membros da ARENA que trabalhassem empenhadamente no sentido de eleger José Carlos da Fonseca e que denunciasses aqueles que estivessem fazendo campanha contra a ARENA e seu candidato, pois este ato é considerado infidelidade partidária. Ao final da reunião, em entrevista a imprensa, Élcio Álvares afirmou confiar na vitória de José Carlos da Fonseca e que sentia o crescimento de seu nome em meio aos industriais, as camadas populares e por todos os lugares por onde tem passado.²³⁷

Toda esta crença da ARENA na vitória imbatível na eleição de 15 de novembro de 1974 se justifica como já foi dito, pelos nomes escolhidos para a disputa, pelo esquema político montado durante a campanha e, como demonstrou o jornalista Gutman Uchoa de Mendonça em matéria publicada em *A Gazeta* no dia 06 de outubro de 1974, pelo “poderio eleitoral espalhado por todo o estado”²³⁸.

²³⁴ RAUL surpreende com apoio dado a Dirceu. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 29 Ago. 1974.

²³⁵ MDB satisfeito com campanha. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 30 Ago 1974.

²³⁶ DIREÇÃO da ARENA classifica o Espírito Santo como estado imbatível. *A Gazeta*, Vitória, p. 10, 05 Set. 1974.

²³⁷ ÉLCIO Álvares quer fidelidade partidária. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 12 Set 1974.

²³⁸ AS eleições no Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 06 Out 1974.

[Escriba aqui]

Segundo esta matéria,

“[...] dos 53 municípios existentes no estado, 45 tem prefeitos da ARENA, restando 8 ao MDB; Dos 400 vereadores, 343 são da ARENA.[...] dos 53 municípios capixabas, em 24 não existe diretório do MDB. [...] dos atuais 21 deputados estaduais, 15 são da ARENA e 6 do MDB e dos 8 deputados federais, 5 são da ARENA”²³⁹.

Prosseguindo, a matéria continua dizendo que “examinado friamente o aspecto numérico do poderio da ARENA”, pode-se acreditar que na futura composição da ALES, que terá 24 vagas, a ARENA deverá fazer entre 15 e 18 cadeiras, restando ao MDB as demais. Na Câmara Federal a ARENA deverá fazer entre 5 e 6 cadeiras e o MDB, de duas a três.

Quanto ao senado, a ARENA acreditava na vitória certa de José Carlos da Fonseca, pois considerava o candidato da oposição, Deputado Dirceu Cardoso “um homem já calejado na política”, “difícil de ser criticado, mas também, difícil de ganhar as eleições”. Somado a isso, ainda tinha a presença do suplente de senador, o médico Luiz Buaz que, segundo lideranças arenistas, possuía a admiração de 70% dos eleitores da Grande Vitória, o que poderia “provocar um esvaziamento terrível na área da Grande Vitória, nos votos que o MDB poderia ter”²⁴⁰.

Ainda em se tratando da Grande Vitória, o próprio candidato José Carlos da Fonseca afirmou que sua votação em Vitória marcaria uma nova fase na história política do Espírito Santo, principalmente por poder contar com a liderança visível de dois candidatos companheiros, o futuro vice-governador Carlito Von Schilgen e o suplente de senador, o médico Luiz Buais e ainda pelas obras programadas pelo governo federal nesta área e que a população da capital entenderia que “a vitória arenista” seria a “garantia de novas e amplas perspectivas de progresso”²⁴¹.

Ainda falando sobre a garantia de vitória da ARENA na área da Grande Vitória, Élcio Álvares em depoimento ao Jornal A Gazeta disse que, a situação na Grande Vitória não era problemática para a ARENA, pois seria um absurdo se a ARENA

²³⁹ AS eleições no Espírito Santo. **A Gazeta**, Vitória, p. 05, 06 Out 1974

²⁴⁰ AS eleições no Espírito Santo. **A Gazeta**, Vitória, p. 05, 06 Out 1974.

²⁴¹ FONSECA diz que ARENA consegue boa vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 05, 06 Set 1974.

[Escriba aqui]

perdesse a eleição na capital, onde o prefeito, neste caso o arenista Crisógono Teixeira da Cruz, “realizava obras de grande importância na cidade”²⁴².

O próprio MDB reconhecia estes fatores e temia os resultados do pleito na Grande Vitória onde “a força oposicionista” não era mais a de anos anteriores, devido, “ao excelente governo do prefeito Crisógono Teixeira” que vinha realizando um excelente trabalho de investimentos em infraestrutura.

Sobre a campanha eleitoral da ARENA em Cachoeiro de Itapemirim, o próprio prefeito da cidade Theodorico Ferraço afirmou que o eleitorado cachoeirense recebeu com aplauso geral o comitê pró José Carlos da Fonseca. Disse ainda que acreditava firmemente na vitória deste devido à responsabilidade que o estado tinha no novo conceito de desenvolvimento que envolvia toda nação, e não teria sentido em Cachoeiro de Itapemirim a vitória de um candidato da oposição. Ferraço afirmou ainda que acreditava também que José Carlos da Fonseca obterá uma média de 60 a 70% dos votos válidos, pesando para isso o fato de ser um candidato jovem.²⁴³

Essas vitórias eram tidas como certas pela ARENA, devido ainda ao “poder interiorano quase esmagador” que funcionava em todo estado como apoio a esta força, poder este representado pelos prefeitos, deputados federais e estaduais em campanha, o próprio governador que se encontra no poder e pelo governador eleito que era considerado praticamente “o dono do estado”, quem “realmente tem o poder de comando das lideranças”²⁴⁴.

Assim, as eleições de 1974 no estado do Espírito Santo, principalmente para o cargo majoritário, neste caso de senador, eram consideradas por muitos políticos da ARENA e por muitos observadores políticos, como uma eleição que favoreceria a ARENA e a vitória desta era tida como esmagadora.

O MDB por sua vez, após lançar a candidatura do Deputado Federal Dirceu Cardoso ao Senado, também acreditava em sua vitória devido aos diversos apoios que vinham recebendo o que, para o líder do MDB na ALES, Deputado Carlos Alberto

²⁴² ÉLCIO Álvares quer fidelidade partidária. *A Gazeta*, Vitória, p.5, 17 Set. 1974.

²⁴³ UNIÃO da ARENA de Cachoeiro mostrada ao governador eleito. *A Gazeta*, Vitória, p.04, 06 Out 1974.

²⁴⁴ AS eleições no Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 06 Out 1974.

Cunha, declarava entender que “os resultados das eleições de 1974 iriam apresentar-se de modo e aspectos diferentes das eleições de 1970”²⁴⁵.

Para o Deputado, a “disputa de 1974 apresentava fatores que tornavam o pleito mais igualitário, diferente do pleito de 1970”, como por exemplo, a quantidade de candidatos onde o quantitativo de candidatos para a ALES era praticamente igual nos dois partidos. Essa igualdade demonstrava-se também para o Senado, onde, neste ano, havia apenas um candidato de cada partido.²⁴⁶

Sobre a estrutura humana, ou “esquema político”, montado pela ARENA para vencer as eleições, o mesmo parlamentar em discurso na ALES disse que,

“Se há vinte dias o candidato José Carlos da Fonseca tinha uma eleição tranquila e garantida pela estrutura partidária, hoje entendemos que aquela estrutura e aquela eleição tranquila de que pensavam os homens da ARENA se encontra seriamente ameaçada em decorrência da penetração que dia a dia vem adquirindo a candidatura ao Senado do Deputado Federal Dirceu Cardoso”²⁴⁷.

A penetração a que se refere o Dep. Carlos Alberto Cunha (MDB), se trata do apoio recebido pelo ex-senador Raul Gilberti, “que caminhou de braços dados pelas ruas de Colatina com Dirceu Cardoso”²⁴⁸ e outras figuras arenistas de Colatina, como o Deputado Federal Moacyr Dalla²⁴⁹.

Diante de tamanha força, o MDB não baixou guarda em nenhum momento. Orientados pela direção nacional do partido e por seus líderes no Congresso, o MDB capixaba anunciou que também abordaria em sua campanha aqui no estado, o grande tema nacional: o custo de vida. Tema considerado capaz de apaixonar a opinião pública e que poderia realmente favorecer eleitoralmente os candidatos do MDB.²⁵⁰

Em seu primeiro comício realizado no dia 15 de setembro de 1974 em Cariacica, município da Grande Vitória, a tônica dos discursos se deu em torno deste tema

²⁴⁵ MDB satisfeito com campanha eleitoral. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 30 Ago. 1974.

²⁴⁶ MDB satisfeito com campanha eleitoral. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 30 Ago. 1974.

²⁴⁷ MDB satisfeito com campanha eleitoral. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 30 Ago. 1974.

²⁴⁸ RAUL surpreende com apoio dado a Dirceu. *A Gazeta*, Vitória, p.05, 29 Ago. 1974.

²⁴⁹ UM pé de vento político. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano IV, p.06, Nº 13, Fev. 1974.

²⁵⁰ ELEIÇÃO e custo de vida. *A Gazeta*, Vitória, p. 04, 05 Set 1974.

[Escreva aqui]

relacionando-o com o baixo salário. Discursaram ainda sobre a necessidade de extinguir o AI-5 (Ato Institucional de nº5) e sobre as liberdades democráticas.²⁵¹

Após meses de campanha, a ARENA terminou sua caminhada eleitoral com um “memorável comício” realizado na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, com um público superior a 20 mil pessoas. O prefeito Ferraço em seu discurso “revelou que o povo de Cachoeiro” saberia dar uma resposta positiva àqueles que duvidavam do sucesso político da ARENA e que Cachoeiro iria dar uma consagrada vitória aos candidatos arenistas principalmente ao candidato ao senado, José Carlos da Fonseca.²⁵²

3.1.2 – Os Resultados Eleitorais

“Vitória parcial do MDB no ES e mais 15 estados”, assim noticiava o Jornal A Gazeta de 17/11/1974. Segundo a matéria, já no primeiro dia de apuração das eleições parlamentares em todos os estados, foi revelada uma tendência generalizada pelos candidatos ao senado do MDB, onde em 16 estados, inclusive o Espírito Santo, já era visível a vitória de senadores do MDB²⁵³. Em Vitória a tendência era favorável a Dirceu Cardoso que saiu em vantagem ao candidato da ARENA, mas ainda não era possível definir o quadro, pois a apuração não havia chegado a dois terços.

As lideranças da ARENA viam este quadro com muita apreensão, principalmente em relação, até certo ponto inesperada, da vitória de Dirceu Cardoso nos municípios de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim onde esperavam que seu candidato, José Carlos da Fonseca, iniciasse a recuperação dos votos da maciça votação que o candidato do MDB teve na Grande Vitória.²⁵⁴

Além da vantagem do candidato ao senado pelo MDB, o jornal A Gazeta também noticiava que para Deputado Federal, na região da Grande Vitória a vantagem

²⁵¹ MDB faz primeiro comício eleitoral dia 15 de setembro em Cariacica. **A Gazeta**, Vitória, p.05, 10 Set 1974.

²⁵² MAIS de 20 mil veem comício da ARENA. **A Gazeta**, Vitória, p.05, 14 Nov 1974.

²⁵³ VITÓRIA parcial do MDB no ES e mais 15 estados. **A Gazeta**, Vitória, p.01, 17 Nov 1974.

²⁵⁴ PRAÇA Oito. **A Gazeta**, Vitória, p. 4, 17 Nov 1974.

[Escreva aqui]

também se dava para os candidatos do MDB, resultado que vinha surpreendendo todos os setores. Mas ainda existia a esperança de que quando chegassem os resultados do interior do estado considerado reduto arenista, os mesmos suplantassem a vantagem adquirida na Grande Vitória.²⁵⁵

Após a apuração dos votos, confirmando a vitória do candidato ao senado pelo MDB, Dirceu Cardoso, o mesmo fez um pronunciamento declarando que não havia sido o nome dele que tinha ganhado as eleições, mas o Partido e que considerava a vitória dele como a vitória do povo, voto este de contrariedade e de protesto, uma espécie de aviso de insatisfação ao Governo.²⁵⁶

Ainda no mesmo pronunciamento, Dirceu Cardoso afirmou que nunca havia pensado na vitória no pleito. Mas que foi encontrando, durante a campanha pelos municípios, pessoas que foram aderindo ao seu nome, principalmente “a velha guarda do PSD que correspondeu ao seu apelo”. E que só começou a sentir o cheiro da vitória no comício realizado em São Gabriel da Palha onde pela primeira vez sentiu a proximidade dela ao avistar “o apoio maciço do povo de Nova Venécia e de Colatina que foi levar e tributar aquela homenagem” justamente no lugar “onde não tinha sequer um diretório municipal”²⁵⁷.

A Revista Espírito Santo Agora, na matéria intitulada “Um pé de vento político”, afirmou ainda que além da vitória para o Senado, o MDB melhorou seu desempenho elegendo três Deputados Federais e nove Deputados Estaduais, sendo que o Deputado Federal mais votado nesta eleição, Argilano Dario, era do próprio MDB²⁵⁸ além dos três Deputados Estaduais mais votados.²⁵⁹

O fato é que, apesar da vitória do MDB para o Senado e também do bom desempenho do MDB na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa, aumentando sua representação, a ARENA continuou com a maioria absoluta, elegendo para a Assembleia Legislativa 15 deputados e para a Câmara Federal, 5 deputados.

Mas em geral estes resultados geraram nos dois partidos, segundo matéria de A Gazeta, uma sensação de um impacto inesperado. O partido governista estava entre a

²⁵⁵ VOTAÇÃO mantém-se favorável ao candidato Dirceu Cardoso. **A Gazeta**, Vitória, p.4, 20 Nov 1974.

²⁵⁶ DIRCEU: eleição única no século. **A Gazeta**, Vitória, p. 05, 20 Nov 1974.

²⁵⁷ DIRCEU: eleição única no século. **A Gazeta**, Vitória, p. 05, 20 Nov 1974.

²⁵⁸ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO IV, nº 13, p.06, Fev. 1975.

²⁵⁹ TRE/ES.

[Escriba aquí]

surpresa e a perplexidade resultantes das volumosas perdas que jamais lhe passaram pelas previsões. Sentiam como se um “vácuo” existisse em sua “atmosfera de otimismo”, enquanto que o MDB, igualmente perplexo, ainda procurava por os pés no chão “para entender a súbita transmutação de seus temores pré-eleitorais”²⁶⁰.

Abaixo seguem as tabelas com os resultados eleitorais da eleição de 15 de novembro de 1974 para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Tabela XXVI – Resultados das eleições para Câmara dos Deputados – 1974

Classificação	Candidato Eleito	Partido de Origem	Partido Atual	Quantidade de votos
1º	Argilano Dario	PTB	MDB	44.767
2º	Gerson Camata	---	ARENA	33.814
3º	Mário Alves Moreira	---	MDB	27.948
4º	Moacyr Dalla	UDN	ARENA	24.044
5º	José Parente Frota	PSD	ARENA	21.178
6º	Henrique Pretti	PSD	ARENA	20.652
7º	Oswaldo Zanello	PRP	ARENA	19.894
8º	Aloísio Santos	---	MDB	19.039

Fonte: TRE-ES. Apud: Oliveira, 2013, p.266.

Observa-se na tabela supracitada a soberania da ARENA na Câmara dos Deputados, repetindo assim os resultados eleitorais de 1970. Percebe-se também o aparecimento de novos personagens políticos no plano nacional, como o Deputado Gerson Camata da ARENA e os deputados Mário Moreira Alves e Aloísio Santos do MDB e ainda o *status* que passou a ocupar Argilano Dario, figura histórica na política capixaba, que alcançou o primeiro lugar no quantitativo de votos.

Tabela XXVII – Resultados das eleições para Assembleia Legislativa – 1974

Classificação	Candidato Eleito	Partido de Origem	Partido Atual	Quantidade de votos
1º	Aldo Alves Prudêncio	---	MDB	15.313
2º	Hélio Carlos Manhães	PSP	MDB	13.009
3º	Nyder Barbosa de Menezes	---	MDB	12.852

²⁶⁰ DA advertência à reflexão. *A Gazeta*, Vitória, p.08, 20 Nov 1974.

[Escreva aqui]

4º	João M. Meneghelli	PSP	ARENA	12.433
5º	Emir Macedo Gomes	PSP	ARENA	12.231
6º	Syro Thedoldi Netto	---	ARENA	11.992
7º	Max Freitas Mauro	PTB	MDB	11.439
8º	Juarez Martins Leite	---	ARENA	10.194
9º	Pedro Leal	PSD	ARENA	10.117
10º	Setembrino Pelissari	UDN	ARENA	7.819
11º	Lúcio Merçon	PRP	ARENA	7.763
12º	José Luiz C. Correa	PRP	ARENA	7.542
13º	Délio R. Queiróz	---	ARENA	7.421
14º	Edson Machado	---	ARENA	7.197
15º	Clóvis de Barros	---	ARENA	6.925
16º	Dylio Penedo	---	ARENA	6.699
17º	Délio R. Correa	---	MDB	6.214
18º	Clério Vieira Falcão	---	MDB	6.212
19º	Paulo Barros	---	ARENA	6.158
20º	Walter De Prá	PSP	ARENA	6.100
21º	Dercílio Gomes Albuquerque	PRP	ARENA	5.899
22º	José T. Guimarães	---	MDB	5.491
23º	Carlos Alberto B. da Cunha	---	MDB	5.037
24º	Luiz Baptista	---	MDB	5.026

Fonte: Elaborado a partir de dados do TRE-ES.

Na Assembleia Legislativa, também é perceptível a presença de novas figuras no cenário político capixaba, a maioria eleitos pelo MDB, assim como também é perceptível a permanência de figuras históricas, vindas ainda dos antigos partidos do sistema partidário anterior a 1966, como os Deputados Emir de Macedo Gomes, Setembrino Pelissari e Lúcio Merçon.

Sobre estes resultados eleitorais, a Revista Espírito Santo Agora comentou que “a substancial mudança operada na composição da representação capixaba na Câmara Federal” não chegou “a representar uma renovação” por se tratar de “novas figuras” no tipo de representação, no caso Câmara Federal, “mas veteranos na política do Estado”, citando como exemplos Gerson Camata que foi Vereador e Deputado Estadual, Moacyr

[Escriba aqui]

Dalla, com três mandatos de Deputado Estadual e Henrique Pretti, atual vice governador do Estado e ex-deputado estadual²⁶¹.

Segundo a matéria, essa nova representação arenista ocupou os lugares de Élcio Álvares, José Carlos da Fonseca e José Tasso de Andrade que de um modo geral, não melhorou o naipe do jogo. Destes, José Carlos da Fonseca foi considerado o mais brilhante ocupando a terceira Secretaria da Câmara. E Élcio Álvares, “que virou governador do Estado”, usava toda sua inteligência e competência a serviço do sistema, “sempre encarregado de fazer passar no legislativo as mais drásticas e violentas medidas propostas pelo governo federal à nação”²⁶².

Enquanto ao MDB, a matéria diz que a nível federal “ganhou mais um deputado” e passou a ter uma “bancada de três”. Manteve Argilano Dario, o mais votado do pleito em toda história política do Estado e “substituiu Dirceu Cardoso por Aloísio Santos e Mário Moreira Alves” duas figuras de pouca expressão política se comparados a Dirceu Cardoso, que durante muitos anos “manteve acesa a vela oposicionista”²⁶³.

Em relação à Assembleia Legislativa, a Revista afirmou que “as substituições ocorridas, não alteraram o antigo produto”, pois continuaram com mandatos muitos políticos históricos da ARENA.²⁶⁴

Já no MDB, apesar do crescimento do número de cadeiras de 6 para 9, a bancada perdeu um de seus mais coerentes e corretos deputados: Américo Bernardes da Silveira que durante dois mandatos “primou pela coerência e não vergou o espinhaço aos acenos do governo”²⁶⁵.

3.1.3 – Os resultados eleitorais e seus fatores: Voto de protesto ou divisão da ARENA?

Como mostrou o jornal A Gazeta em várias matérias publicadas nos dias posteriores a eleição de 15 de novembro de 1974, os resultados eleitorais destas eleições, apesar de ter sido favorável a ARENA na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa, levou o partido do governo a uma derrota no Senado. O jornal A Gazeta

²⁶¹ UM pé de vento político. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, ANO IV, nº 13, p.07, Fev. 1975.

²⁶² UM pé de vento político. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, ANO IV, nº 13, p.07, Fev. 1975.

²⁶³ UM pé de vento político. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, ANO IV, nº 13, p.07, Fev. 1975.

²⁶⁴ UM pé de vento político. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, ANO IV, nº 13, p.07, Fev. 1975.

²⁶⁵ UM pé de vento político. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, ANO IV, nº 13, p.08, Fev. 1975.

considerou, no início, estes resultados, fruto do que estava ocorrendo em todo país: um protesto da sociedade brasileira contra os rumos tomados pelo Governo Federal.

As primeiras manifestações dos políticos da ARENA em relação aos resultados para o Senado foram de frustração. Se negavam em dizer que a derrota de José Carlos da Fonseca foi em virtude de divisões internas. O próprio candidato derrotado, José Carlos da Fonseca afirmou em entrevista que o país estava “vivendo um fenômeno social mais importante do que um simples episódio eleitoral”, se referindo as mudanças de pensamento da sociedade a nível nacional²⁶⁶.

Já o Deputado Estadual e Presidente da ARENA, Emir de Macedo Gomes, afirmou que os governos estadual e federal teriam que “analisar os resultados da eleição e procurarem corrigir os possíveis erros que provocaram a disparidade numérica verificada”, acreditando ser o resultado, um protesto da sociedade capixaba, de igual modo com o que estava acontecendo a nível nacional²⁶⁷.

Ainda segundo o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Theodorico Ferraço, os resultados foram “reflexos da situação nacional como a subida do custo de vida”, e no caso do Espírito Santo, somou-se ainda a “pregação e luta do Sr. Dirceu Cardoso”, um político de prestígio e com “enorme disposição de trabalho e capacidade”.

Sobre a vitória do candidato a Deputado Estadual pelo MDB, Hélio Carlos Manhães, para Ferraço, seus votos foram em sua maioria, 40%, de caráter emocional, referindo-se aos problemas enfrentados por este com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em virtude de um processo movido contra ele pelo Tribunal de Contas por irregularidade em sua administração na Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim (1971-1973), que acabaram fazendo de Manhães, “vítima do acaso”²⁶⁸.

Segundo Hélio Carlos Manhães, ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim e Deputado Estadual eleito pelo MDB, ao contrário do que afirmou Ferraço, o partido falou diretamente o que o povo queria ouvir e o resultado das eleições representou uma reação do povo ao aceitar a mensagem do MDB, e que nestas eleições, a opinião pública aceitou examinar os grandes temas e os grandes problemas do dia-a-dia. Sem falar, continuou Manhães, nas palavras corajosas de Dirceu Cardoso que empolgou todas as

²⁶⁶ FONSECA nega que vai denunciar traição. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 20 Nov 1974.

²⁶⁷ EMIR Macedo pede correção de possíveis erros. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 20 Nov 1974.

²⁶⁸ FERRAÇO vê reflexos da situação nacional. **A Gazeta**, Vitória, p.06, 20 Nov 1974.

áreas do Estado, “notadamente nos centros mais politizados, como Cachoeiro, onde o MDB nunca perdeu uma eleição”. Somado a tudo isso, em Cachoeiro a campanha política evoluiu mais ainda com a participação extraordinária da liderança jovem de Roberto Valadão que dizia “francamente as verdades da oposição”, colocando o povo bem informado.²⁶⁹

O Deputado Federal e Presidente do Diretório Estadual do MDB, Argilano Dario, afirmou em depoimento a A Gazeta que o resultado eleitoral brasileiro não foi fruto de um fenômeno, “mas um desejo pleno de mudança que o povo exerce periodicamente”, e “considerou como excelente para o MDB o resultado do pleito e, no caso do Espírito Santo, uma vitória extraordinária”, não somente para o senado, mas também para a Câmara Federal, que teve uma votação surpreendente, devido, segundo ele, a “conscientização popular pela necessidade de mudança”²⁷⁰.

O Senador eleito, Dirceu Cardoso, num primeiro pronunciamento após os resultados eleitorais, afirmou que sua eleição havia sido uma vitória do povo capixaba que lhe deu um voto de contrariedade e de protesto.²⁷¹

Já o governador eleito, Elcio Álvares não acreditava nesta tese, ou procurava transparecer outra explicação. Segundo ele, em entrevista coletiva, o interior do estado não reagiu com a intensidade necessária que precisaria e que a Grande Vitória mostrou uma evolução no quantitativo de votos dados à ARENA em relação ao pleito anterior, onde em 1970 a ARENA teve apenas 15 por cento de sua votação e neste pleito passou a ter 30 por cento, o que foi, para ele, “um aumento considerável da potencialidade dos candidatos do partido”. Mostrou-se ainda satisfeito com o resultado geral das eleições, onde a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa fez a maioria das cadeiras. Para ele, porém, o resultado do senado “surpreendeu-o inteiramente”²⁷².

Mas, depois de passados os primeiros dias das eleições e já tendo o resultado eleitoral, uma matéria do Jornal A Gazeta, publicada no dia 20 de novembro de 1974, afirmou que estes resultados tratavam-se “de um fenômeno nacional” que se originou de “fatores eminentemente políticos”, como o processo de escolhas dos nomes para governadores que resultou num desgaste para as principais lideranças arenistas regionais

²⁶⁹ MANHÃES denuncia abandono do interior. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 20 Nov 1974.

²⁷⁰ ARGILANO analisa participação do povo na política. **A Gazeta**, Vitória, p.06, 20 Nov 1974.

²⁷¹ DIRCEU: eleição única no século. **A Gazeta**, Vitória, p. 05, 20 Nov 1974.

²⁷² ÉLCIO diz que a hora é de construir. **A Gazeta**, Vitória, p.08, 20 Nov 1974.

[Escreva aqui]

que acabaram se desintegrando e passaram a se preocupar com a eleição para as Assembleias e para Câmara, ou seja, “deixou de haver um compromisso efetivo entre os nomes indicados” para o Senado, e as “lideranças estaduais do partido”, surgindo ao final “uma ARENA anêmica, desorientada, incapaz de fazer frente aos próprios males”²⁷³.

A Revista Espírito Santo Agora, meses mais tarde, tratou destes resultados como “dissensões internas” da ARENA. Na matéria intitulada “Um pé de vento político”, a revista afirmou que um inesperado pé de vento político havia rompido os cordões de isolamento que sempre garantiam vitórias tranquilas a ARENA, onde o MDB servia apenas para “colorir a festa” e levou a “torcida adversária” a vazar “pelas rachaduras das dissensões internas” da ARENA e escorar a “cambaleante passeata” de Dirceu Cardoso do MDB²⁷⁴.

Segundo a Revista Espírito Santo Agora, “a vitória do Deputado Federal Dirceu Cardoso para o Senado não se enquadra na qualificação de protesto nacional”, como o que estava ocorrendo em outros estados, apesar deste aspecto pesar a seu favor, “pois antigos votos nulos foram carreados para o MDB capixaba”, mas sua vitória “dependeu da ajuda de arenistas do interior do Estado que preferiram acompanhar Dirceu como forma de protestar contra a divisão territorial da ARENA”. Muitos arenistas pegaram carona na campanha de protesto do MDB para “salvar focos eleitorais em suas regiões” o que beneficiou Dirceu Cardoso²⁷⁵.

A revista prossegue nesta matéria citando exemplos da presença de arenistas na votação de Dirceu Cardoso como em Colatina onde o Deputado Moacyr Dalla “apoiou ostensivamente a candidatura de Dirceu Cardoso”, resultando na vitória deste, “com enormes folgas”²⁷⁶.

Em Cachoeiro de Itapemirim, o “MDB retomou os votos que se achavam emprestado ao prefeito Ferraço Filho”, referindo-se a vitória deste na eleição para prefeito em 1972 com votos do MDB, “para determinar uma vitória larga” de Dirceu Cardoso. Segundo a revista, a vitória do candidato do MDB ao Senado em Cachoeiro de Itapemirim, “contou ainda com a proposital displicência do prefeito arenista” que se

²⁷³ DA advertência à reflexão. **A Gazeta**, Vitória, p.08, 20 Nov 1974.

²⁷⁴ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO IV, nº 13, p.06, Fev. 1975.

²⁷⁵ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO IV, nº 13, p.06, Fev. 1975.

²⁷⁶ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO IV, nº 13, p.06, Fev. 1975.

preocupou em eleger seu candidato a Deputado Estadual, seu auxiliar Clóvis Barros. Para a Revista, o prefeito Ferraço “visou apenas a salvar-se e queimou as outras disputas em que se achava envolvido seu partido”²⁷⁷.

Em depoimento a Revista Espírito Santo Agora, o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Theodorico Ferraço, da ARENA, demonstrou sua falta de comprometimento com o partido, afirmando que tinha feito o que pode se fazer pela candidatura de José Carlos ao Senado, mas que os resultados apurados eram “reflexos da situação nacional” e que o Espírito Santo estaria muito bem representado no Senado com Dirceu Cardoso e que o maior presente que o povo de Cachoeiro pode dar a ele foi a eleição de seu candidato a Deputado Estadual, Clóvis de Barros.²⁷⁸

Com esta fala do prefeito Ferraço, confirma-se a ideia de que o mesmo não se comprometeu com as outras candidaturas de seu partido em especial a de José Carlos da Fonseca ao Senado, confirmando assim, a divisão interna da ARENA em Cachoeiro de Itapemirim.

Na Grande Vitória, a frente favorável ao candidato da oposição não se igualou a números anteriores, foi menor que na eleição de 1970. “Acostumada a deixar para a ARENA 15 a 20 por cento dos votos, dessa vez consentiu ir além dos 30 por cento”²⁷⁹.

Assim, a conclusão a que podemos chegar sobre tudo isso é que, no caso do Espírito Santo, o que levou a vitória do candidato do MDB ao senado e ao aumento na representação do MDB na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa, foi mais uma divisão da ARENA onde muitos políticos deste partido, como afirmou a Revista Espírito Santo Agora, “preferiram acompanhar Dirceu Cardoso”²⁸⁰.

Nos primeiros momentos dos resultados, ainda no calor das emoções ou não querendo demonstrar o enfraquecimento da ARENA, muitos políticos confirmaram a ideia de voto de protesto, mas logo passados estes períodos, já cientes e conscientes dos resultados, uma verdade já era aceita, a da divisão interna.

²⁷⁷ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO IV, nº 13, págs.06-07, Fev. 1975.

²⁷⁸ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO IV, nº 13, págs.06-07, Fev. 1975.

²⁷⁹ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO IV, nº 13, p.07, Fev. 1975.

²⁸⁰ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO IV, nº 13, p.06, Fev. 1975.

Uma matéria do dia 20 de novembro de 1974, afirmava que “o fracasso eleitoral do último dia 15”, referindo-se a eleição de 15 de novembro, “deve ser mais creditada ao enfraquecimento da ARENA do que ao revigoramento do MDB”. Segundo esta matéria, o MDB continuou desempenhando o seu papel de criticar o governo e encontrou um campo fértil junto à opinião pública enquanto que a ARENA, após uma série de desgastes políticos nas escolhas dos nomes para governador, gerou no partido uma desintegração que acabou levando as lideranças a se recolherem em suas bases eleitorais numa atmosfera de um autêntico salve-se quem puder.²⁸¹

3.2 – Os casos de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina

Nas eleições de 1974, compareceram às urnas, segundo dados do TRE-ES, um total de 449.000 eleitores, para as eleições do Senado e Câmara, com uma abstenção de 22,6% do eleitorado e de 448.420 para as eleições da Assembleia Legislativa, com uma abstenção de 22,7% do eleitorado²⁸².

Para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória, a participação do eleitorado nas urnas, deu-se da seguinte forma:

Tabela XXVIII – Participação do eleitorado nas eleições de 1974.

Município	Comparecimento	Votos Brancos e Nulos
Cachoeiro de Itapemirim	30.129	3.345
Colatina	28.403	3.012
Vitória	60.356	8.927
Total:	118.888	15.284

FONTE: Mapa Totalizador de Apuração: TRE-ES.

Os resultados eleitorais para a Assembleia Legislativa, nestes três municípios e por partido, deram-se assim:

Tabela XXIX – Resultados eleitorais do MDB para ALES – 1974.

Município	Votos no Partido	Votos na legenda	Votos em Branco	Votos Nulos	Total de Votantes
Cachoeiro de Itapemirim	15.040	411	2.023	1.322	18.796
Colatina	2.199	130	2.004	1.008	5.341

²⁸¹ DA advertência à reflexão. **A Gazeta**, Vitória, p.08, 20 Nov 1974.

²⁸² TRE-ES.

[Escreva aqui]

Vitória	28.095	1.277	4.935	3.992	38.299
Total	45.334	1.818	8.962	6.322	62.436

FONTE: Mapa totalizador de Apuração: TRE-ES.

Tabela XXX - Resultados eleitorais da ARENA para ALES – 1974.

Município	Votos no Partido	Votos na legenda	Votos em Branco	Votos Nulos	Total de Votantes
Cachoeiro de Itapemirim	11.744	350	---	---	12.094
Colatina	23.192	178	---	---	23.370
Vitória	23.334	423	---	---	23.757
Total	58.270	951	---	---	59.221

FONTE: Mapa totalizador de Apuração: TRE-ES.

Pode-se observar nas tabelas acima que o MDB, para a Assembleia Legislativa, teve mais votos que a ARENA nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, dando um total de 49,91% e 46,54% de votos válidos, respectivamente.

Em Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, a vitória do MDB se justifica, numa primeira leitura, pela presença de candidatos fortes do partido neste pleito²⁸³, como são os casos de Hélio Carlos Manhães (prefeito de 1971-1973) e Roberto Valadão (líder estudantil na década de 1960, vice-prefeito entre 1971-1973 e vereador mais votado nas eleições municipais de 1972) em Cachoeiro de Itapemirim, que juntos tiveram 13.287 votos dos 15.040 dados ao partido. Já em Vitória, a presença dos candidatos Aldo Alves Prudêncio (prefeito de Cariacica de 1971-1973), Max Mauro (ex-prefeito de Vila Velha entre 1971-1973), Clério Vieira Falcão (vereador de Vitória pelo 2º mandato), Darcy Castello de Mendonça (Radialista, advogado e vereador de Vitória) e Délio Rodrigues Correa (Vereador de Vitória), fizeram a diferença nos resultados eleitorais²⁸⁴, pois juntos, totalizaram 15.054 votos, ou seja, mais da metade dos votos dados ao MDB²⁸⁵.

Por sua vez, a ARENA obteve uma maior votação no município de Colatina, devido à presença marcante de políticos deste partido, neste município, como os candidatos a Deputados Estaduais, o ex-prefeito Syro Tedoldi (1971-1973) e o

²⁸³ OS prováveis representantes do MDB na Câmara e na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p.07, 20 Nov 1974.

²⁸⁴ OS prováveis representantes do MDB na Câmara e na Assembleia. **A Gazeta**, Vitória, p.07, 20 Nov 1974.

²⁸⁵ TRE-ES.

[Escreva aqui]

Deputado Estadual João Meneguelli²⁸⁶ (que tentava a reeleição pela terceira vez) que juntos somaram 18.473 votos dentro de Colatina, num total de 23.370, ou seja, 79,04 por cento dos votos dados ao partido²⁸⁷.

A seguir, seguem os resultados para a Câmara dos Deputados nestes mesmos municípios.

Tabela XXXI - Resultados eleitorais do MDB para Câmara dos Deputados – 1974.

Município	Votos no Partido	Votos na legenda	Votos Branco/Nulos	Porcentagem de Votos Válidos	Total de Votantes
Cachoeiro de Itapemirim	13.768	608	4.831	46,35%	14.376
Colatina	2.182	142	3.930	8,08%	2.324
Vitória	26.645	1.605	10.865	45,29%	28.250
Total	42.595	2.355	19.626	---	44.950

FONTE: Mapa totalizador de Apuração: TRE-ES.

Tabela XXXII - Resultados eleitorais da ARENA para Câmara dos Deputados – 1974.

Município	Votos no Partido	Votos na legenda	Votos Branco/Nulos	Porcentagem de Votos Válidos	Total de Votantes
Cachoeiro de Itapemirim	11.530	277	---	38,06%	11.807
Colatina	22.291	189	---	78,23%	22.480
Vitória	22.846	414	---	37,29%	23.260
Total	56.667	880	---	---	57.547

FONTE: Mapa totalizador de Apuração: TRE-ES.

Para a Câmara dos Deputados, houve uma repetição do que ocorreu para a Assembleia Legislativa. O MDB teve um desempenho eleitoral maior nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória enquanto que, a ARENA teve um melhor desempenho no município de Colatina.

Os motivos também podem ser explicados tanto, como já foi exposto, devido à presença de candidatos fortes do partido, como também pelo modelo de votação apresentado neste ano, que era o voto vinculado²⁸⁸, de Deputado Federal e Deputado

²⁸⁶ OS mais votados da ARENA, para deputado federal e estadual. *A Gazeta*, Vitória, p. 07, 20 Nov 1974.

²⁸⁷ TRE-ES.

²⁸⁸ É aquele em que o eleitor está condicionado a votar em candidatos de um mesmo partido às eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, sob pena de nulidade do voto para os dois cargos. **FONTE:** Entrevista com Roberto Valadão.

[Escreva aqui]

Estadual, o que levou a um resultado parecido. No caso de Cachoeiro de Itapemirim, o que contou também foi à existência de um “diretório forte e organizado do MDB” e da “tradição do eleitor de Cachoeiro de votar em candidatos do MDB²⁸⁹”.

Sobre os resultados de Vitória, é interessante lembrar a presença de Aloísio Santos (vice-prefeito de Cariacica 1971-1973) na chapa do MDB, como “puxador de voto” e de Argilano Dario, Presidente do Diretório do MDB e também, o candidato mais votado nesta eleição. Somados, só as votações destes dois candidatos totalizaram 14.293 votos, num total de 26.645 votos dados ao partido, ou seja, 53,64 por cento.²⁹⁰

Quanto à ARENA em Colatina, também é importante frisar a participação neste pleito e disputando a eleição para a Câmara Federal os Deputados Moacyr Dalla e Oswaldo Zanello, ambos deste município, que juntos somaram 12.059 votos sem falar na votação expressiva de Gérson Camata neste município, um total de 6.648 votos, que somado aos votos dos outros dois acima, totalizaram 18.707 votos, ou seja, 83,21 por cento dos votos dados a ARENA.²⁹¹

Assim, percebe-se um desempenho eleitoral da ARENA em Colatina, para a Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados, em relação à quantidade de votos, muito maior do que em Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, explicado pelos candidatos que este partido possuía neste município, tanto para a Assembleia Legislativa quanto para a Câmara dos Deputados. Ao contrário de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, onde despontavam figuras do MDB, e também por serem municípios onde historicamente o MDB sempre teve mais votos.

O mau desempenho eleitoral da ARENA em Cachoeiro de Itapemirim, neste pleito de 1974, também se justifica pela não participação direta, de Theodorico de Assis Ferraço, figura histórica na política cachoeirense e também capixaba, na disputa eleitoral, por estar em um mandato de prefeito (1973-1977) e por ter centralizado suas forças na eleição de seu candidato a Deputado Estadual, Clóvis de Barros.²⁹²

Quanto os resultados eleitorais para o Senado, os mesmos não seguiram o modelo da Assembleia e da Câmara. O que para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, foi uma repetição de dados, para o Senado, os resultados foram alterados inesperadamente, o que ocasionou a virada do MDB.

Seguem, abaixo, os resultados para o Senado nos municípios em análises.

²⁸⁹ Entrevista com Roberto Valadão.

²⁹⁰ TRE-ES.

²⁹¹ TRE-ES.

²⁹² FERRAÇO vê reflexos da situação nacional. *A Gazeta*, Vitória, p.06, 20 Nov 1974.

Tabela XXXIII - Resultados eleitorais da ARENA e do MDB para o Senado – 1974.

Município	Número de Votantes	Votos na ARENA	Porcentagem de votos válidos	Votos no MDB	Porcentagem de Votos válidos
Cachoeiro de Itapemirim	30.129	10.107	33,54%	16.303	54,11%
Colatina	28.734	11.716	40,77%	14.250	49,59%
Vitória	62.375	14.752	23,65%	36.462	58,45%
Total	121.238	36.575	30,16%	67.015	55,27%

FONTE: Mapa totalizador de Apuração: TRE-ES.

Como se pode observar para o Senado, houve uma mudança no desempenho eleitoral da ARENA. Enquanto que, para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, a ARENA teve um maior desempenho no município de Colatina, para o Senado, não teve o mesmo sucesso, ou seja, o MDB saiu em vantagens sobre a ARENA nos três municípios em análise.

No caso de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, já se sabe por que o MDB apresentou estas vantagens eleitorais sobre a ARENA: presença de candidatos fortes, os chamados de puxadores de votos, diretório do MDB forte e organizado e por serem grandes centros urbanos, onde para Carvalho (2008), o eleitorado tinha uma maior identificação com o partido.

E no caso de Colatina? O que justifica esta guinada eleitoral para o MDB, já que, para a Assembleia Legislativa e para a Câmara a ARENA apresentou um desempenho eleitoral de 82,28% e 78,23% respectivamente e para o Senado ela cai para 40,77%? Onde estavam os puxadores de votos da ARENA, neste caso, os candidatos a Deputados Federais Moacyr Dalla e Oswaldo Zanello e os Candidatos a Deputados Estaduais, Syro Tedoldi Neto e João Manoel Meneguelli?

Onde estavam os votos dados aos candidatos da ARENA do município? E a votação expressiva do candidato a Deputado Federal Gérson Camata neste município?

Os candidatos a Deputados Estaduais da ARENA obtiveram em Colatina, conforme tabela, 23.370 votos sendo que só os dois candidatos de Colatina, Syro Tedoldi Neto e João Manoel Meneguelli, tiveram 18.473 votos. Os candidatos a Deputados Federais da ARENA obtiveram em Colatina, conforme tabela, 22.480 votos,

[Escriba aqui]

sendo que só os dois candidatos do município tiveram 12.059 votos. Como explicar a votação de 11.716 votos no candidato ao Senado da ARENA em Colatina?

Segundo Oliveira (2013), a ARENA de Colatina estava dividida em virtude das eleições municipais de 1972, onde o Deputado Federal Elcio Álvares apoiou na época, a candidatura do candidato Paulo Stefenoni que disputava a eleição com o ex-senador Raul Gilberti que fora apoiado pelo Deputado Estadual Moacyr Dalla.

Devido este confronto, em 1972, na eleição de 1974 cada grupo seguiu por um caminho. O grupo do prefeito Paulo Stefenoni apoiou o candidato José Carlos da Fonseca e o Deputado Moacir Dalla e o ex-senador Raul Gilberti apoiaram Dirceu Cardoso²⁹³, resultando na vitória deste.

Assim, constata-se que, a eleição de Dirceu Cardoso para o Senado em 1974, foi mais fruto da fragmentação interna da ARENA do que um protesto da população capixaba contra o Regime Militar.

Como disse o professor Ademar Martins, citado por Oliveira (2013), “se o eleitorado” capixaba quisesse protestar, deveria ter votado por completo nos candidatos do MDB²⁹⁴ o que não ocorreu no Espírito Santo.

Segundo a Revista Espírito Santo Agora,

A vitória do Deputado Federal Dirceu Cardoso não se enquadra na qualificação de “protesto nacional” que pode ser creditada para a eleição de senadores de outros estados. [...] Sua vitória dependeu da ajuda de arenistas do interior do Estado, que preferiram acompanhar Dirceu como uma forma de protestar contra a divisão territorial da Arena²⁹⁵.

Em Cachoeiro de Itapemirim, a vitória do candidato Dirceu Cardoso se deu em virtude da existência de um Diretório organizado do MDB e também da

[...] proposital displicência do prefeito arenista [...] que preferiu concentrar suas forças no sentido de eleger deputado estadual o seu auxiliar Clóvis de Barros. [...] Visou apenas a salvar-se e queimou as outras disputas em que se achava envolvido o seu partido²⁹⁶.

²⁹³ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO VI, nº 16, p.7. Fev 1975.

²⁹⁴ MARTINS, Ademar. **Espírito Santo**: miniatura eleitoral do Brasil. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte: Reunidas, nº 43, p.195-196, 1976. Apud: OLIVEIRA, 2013, p.269.

²⁹⁵ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO VI, nº 16, p.6. Fev 1975.

²⁹⁶ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO VI, nº 16, págs.6-7. Fev 1975.

Já na Grande Vitória, os resultados eleitorais do MDB “não se igualou a números anteriores: foi bem menor”, pois o MDB acostumava “deixar para a ARENA 15 a 20 por cento dos votos, dessa vez consentiu ir além de 30 por cento”²⁹⁷, o que para o futuro governador Élcio Álvares, foi “um aumento considerável da potencialidade dos candidatos do partido”²⁹⁸.

Apesar da vitória do MDB no município de Vitória, capital do Estado, a diferença em relação às eleições anteriores foi menor. Isto pode ser explicado, como já afirmado nos tópicos anteriores, pela presença do médico Luiz Buais na chapa de José Carlos da Fonseca como suplente de senador, figura bem aceita pela população de Vitória, pelo trabalho desenvolvido pelo prefeito Crisógono Teixeira, considerado um dos melhores prefeitos que a capital já teve, sem falar na expressiva votação de uma nova liderança política, o Deputado Gérson Camata, que só em Vitória obteve 6.853 votos.

²⁹⁷ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO VI, nº 16, p.7. Fev 1975.

²⁹⁸ ÉLCIO diz que a hora é de construir. **A Gazeta**, Vitória, p.08, 20 Nov 1974.

[Escriba aquí]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a ARENA/ES (Aliança Renovadora Nacional do Espírito Santo) proporcionou-me conhecer um pouco da história política do Espírito Santo e ao mesmo tempo compreender a formação político partidária do Estado, bem como, os arranjos e rearranjos eleitorais realizados em alguns períodos da história política capixaba, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970.

Como bem expressou Gramsci, podemos dizer que escrever a história de um partido político, significa exatamente escrever a história geral de um país, e no meu caso, de um estado.

Escrever sobre a ARENA proporcionou-me, conhecer e escrever um pouco sobre a história política do Estado do Espírito Santo.

O que de mais significativo estarei levando deste trabalho é poder conhecer e saber que no estado do Espírito Santo uma elite política conduziu todo o processo político eleitoral desde a República Velha, começando pelos irmãos Jerônimo Monteiro (Presidente do estado entre 1908-1912, Deputado Federal de 1915-1918, Senador de 1918 – 1927) e Bernardino Monteiro (Presidente do estado de 1916-1920, Senador de 1909-1916, 1920-1921, 1921 -1930), passando para seu sobrinho Carlos Lindemberg (Secretário da Fazenda e de Secretário de Agricultura Terras e Colonização no governo Bley, eleito Deputado Federal Constituinte em 1934 e em 1946. Eleito governador em 1947 e em 1958) os quais expressavam e traduziam os interesses das forças agro fundiárias do Espírito Santo.

[Escreva aqui]

Nas décadas de 1950 e 1960 outros grupos políticos e de interesses, como o urbano-industrial, alijados dentro do PSD, disputaram os espaços com o grupo agro fundiário, e esta disputa se deu em todo o período democrático, 1945-1964, quando estas elites se digladiaram em partidos políticos diferentes, que durante todo período democrática ficaram em lados opostos, o PSD, representando os interesses urbano-industriais de um lado e a Coligação Democrática, formada por diversos partidos, entre eles o PTB, o PSP e a UDN, representando os interesses agro fundiários, de outro.

Assim, as eleições que se seguiram neste período representaram as disputas de interesses destes grupos, representados por Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves (PSD) de um lado (urbano-industrial) e Francisco Lacerda de Aguiar e Eurico Rezende (Coligação Democrática) do outro (agro fundiários).

Estes grupos diversos migraram, em sua maioria, para a ARENA, o partido criado por decreto em 1965 para dar apoio ao Governo militar instalado no país em abril de 1964. E dentro deste partido, continuaram suas disputas durante todo o Regime Militar.

Além disso, o que também trouxe muita contribuição para minha formação foi descobrir, a partir desta migração partidária descrita acima, ou como bem coloca Madeira (2002), trânsito partidário, que a ARENA no Espírito Santo, assim como no Brasil, possuía dentro de si uma vastidão ideológica, fruto da variedade partidária recebida entre 1965/1966, quando da extinção dos antigos partidos e ao mesmo tempo criação das novas organizações, neste caso a ARENA e o MDB.

O que também é perceptível nestas novas agremiações, e que Oliveira (2013) trabalha em sua tese de Doutorado, são as identificações com as antigas organizações partidárias que os políticos, agora inseridos na ARENA e no MDB, fazem de si, como se as atuais legendas, e aí Kinzo (2008) trabalha muito bem esta questão, fossem temporárias.

Sobre isso, Madeira (2002) fala que apesar de o AI-2 instituir uma nova moldura institucional, isso não significou a anulação da história partidária e individual construída pelos políticos até aquela data. Para ele, na transição do sistema multipartidário para o bipartidário, entre 1965 e 1966, foram transferidas para as novas agremiações partidárias, ARENA e MDB, não só as principais lideranças, mas também suas redes políticas, suas bases eleitorais e sua história.

A permanência destes conflitos de grupos de interesses dentro da ARENA aconteceu durante todo tempo de existência do bipartidarismo e foi refletido nos
[Escreva aqui]

resultados eleitorais, tanto para cargos públicos que requeriam eleições diretas, como para cargos de comando, neste caso o diretório da ARENA e Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, apesar de o governo tentar, em muitas eleições, amenizar estes conflitos através de acordos políticos.

A eleição que mais mostrou estas fragmentações da ARENA e que fugiu do controle do governo foram as eleições de 1974, principalmente para o Senado, quando o candidato do MDB, Dirceu Cardoso, venceu o pleito contra o candidato da Arena, José Carlos da Fonseca, principalmente em redutos onde a ARENA se mostrava mais forte, como no município de Colatina, no norte do estado.

A presente dissertação, que partiu de um objeto-problema, o estudo do desempenho eleitoral da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) no estado do Espírito Santo na eleição de 1974, especificamente os resultados eleitorais dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória, estudou os resultados das eleições de 1974 e ao mesmo tempo procurou responder a hipótese de que o mal desempenho da ARENA nas eleições para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados e a vitória do MDB no senado, foi mais consequência da divisão interna da própria ARENA do que um protesto da sociedade capixaba ou uma virada política contra o regime militar.

Estudando os casos de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, foi constatado, a partir de dados do TRE-ES que, para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, o MDB obteve mais votos que a ARENA. Estes resultados foram justificados, numa primeira leitura, partindo das análises do Jornal A Gazeta, pela presença de candidatos fortes do partido neste pleito. Em Cachoeiro de Itapemirim, o ex-prefeito Hélio Carlos Manhães, o ex-vice prefeito e também líder estudantil na década de 1960, Roberto Valadão, e em Vitória, a presença dos candidatos Aldo Alves Prudêncio (prefeito de Cariacica de 1971-1973), Max Mauro (ex-prefeito de Vila Velha entre 1971-1973), Clério Vieira Falcão (vereador de Vitória pelo 2º mandato), Darcy Castello de Mendonça (Radialista, advogado e vereador de Vitória) e Délio Rodrigues Correa (Vereador de Vitória), fizeram a diferença nos resultados eleitorais, pois juntos, totalizaram 15.054 votos, ou seja, mais da metade dos votos dados ao MDB.

O mesmo aconteceu em Colatina, porém favorecendo a ARENA, devido à presença marcante de políticos deste partido, neste município, como os candidatos a Deputados Estaduais, o ex-prefeito Syro Tedoldi (1971-1973) e o Deputado Estadual João Meneguelli.

[Escriba aqui]

Em se tratando da Câmara dos Deputados, os motivos da vitória do MDB em Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, também foram explicados, como afirmou Roberto Valadão em entrevista, pelo modelo de votação apresentado naquele ano, que era o voto vinculado, de Deputado Federal e Deputado Estadual, o que levou a um resultado parecido. Ainda de acordo com Valadão, no caso de Cachoeiro de Itapemirim, o que contou também foi à existência de um diretório forte e organizado do MDB e da tradição do eleitor de Cachoeiro de votar em candidatos do MDB.

Quanto à ARENA em Colatina, também é importante frisar a participação neste pleito e disputando a eleição para a Câmara Federal os Deputados Moacyr Dalla e Oswaldo Zanello, ambos deste município, que juntos somaram 12.059 votos sem falar na votação expressiva de Gérson Camata neste município, um total de 6.648 votos, que somado aos votos dos outros dois acima, totalizaram 18.707 votos, ou seja, 83,21 por cento dos votos dados a ARENA.

Outro fator que contribuiu para o mau desempenho eleitoral da ARENA em Cachoeiro de Itapemirim, neste pleito de 1974, também justificada pela Revista Espírito Santo Agora, foi a não participação direta do então prefeito Theodorico de Assis Ferraço, figura histórica na política cachoeirense e também capixaba, na disputa eleitoral, por estar em um mandato de prefeito (1973-1977) e por ter centralizado suas forças na eleição de seu candidato a Deputado Estadual, Clóvis de Barros, que inclusive fora eleito. Ferraço não se importou em quem o eleitorado de Cachoeiro iria votar para os outros cargos, principalmente para o Senado. Segundo a Revista, o prefeito Ferraço permitiu que os candidatos do MDB crescessem eleitoralmente em seu município, inclusive prejudicando a reeleição de José Tasso para a Câmara dos Deputados.²⁹⁹

Quanto os resultados eleitorais para o Senado, vimos que os mesmos não seguiram o modelo da Assembleia e da Câmara. O que para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, foi uma repetição de dados, para o Senado, os resultados foram alterados inesperadamente, o que ocasionou a virada do MDB, pois o mesmo saiu em vantagens sobre a ARENA nos três municípios em análise.³⁰⁰

No caso de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, sabemos que o MDB apresentou estas vantagens eleitorais sobre a ARENA devido a presença de candidatos fortes, os chamados de puxadores de votos, a existência de um diretório do MDB forte e

²⁹⁹ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO VI, nº 16, págs.6-7. Fev 1975.

³⁰⁰ TRE-ES

organizado e por serem grandes centros urbanos, onde para Carvalho (2008), o eleitorado tinha uma maior identificação com o partido.

No caso de Colatina, a guinada eleitoral do MDB para o senado, foi explicada num primeiro momento, baseado na tese de Oliveira (2013), que diz que a ARENA de Colatina estava dividida nesta eleição de 1974, em virtude das eleições municipais de 1972, onde o então Deputado Federal Élcio Álvares apoiou, na época, a candidatura de Paulo Stefenoni para prefeito, que disputava a eleição com o ex-senador Raul Gilberti que fora apoiado pelo Deputado Estadual Moacyr Dalla, todos da ARENA.

Devido este confronto, em 1972, na eleição de 1974 cada grupo seguiu por um caminho. O grupo do prefeito Paulo Stefenoni apoiou o candidato José Carlos da Fonseca e o grupo do Deputado Moacir Dalla e do ex-senador Raul Gilberti apoiaram Dirceu Cardoso, resultando na vitória deste.

Assim, constatou-se que, a eleição de Dirceu Cardoso para o Senado em 1974, foi mais fruto da fragmentação interna da ARENA do que um protesto da população capixaba contra o Regime Militar.

A própria Revista Espírito Santo Agora, afirmou que a vitória do Deputado Federal Dirceu Cardoso não se enquadrava na qualificação de protesto nacional, dependeu da ajuda de arenistas do interior do Estado, que preferiram acompanhá-lo como uma forma de protestar contra a própria Arena.³⁰¹

³⁰¹ UM pé de vento político. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, ANO VI, nº 16, p.6. Fev 1975.

REFERÊNCIAS

a) Bibliográfica

ABREU, Alzira Alves de. 1964: **A imprensa ajudou a derrubar Goulart**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930 -1937): Elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALVARES, Élcio. **Memórias de meu tempo**. 1ª edição. Vila Velha-ES. Editora Grafitusa, 2012.

AZEVEDO, Carlos. **O pesadelo recorrente**. Revista Caros Amigos, Editora Casa Amarela: Edição Especial nº 19, 2004.

BENEVIDES, Maria Victória. **O governo Kubitscheck: a esperança como fator de desenvolvimento**. IN: GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. IN: RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2003.

BRAGA, Cláudio Mendonça. **O caráter nacional dos partidos políticos na federação brasileira**. Dissertação de mestrado. 2009. Faculdade de Direito da USP.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 20ª edição. Malheiros Editores. São Paulo – SP. 2013.

[Escriba aquí]

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o Regime Militar: Um estudo sobre os Parlamentares da ARENA e do MDB.** Tese de Doutorado, UFRJ. RJ, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**, RJ, 2001.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial.** 4ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

CODATO, Adriano Nervo. **O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas.** História, Questões e debates. Vol. 40. UFPR. 2004

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **“Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”** In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.), **O Brasil Republicano.** O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos.** 6ª edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1970.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Os Integralistas no Estado do Espírito Santo (1933-1938).** Revista Ágora/UFES, Vitória-ES, nº.13, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os Partidos Políticos no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano, vol. 1, O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 30.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta** . Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil.** 2ª edição. São Paulo. Ed. Alfa – Omega, 1974.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo - SP: Cia das letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

[Escriba aquí]

GOMES, Ângela de Castro. **Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base.** In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). **As Esquerdas no Brasil.** vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979).** Rio de Janeiro - RJ: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria Dalva Gil. **Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB.** São Paulo: Idesp/Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. **O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura.** In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LAVAREDA, Antonio. A democracia nas urnas. O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENA'S? A coesão partidária do regime em três estados brasileiros.** 2002. 241f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001; Rio de Janeiro: FGV.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** 2ª edição revista, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64.** IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre memória e história** (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade: a trajetória do MDB.** Ouro Preto: UFOP, 1997.

OLIVEIRA, Uéber José de. **Configuração Político Partidária do estado do Espírito Santo no Contexto do Regime Militar: Um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-4982).** Tese de Doutorado. UFSCAR. São Carlos, 2013.

OPPO, Anna. **“Partidos Políticos”**, in: Norberto Bobbio/ Nicola Matteucci/ Gianfranco Pasquino (orgs.) **Dicionário de Política.** 5ª edição, Brasília: Editora UNB, 1999.

[Escreva aqui]

PEREIRA, Valter Pires; MARVILLA, Miguel. **Ditaduras não são eternas: Memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo**. Vitória - ES, 2005.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **“O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”**, In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano, vol. 1, O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, André M. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre os deputados brasileiros (1946-1988)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PPG Ciência Política, UFRGS, 2000.

SANTOS, Francisco José. **Da Campanha da Legalidade ao Golpe de Estado de 1964: O Estado do Espírito Santo durante o Governo de João Goulart (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado, PPGHIS. VITÓRIA – ES, 2013.

SARTORI, Giovanni. **Partidos Políticos e sistemas eleitorais**. Brasília: UNB, 1982,

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, coleção Descobrimos o Brasil, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 17^a. ed. São Paulo: Malheiros. 2000.

SILVEIRA, Mariana. **Aliança Renovadora Nacional (Arena) no Paraná: O “partido do sim, senhor” e a ditadura militar (1966-1979)**. Curitiba. UFPR. 2008.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos**. In: FLEISCHER, David. **Da distensão à abertura: as Eleições de 1982**. Brasília: UNB, 1988.

SOUZA, André Gustavo Stunpf Alves de. **Partidos Políticos na transição brasileira**. IN: MACHADO, João Paulo. **Partidos Políticos no Brasil (Org.)**. Instituto Tancredo Neves, 1987.

[Escriba aquí]

VIANNA, Marly de Almeida. **O PCB, a ANL e as insurreições de 1935**. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano, vol.2. O tempo do nacional – estadismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

b) Meios Eletrônicos

Centro Celson Furtado: www.centrocelsonfurtado.org.br/arquivos; vários acessos;

Folha de Vitória: www.folhadevitoria.com.br;

Info Escola: www.infoescola.com; vários acessos;

Jornal Século Diário: www.seculodiario.com.br/partidos/index; vários acessos;

Jornal A Gazeta: www.gazetaonline.globo.com; vários acessos;

Portal da Câmara dos Deputados: www.camardosdeputados.gov.br;
www2.camara.leg.br; vários acessos;

Portal da Câmara dos Vereadores de Colatina: www.camaradecolatina.es.gov.br;

Portal do Senado: www.senado.gov.br; vários acessos;

Secretaria da Fazenda do Espírito Santo: www.sefaz.es.gov.br/vultos; vários acessos;

Site2.confes.org.br; vários acessos;

Site da Família Vervloet: www.famiiavervloet.com.br; vários acessos;

Site de Elcio Álvares: www.elcioalvares.com/vidapublica; vários acessos;

Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.gov.br – vários acessos;

Tribunal Regional Eleitoral: www.tre.es.gov.br – vários acessos;

[Escriba aquí]

[Escriba aquí]